



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

PROCESSO DE LICITAÇÃO

DOCUMENTOS DO PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD <i>OK</i>	<i>000-001</i>
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP <i>OK</i>	<i>000-001</i>
PESQUISA DE MERCADO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL <i>OK</i>	
PLANILHA DE PREÇOS C/ MÉDIA OU MEDIANA	
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS <i>OK</i>	
BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO OU FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	
DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA <i>X</i>	
TERMO DE REFERÊNCIA - TR <i>OK</i>	<i>000-001</i>
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS <i>OK</i>	<i>000-001</i>
AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO <i>OK</i>	<i>000-001</i>
MINUTA DO EDITAL E ANEXOS <i>OK</i>	
MINUTA DE CONTRATO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS <i>OK</i>	
LISTA DE VERIFICAÇÃO <i>OK</i>	
PARECER JURÍDICO <i>OK</i>	
AVISO DE LICITAÇÃO <i>OK</i>	
EDITAL E ANEXOS <i>OK</i>	
PUBLICAÇÃO DO AVISO/EDITAL (DOM, JORNAL, PNCP, PLATAFORMA) <i>OK</i>	
IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO <i>-</i>	
PROPOSTAS <i>OK</i>	
HABILITAÇÃO <i>OK</i>	
ATA DA SESSÃO PÚBLICA <i>OK</i>	
RECURSO/CONTRARRECURSO/PARECER <i>OK</i>	
HOMOLOGAÇÃO/PUBLICAÇÃO <i>OK</i>	
CONTRATO/ATA - PUBLICAÇÃO <i>OK</i>	
PRORROGAÇÕES/ADITIVOS <i>OK</i>	

000001



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria Municipal responsável pela demanda: Secretaria de Saúde
- Nome do servidor responsável pelo do DFD: Alan Gregori Mocelim

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de empresa que forneça transporte é de extrema importância neste Município, tendo em vista que se trata de transporte de pacientes da saúde pública, os quais necessitam deslocar-se para outras cidades em busca de consultas médicas, realização de exames, entre outros serviços. Destaca-se que tais munícipes não possuem condições de locomover-se por transporte próprio, o que é compensado por este ente público, que proporciona tal condução a todos.

Ainda, esclarece-se que este será um serviço requisitado eventualmente, pois apenas será utilizado quando não houver transporte próprio do Município disponível para os pacientes.

3. SOLUÇÃO SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada no fornecimento transporte rodoviários de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município, de forma segura e em condições perfeitas de funcionamento.

4. PREVISÃO DE INÍCIO E DURAÇÃO PRETENDIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

O período pretendido para o início da execução do contrato é imediato e perdurará pelo período de 1 (um) ano.

5. ESTIMATIVA DE VALOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

O valor estimado da contratação foi estipulado de acordo com um estudo realizado para encontrar-se a demanda que este Município possui para o transporte, além de uma pesquisa de valores de outras contratações públicas. Desta forma, para um período de 12 (doze) meses, o valor estimado a ser utilizado para a aquisição é de R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais) para 66.000 KM (sessenta e seis mil quilômetros).

6. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Gestor do Contrato: Alan Gregori Mocelim

Fiscal do Contrato: Regiane Delfrate

Suplente do Fiscal de Contrato: Luiz Carlos Lemes


7. APROVAÇÃO

Aprovo a referida demanda.

Ivaí – PR, 20 de agosto de 2024.



Secretário de Saúde
Alan Gregori Mocelim



Servidor responsável pela elaboração
Alan Gregori Mocelim

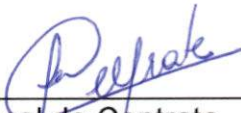


Gestor do Contrato
Alan Gregori Mocelim




PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br



Fiscal do Contrato
Regiane Delfrate



Suplente do Fiscal do Contrato
Luiz Carlos Lemes





PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Esta Secretaria Municipal de Saúde requer a realização de um certame licitatório para a contratação de empresa que realize serviços de transporte de pacientes.

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A necessidade de realização de um processo licitatório se faz devido o transporte proporcionado aos pacientes da saúde pública deste Município, os quais necessitam deslocar-se para outras cidades no intuito de realizar consultas, acompanhamentos médicos, entre outros, carecendo de auxílio deste ente público.

Ressalta-se que nesta cidade não há uma grande quantidade de atendimento médico, pois se trata de um município pequeno que não possui todas as especialidades, tanto na saúde pública quanto na privada, o que faz com que muitos munícipes busquem o atendimento necessário em outros locais.

Cabe destacar que muitos destes pacientes não possuem condições de deslocarem-se para estas cidades por veículo próprio, onde este ente público busca compensar tal transporte, oportunizando a todos o acesso à saúde.

Desta forma, este Município sempre buscou fornecer a locomoção para todos por meio de sua frota de veículos. Todavia, as vans destinadas a estas viagens se encontram sem a possibilidade de uso, pois estão danificadas, devendo este ser proporcionado de outra maneira. Com tal problema enfrentado, resta-se realizar a terceirização do serviço, com a contratação de empresa que efetue o transporte dos pacientes, dando continuidade ao fornecimento da condução.

Por fim, destaca-se que será realizado um processo licitatório para a aquisição de novos veículos (vans) futuramente, os quais serão utilizados para o transporte de pacientes, o que justifica a requisição do serviço eventualmente, ou seja, apenas quando não houver disponibilidade do próprio Município.

000005



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Assim, demonstra-se que a referida contratação é indispensável, garantindo o acesso a saúde para toda a população.

3 DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

Conforme disposto pelo artigo 2º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, é necessária a realização de licitação para a contratação de serviços por este público.

Desta forma, para a realização do devido processo, é necessário para a contratação o cumprimento de alguns requisitos, os quais garantem a qualidade e especificações para serem seguidas.

Para a seleção da empresa, é necessário que esta apresente um veículo em perfeitas condições, regularizado perante ao órgão competente, além de possuir seguro contra acidentes, apresentar estrutura confortável, funcional e higiênica, como ar condicionado, poltronas em bom estado e em perfeito uso, além de equipamentos de segurança, entre outras especificações estabelecidas no termo de referência.

Ainda, exige-se que este deverá se tratar de um veículo com capacidade mínima de 26 lugares, fabricado a partir de 2018, garantindo o acomodamento de todos os pacientes em um automóvel em estado favorável. Por fim, caso o primeiro veículo não esteja disponível, deverá ser disponibilizado um segundo nas mesmas condições.

Destaca-se que este se tratará de um serviço esporádico e eventual, solicitado em casos de emergência, quando o próprio Município não puder realizar o transporte dos indivíduos, desta forma, não há como se estipular datas para o uso da contratação, devendo tal informação estar clara para as empresas.

Além do exposto, para o pagamento da contratada, será utilizado o quilômetro rodado como forma de cálculo, sendo o Município de Ivaí o ponto de partida para computação da distância.

000006



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Esclarece que os requisitos impostos procuram assegurar a contratação de fornecedores qualificados e que atendam às exigências técnicas e legais, realizando-se uma contratação benéfica a este ente público.

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Quanto ao levantamento de mercado, realizou-se uma pesquisa em outras contratações públicas para se basear no valor a ser estipulado para esta, além da verificação das especificações que estas apresentam no mercado.

Nestas contratações analisadas de outros órgãos da Administração Pública, a solução utilizada foi a de compra através do processo de licitação, na modalidade pregão eletrônico.

Ainda, nesta busca realizada, encontrou-se contratações realizadas por unidades de cálculo do custo da viagem, bem como por quilometragem. Destaca-se que, em análise deste processo, chegou-se à conclusão de que a forma mais eficiente a ser adotada será a segunda opção, ou seja, cálculo pelo quilômetro, sendo esta mais eficiente para a realização da contratação.

Assim, buscando identificar possíveis soluções utilizadas pela administração em demandas similares, foi realizada uma consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas, onde foram verificados vários procedimentos licitatórios com objeto da mesma natureza, de modo que tais procedimentos que serão utilizados, são os usuais de mercado.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Se tratando de um serviço a ser disponibilizado para a população, além da busca de um retorno quali-quantitativo, torna-se solução a realização de um certame licitatório, objetivando englobar toda a despesa necessária.

Para obtenção de uma melhor proposta, com bons preços e de boa qualidade, se faz necessária à divulgação para as empresas passíveis a serem contratadas, buscando conseguir diversas opções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Além disso, conforme já descrito, a solução mais viável é o registro de preços para a contratação, levando em consideração a importância de sua finalidade.

Esta abordagem abrangente garante que o Município realize uma contratação de forma transparente, eficiente e em conformidade com os parâmetros legais, assegurando a realização das contratações com qualidade e responsabilidade.

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

A quantidade estimada foi realizada com base na demanda de transporte para os pacientes e na falta de automóveis disponíveis neste Município, tendo em vista que este era um serviço prestado diretamente, sem a contratação de um terceiro.

De acordo com a avaliação realizada, será contratada a seguinte quilometragem para suprir a demanda:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI.	QTD.
1	Serviço de transporte de passageiros - micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo (CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018. * A empresa também deverá apresentar no ato de licitação um veículo reserva com as mesmas descrições exigidas acima.	KM	66.000

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

De acordo com a pesquisa realizada para se chegar a um valor a ser estimado, pretende-se destinar um recurso máximo para a contratação na ordem de R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais).

000008



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

8 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Para um melhor funcionamento deste certame e, levando em consideração a origem do item, não se verifica necessidade de sua separação por lotes, pois se trata de um serviço de mesma natureza.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não se aplica.

10 DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DECONTRATAÇÃO – PAC:

Quanto ao planejamento anual administrativo, este ainda não foi confeccionado por este Município, pois ainda será desenvolvido. Desta forma, a contratação a ser realizada não está conforme ao plano de contratações e planejamento.

Cabe salientar que este serviço requisitado trará apenas benefícios a toda a população, não acarretando risco ou danos para este ente público.

11 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Pretende-se que seja obtido êxito na contratação mais favorável e de qualidade para a população deste Município, buscando suprir a necessidade de transporte, fornecendo o acesso a saúde para todos os munícipes.

Além disso, busca-se realizar um processo de forma transparente e em conformidade com a legislação vigente, garantindo a credibilidade das aquisições realizadas pelo Município.

12 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não se aplica.

13 IMPACTOS AMBIENTAIS:

Destaca-se que para a devida aquisição não se verificam impactos ambientais relevantes a curto e médio prazo.

14 FONTE DE RECURSO A SER UTILIZADO

000009



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Recursos próprios.

15 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Considerando o Estudo Preliminar efetivado acerca da contratação de transporte, constatou-se a **VIABILIDADE** para contratação, pela forma orientada no presente relatório.

Ivaí, 20 de agosto de 2024.

Alan Gregori Mocelim
Secretário Municipal da Saúde

CONTRATO Nº 005/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022

Contratação de empresa para execução de serviços de locação de veículo para transporte de pacientes, para tratamento de Saúde, conforme descrito no Termo de Referência.

O **MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 24.772.246/0001-40, com sede na Avenida América do Sul, nº 2.500-S, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. **Alan Togni**, portador do RG nº 21074500 SSP-MT e CPF nº 033.538.401-33, conforme atribuições legais estabelecidas no Decreto nº 5.561, de 08 de Setembro de 2021, doravante designado “**CONTRATANTE**”, e, do outro lado, a empresa **TRANS LÉO TRANSPORTES E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **30.706.962/0001-21**, com sede na Rua Pequi, 90-E, Bairro Jardim Primavera, na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, Telefone (65) 99908-5960, neste ato representada pelo Proprietário **Sr. Léo Kessler**, portador do RG. Nº 3719155 SSP/SC e CPF/MF nº 023.645.469-23, resolvem celebrar o presente Contrato para a contratação de empresa para execução de serviços de locação de veículo para transporte de pacientes, para tratamento de Saúde, conforme descrito no Termo de Referência. com fulcro na Lei do Pregão n.º 10.520, de 17 de julho de 2.002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterada pelas Leis n. 8.883/94 e n. 9.648/98, e de acordo com o que consta no Procedimento **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para execução de serviços de locação de veículo para transporte de pacientes, para tratamento de Saúde, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS À CUIABÁ – MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículos com as seguintes características mínimas: Ônibus Executivo mínimo 42 (quarenta e dois) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior a 2010.	UN.	50	R\$ 4.798,00	R\$ 239.900,00
2	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS À CUIABÁ – MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículos com as seguintes características mínimas: Micro-ônibus Executivo mínimo 27 (vinte e sete) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior a 2012.	UN.	50	R\$ 4.025,00	R\$ 201.250,00



3	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS para CUIABÁ – MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículos com as seguintes características mínimas: Van mínimo 20 (vinte) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior a 2013.	UN.	60	R\$ 3.495,00	R\$ 209.700,00
4	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS para CUIABÁ – MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículo com as seguintes características mínimas: Van mínimo 15 (quinze) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior a 2013.	UN.	140	R\$ 2.812,00	R\$ 393.680,00
5	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS para CUIABÁ – MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículos com as seguintes características mínimas: Carro mínimo 6 (seis) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior a 2015.	UN.	10	R\$ 2.190,00	R\$ 21.900,00
6	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS para SINOP–MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículo com as seguintes características mínimas: Micro-ônibus executivo 27 (vinte e sete) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior a 2012.	UN.	20	R\$ 1.988,00	R\$ 39.760,00
7	Prestação de serviços no transporte de pacientes usuários do SUS à cidade de SINOP–MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. O veículo utilizado no transporte de passageiros deve ter ano de fabricação igual ou superior ao ano de 2013, com as seguintes características mínimas: Van mínimo 20 (vinte) lugares para pacientes, possuindo ar-condicionado e poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos. O motorista também será responsável por levar e retirar material (envelopes com documentos, etc) na cidade de Sinop.	UN.	20	R\$ 1.900,00	R\$ 38.000,00
8	Prestação de serviços no transporte de pacientes usuários do SUS à cidade de SINOP–MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. O veículo utilizado no transporte de passageiros deve ter ano de fabricação igual ou superior ao ano de 2013, com as seguintes características mínimas: Van mínimo 15 (quinze) lugares para pacientes, possuindo ar-condicionado e poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos. O motorista também será responsável por levar e retirar material (envelopes com documentos, etc) na cidade de Sinop.	UN.	100	R\$ 1.535,00	R\$ 153.500,00
9	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS à SORRISO-MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículo com as seguintes características mínimas: Micro-ônibus executivo mínimo 27(vinte e sete) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior a 2012.	UN.	15	R\$ 1.161,00	R\$ 17.415,00



10	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS para SORRISO-MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículos com as seguintes características mínimas: Van mínimo 20 (vinte) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior ao ano de 2013.	UN.	10	R\$ 1.194,00	R\$ 11.940,00
11	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS para SORRISO-MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículos com as seguintes características mínimas: Van mínimo 15 (quinze) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior ao ano de 2013.	UN.	50	R\$ 1.100,00	R\$ 55.000,00
12	Prestação de Serviços no Transporte de Pacientes Usuários do SUS para SORRISO-MT , dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros. Veículo com as seguintes características mínimas: Carro mínimo 6 (seis) lugares , poltronas reclináveis, cinto de segurança em todos os assentos, ar-condicionado, ano igual ou superior a 2015.	UN.	10	R\$ 744,90	R\$ 7.449,00
VALOR TOTAL					R\$ 1.389.494,00

1.2. O fornecimento do objeto deste Contrato, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da **CONTRATADA** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022**;

1.2.2. Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022** e seus anexos;

1.2.3. Termo de Referência

1.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Os valores unitários referentes ao fornecimento dos serviços serão os estipulados na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, acostada ao Procedimento Administrativo **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022**.

2.2. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas sobre o objeto contratado tais como: tributos, fretes, seguros, encargos sociais e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

2.3. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas pela Cláusula Décima Quarta deste instrumento.

2.4. O valor do presente contrato é de **R\$ 1.389.494,00 (um milhão e trezentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e noventa e quatro reais)**.

2.5. Será emitida a Nota de Empenho, no valor de **R\$ 1.389.494,00 (um milhão e trezentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e noventa e quatro reais)**, visando dar atendimento às despesas decorrentes da execução deste Contrato.

000012



CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

- 3.1. A **CONTRATADA** deverá efetuar o fornecimento dos objetos conforme a necessidades do **CONTRATANTE**, mediante apresentação de requisições devidamente preenchidas e autorizadas pelo Departamento de Compras e Contratos.
- 3.2. A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por fornecimento ou execução feito sem a apresentação de requisição devidamente preenchida.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

- 4.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar as notas fiscais eletrônicas, correspondentes ao fornecimento do objeto, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Departamento de Compras e Contratos.
- 4.2. Após o ATESTO do servidor responsável pela fiscalização deste Contrato, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento das Notas Fiscais, mediante Ordem Bancária, e serão efetuados na terceira ou quarta semana do mês desde que não exceda o período de 30 (trinta) dias, ocasião em que deverá ser pago dentro deste prazo, mediante a apresentação da competente nota fiscal e das devidas ordens de fornecimento, atestada pelo servidor designado pelo Município para a fiscalização do contrato;
- 4.3. O **CONTRATANTE** não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo Departamento responsável.
- 4.4. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n.º 8.666/93.
- 4.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar as seguintes regularidades, acompanhado das notas fiscais:
- 4.5.1 Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- 4.5.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Lucas do Rio Verde;
- 4.5.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 4.5.5. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no 4.4, devendo o contratado ficar responsável pela conferência de tal validade.
- 4.6. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito à atualização monetária.
- 4.7. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 4.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de forma alguma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e



o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1. O presente contrato **terá vigência de 12 (doze) meses** a partir da publicação do extrato do contrato, conforme cronograma estipulado no edital que deu origem ao presente instrumento, prorrogável pelo prazo e forma prevista por lei.

5.2. Os serviços deverão ser realizados de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde e/ou setor de transporte, conforme a demanda.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste instrumento correrão à conta de recursos próprios das:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

08.081.0.0.10.122.0800.2.156.3.3.90.39.00.00.15001002000

08.081.0.0.10.122.0800.2.156.3.3.90.39.00.00.15000000000

08.082.0.0.10.302.0800.2.144.3.3.90.39.00.00.15001002000

08.082.0.0.10.302.0800.2.144.3.3.90.39.00.00.15001000000

08.082.0.0.10.302.0800.2.144.3.3.90.39.00.00.16000000000

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

8.1.2. Aplicar à detentora do contrato penalidades, quando for o caso;

7.1.3. Notificar, por escrito, à detentora do contrato da aplicação de qualquer sanção.

7.1.4. Fornecer à Detentora do contrato todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

7.1.5. Pagar à Detentora do contrato na forma estabelecida neste instrumento, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

7.1.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento deste instrumento, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

7.1.7. Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o

000013



compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à Detentora do contrato recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

7.1.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.2.1. Atender as requisições do **CONTRATANTE**, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto ao prazo de execução/entrega;

8.2.2. Entregar o objeto licitado no local e forma indicada pelo **CONTRATANTE**, obedecendo aos prazos estipulados.

8.2.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

8.2.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

8.2.5. Credenciar junto ao **CONTRATANTE** um representante e números de telefone e fax para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;

8.2.6. Indicar, a pedido do **CONTRATANTE**, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

8.2.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8.2.8. Responder, integral e exclusivamente, pelas despesas relativas aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

8.2.8.1. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

8.2.9. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que se verificarem defeituosos, incorretos ou fora do prazo de validade, resultantes da entrega/execução do objeto deste contrato.

8.2.12. Quando requisitado, entregar/executar em local designado pelo **CONTRATANTE**, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

8.2.13. A **CONTRATADA** deve ser responsável pela qualidade dos serviços;

8.2.14. Atender as todas as demais condições descritas no Edital e Termo de Referência que deram origem à presente contrato.

8.2.15. Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como o seu transporte até o local determinado para sua entrega (ou instalação, conforme o caso).



8.2.16. A **CONTRATADA** obriga-se a respeitar as normas técnicas, desenhos e especificações pertinentes ao objeto licitado.

8.2.17. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente a Secretaria de Administração, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar a fiel execução do contrato;

8.2.18. Comparecer, sempre que convocada pela fiscalização, ao local designado pela Secretaria responsável, por meio de pessoa devidamente credenciada, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o objeto fornecido.

8.2.18.1. Sempre que convocada, por telefone, correspondência, e-mail, etc. a Detentora deverá comparecer em até 24 (vinte e quatro) horas no local designado pela Secretaria responsável para recebimento de Ordem de Serviço.

8.2.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.20. Os serviços serão prestados pela **CONTRATADA**, com veículo de sua propriedade dispondo de motorista devidamente habilitado para a categoria necessária ao transporte de passageiros, próprios da **CONTRATADA**;

8.2.21. O transporte deverá ser realizado de segunda a domingo, sendo que os dias serão previamente agendados pela Secretaria Municipal de Saúde/Central de Regulação, sendo que o motorista deverá coletar a assinatura dos pacientes para fins de comprovação de viagem;

8.2.22. O horário estimado de saída da cidade de Lucas do Rio Verde para a cidade destino (Cuiabá, Sorriso e Sinop) será agendada pela Central de Regulação com a **CONTRATADA**, sendo que o horário do retorno será de acordo com a liberação dos pacientes;

8.2.23. Tratar os usuários com cortesia de forma humanizada, evitando qualquer tipo de transtorno e comentários desnecessários aos pacientes, bem como auxiliar aos pacientes ao entrar e/ou sair do veículo e na entrada do hospital, clínica ou qualquer estabelecimento de saúde, caso necessite;

8.2.24. Registro ou cadastro do Veículo que transportará os pacientes, na AGER MT;

8.2.25. Atendimento igualitário e humanizado aos pacientes/passageiros encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.2.26. Fica a cargo da **CONTRATADA** realizar a coleta dos pacientes em ponto fixo a ser determinado pela Central de Regulação, com exceção de pacientes com fraturas, deficiência física, acamados sem condições de deslocamento, onde o contratado deverá coletar nos endereços informados pela Central de Regulação e o desembarque em locais pré destinados pela Central de Regulação do Município de Lucas do Rio Verde;

8.2.27. Fica a responsabilidade da **CONTRATADA** substituir veículos que apresentem problemas no decorrer Do contrato, seguindo sempre todas as especificações do Termo de Referência;

8.2.28. Realizar retirada de medicação, retirada e entrega de documentos da Prefeitura / Secretaria de Saúde / Central de regulação em diversos órgãos da cidade de destino;

8.2.29. A Secretaria de Saúde/ Central de Regulação definirá o veículo a ser utilizado na viagem de acordo com a quantidade de pacientes agendados, sendo que a **CONTRATADA** deverá dispor dos mesmos sempre que solicitado.

000014



8.2.30. As despesas para a contratação do profissional qualificado serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

8.2.31. Responder por erro de qualquer natureza relativo ao transporte de passageiros, seja na esfera administrativa, cível ou criminal.

8.2.32. Prestar imediatamente os esclarecimentos que a **CONTRATANTE** solicitar.

8.2.33. Os veículos deverão comportar o número mínimo de passageiro conforme descrito no Termo de Referência para cada item, ter ar – condicionado, cinto de segurança em todos os assentos e todos estarem em bom estado de conservação, mantidos sempre limpos e higienizados para transportar os pacientes.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante o período de vigência, este Contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor do **CONTRATANTE**, devendo este:

9.1.1. Promover a avaliação e fiscalização dos serviços, solicitando à **CONTRATADA** e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

9.1.2. Atestar as notas fiscais da **CONTRATADA** para efeitos de pagamento;

9.1.3. Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato.

9.2. A ação da fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.1. No recebimento e aceitação do objeto desta Licitação, serão consideradas, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei n. 8.666/93.

10.2. As execuções dos serviços serão realizadas após o recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou requisição. Todas as notas fiscais emitidas devem obrigatoriamente estar acompanhadas da respectiva Ordem de Fornecimento e/ou requisição.

10.3. O objeto deste instrumento será recebido pelo servidor designado para o seu acompanhamento, de forma provisória, imediatamente após efetuada a execução, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação exigida.

10.4. O objeto será recebido definitivamente (já incluso o recebimento provisório), em até 30 dias, para verificação da qualidade, quantidade e conformidade com o exigido no Edital, pelo fiscal de contrato designado pela Administração.

10.5. A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, poderá, quando do recebimento do objeto, efetuar quaisquer diligências que julgar necessárias para aferir a qualidade do mesmo, observadas as especificações constantes deste Edital e seus anexos.

10.5.1. Em caso de dúvidas quanto à qualidade do produto ofertado, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do licitante/contratado, cabendo à Administração escolher os testes que serão realizados e a instituição que as promoverá, nos termos dos arts. 43, § 3º, c/c. 75 da Lei n. 8.666/93.

10.6. Verificando-se defeito ou que o objeto não atende as especificações do Edital, a licitante será notificada para saná-lo, no prazo máximo de 07 (sete) dias, ficando,



nesse período, interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Caso a **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura de Municipal de Lucas do Rio Verde, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

11.2. O atraso injustificado na execução deste instrumento sujeitará a contratada à multa de mora, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

11.2.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

11.2.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

11.3. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a Administração poderá aplicar às seguintes sanções:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa Compensatória de:

11.3.2.1. Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assiná-lo;

11.3.2.2. Até 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

11.3.2.3. Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.

11.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município por período não superior a 05 (cinco) anos, conforme escalonamento determinado pelo art. 12 do Decreto Municipal nº. 4.915/2020; e

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior

11.4. A sanção de multa moratória prevista pelo **item 11.2** não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo **item 11.3.2** deste edital, conforme previsto pelo artigo 9º, § 5º do Decreto Municipal nº 4.915/2020.

11.5. As sanções previstas nos **itens 11.3.1, 11.3.3, 11.3.4**, poderão ser aplicadas conjuntamente com as previstas pelos **itens 11.2 e 11.3.2**, garantida a defesa prévia do interessado.

11.6. A execução das sanções previstas pelos **itens 11.2 e 11.3.2** poderá se dar, conforme caso, da seguinte forma:

000015





MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

DIRETORIA DE LICITAÇÕES 
Secretaria de Administração e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0302/2024

Processo Licitatório Nº 0022/2024

Pregão Eletrônico Nº 0005/2024

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL**, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecido na Rua Carmelo Zocolli, 155, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.029.092/0001-56, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. ALESSANDRO BRAGA RAMOS, nomeado pela Portaria nº 0787, de 12 de junho de 2024, inscrito no CPF sob o nº 026.XXX.119-XX, nos Termos da Lei n.14.133/2021, Decreto Federal n. 10.024 de 2019, Instrução Normativa n.73 de 30 de setembro de 2022, Decreto Federal n. 11.462 de 31 de março de 2023, Decretos Municipais n.025 de 13 de março de 2023, n.029 de 14 de março de 2023, n.030 de 24 de março de 2023, n. 049 de 17 de maio de 2023, Lei Municipal n. 269 de 12 de maio de 2023 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços supracitado, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da Empresa abaixo especificada para a execução do objeto discriminado nesta Ata.

<u>DADOS DA EMPRESA</u>	
RAZÃO SOCIAL	DAIANA MACHADO TRANSPORTES LTDA
CNPJ	00.390.818/0001-68
ENDEREÇO	Rua Máximo Toaldo, nº 110, Loteamento Nossa Senhora de Lurdes - Município/UF: Capinzal/SC
CONTATO	Telefone:9 9917 4070 E-mail: transportesmachado2018@outlook.com
REPRESENTANTE	Nome: DAIANA MACHADO XXX.234.XXX-28



A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento: **Contratação de empresa de transporte, para a realização de transporte de pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde.**

1.2. Constitui o objeto do presente instrumento também as especificações, quantitativo e condições estabelecidas no Edital de Pregão supracitado, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte integrante desta Ata.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo:

Item	Qtde.	Unid	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	60.000	KM	TRATAMENTO DE SAÚDE, EM DIFERENTES CIDADES, COM SAÍDA DA RODOVIÁRIA E RETORNO APÓS O TÉRMINO DOS PROCEDIMENTOS. O TRANSPORTE DEVERÁ SER REALIZADO COM VEÍCULO QUE POSSUA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: • VEÍCULO UTILITÁRIO COM NO MÍNIMO 28 LUGARES; • VEÍCULO DE PROCEDÊNCIA NACIONAL	4,45	267.000,00



		<ul style="list-style-type: none">• ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO COM NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS;• POLTRONAS ESTOFADAS, ALTAS, RECLINÁVEIS, REVESTIDAS EM TECIDO OU VINIL;• AR CONDICIONADO;• CORREDOR CENTRAL COM PISO E DEGRAUS ANTIDERRAPANTE E LAVÁVEIS;• SISTEMA COMPLETO DE ILUMINAÇÃO;• CINTOS DE SEGURANÇA EM TODAS AS POLTRONAS. DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, QUE ATENDA AS NORMAS DA ABNT.		
--	--	--	--	--

2.2. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior a aqueles praticados no mercado.

2.3. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

2.4. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

2.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação



específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.6. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

2.7. A negociação dos preços registrados se dará de acordo com o art. 26 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

2.8. Para os casos de alterações de preços (reequilíbrio) é necessário que o Fornecedor apresente justificativa plausível acerca da necessidade da readequação de preços juntamente com planilha descritiva dos itens e valores, bem como acoste documentos comprobatórios da variação de preços, tais como Notas Fiscais ou documento equivalente, sendo, no mínimo um com data anterior à proposta apresentada no Processo Licitatório e um com data próxima ao pedido. Os documentos devem ser legíveis e com destaque para o item a ser analisado. Os documentos devem ser encaminhados para o endereço eletrônico do fiscal de contrato, o qual tomará as devidas providências e encaminhará para decisão da autoridade competente quanto ao deferimento ou não do pedido.

2.9. Não será concedida troca de marca de produtos, salvo mediante demonstração de fato superveniente e efetiva impossibilidade de fornecimento do item, devidamente comprovado documentalmente e aceito pelo fiscal de contrato e autoridade competente.

2.10. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO**

3.1. Especificações constantes no Anexo I, Termo de Referência do Edital:

ESPECIFICAÇÕES

PRAZO DE VIGÊNCIA:	Um Ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO:	Conforme solicitação da Secretaria de Saúde.
LOCAL DE EXECUÇÃO:	Indicados pela Secretaria de Saúde.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	Após execução e apresentação das respectivas notas fiscais acrescidas de mais documentos caso a Autoridade competente julgue necessário, no prazo de <u>até</u> 20 (vinte) dias úteis.
VALIDADE DA PROPOSTA:	60 (sessenta) dias.

• IMPORTANTE:

- Em todos os itens, os veículos deverão ter o devido registro para viagens intermunicipais no DETER.
- A quilometragem passa a contar do ponto de partida descrito em cada item. O deslocamento até o ponto de partida fica por conta do contratado.
- A identificação dos pacientes e os respectivos locais de consulta será informada pelo responsável pelo Setor de Transportes.
- Em todos os itens o controle da quilometragem será realizado, na saída e na chegada, por servidor devidamente designado pela Administração.

3.2. Da Fiscalização:

Portaria nº 0015/2024 – Fiscais de Contrato

Nome	Entidade	Telefone	E-mail
------	----------	----------	--------



Camila Ferrari	Secretaria da	49 3555 8791	comprasaude@capinzal.sc.gov.br
	Saúde		

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento do (s) item (s) constante (s) nesta Ata será efetuado conforme acima exposto, mediante apresentação de Nota Fiscal, em até 20 (vinte) dias consecutivos a contar da data de liquidação constante das respectivas Notas Fiscais, ou ainda em caso especificado no Edital.

4.2. As despesas decorrentes da execução deste objeto correrão à conta das dotações previstas na Lei Orçamentária, as quais constarão nas Autorizações de Fornecimento.

14.3. O Poder Executivo do Município de Capinzal, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 083, de 18 de julho de 2023, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos pagos a pessoas jurídicas pela Administração Pública Direta e Indireta, e Câmara de Vereadores do Município de Capinzal, SC, e dá outras providências”, bem como em observância o disposto no art. 64, da Lei Federal nº [9.430](#) de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e, também, na Instrução Normativa nº 1234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

14.3.1. Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 083/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais – MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou



alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1234/2012.

14.3.2. Na forma do art. 2º do Decreto Municipal n. 083/2023, nos documentos fiscais com data de emissão posteriores a 1º de agosto de 2023 deverá constar a informação da retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme art. 22 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

5.2. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

6.1. Integram esta Ata o edital do Pregão Eletrônico supracitado e a proposta da Detentora da Ata.

6.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

DIRETORIA DE LICITAÇÕES 
Secretaria de Administração e Finanças

6.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei n.14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

Capinzal, SC, 20 de agosto de 2024.

DAIANA MACHADO TRANSPORTES EIRELI - ME

DAIANA MACHADO

Representante Legal

DETENTORA DA ATA

ALESSANDRO BRAGA RAMOS

Secretário de Saúde

ORGÃO GERENCIADOR



Rainha do Noroeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

CONTRATO DE AQUISIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 077/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 138/2024

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA - PR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, centro, na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 75.377.200/0001-67, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **HENRIQUE DOMINGUES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 3.362.854-4 SSP/PR, inscrito no CPF n.º 529.710.829-20, residente e domiciliado na Av. Comendador Gentil Geraldi, 2887, centro, Município de Cidade Gaúcha - PR, CEP: 87.820-000, doravante denominado **CONTRATANTE**.

E, de outro lado, a empresa **J. A. CAVALCANTE DOS SANTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 24.259.234/0001-16, Tel: (44) 2000-9545, E-mail: marcelodoonibus@hotmail.com, devidamente instalada e em pleno funcionamento à Rua Torquato da Luz Barbosa, n.º 1222, Bairro Sol Nascente, no município de Cidade Gaúcha - PR, CEP: 87820-000, neste ato, representada por seu sócio Administrador: **JULIANA APARECIDA CAVALCANTE DOS SANTOS**, brasileira, comerciante, portadora da cédula de identidade civil RG n.º 12.381.413-4 SSP/PR e inscrita pelo CPF n.º 078.493.409-65, residente e domiciliado no Município de Cidade Gaúcha-PR, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório n.º 077/2024, e em observância às disposições da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 059/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

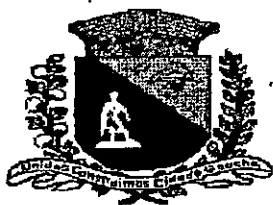
1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é contratação de empresa especializada em serviço de transporte por meio de veículo do tipo Van, com ar condicionado, TV, bancos individuais reclináveis, ano de fabricação mínima de 2012, com no mínimo 16 lugares, com condutor, e Ônibus, com ar condicionado, TV, bancos individuais reclináveis, ano de fabricação 2008 com 51 lugares, arcando com despesas de combustível, manutenção, impostos e seguro do veículo, incluindo seguros para os passageiros e terceiros, com quilometragem livre, para o transporte de pacientes, alunos e funcionários do Município de Cidade Gaúcha - PR.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VL.R. UNIT.	VALOR TOTAL
------	--------	------	----------------------	-------------	-------------

000024



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

001	40.000	km	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte por meio de veículo do tipo Ônibus, com ar condicionado, TV, bancos individuais reclináveis, ano de fabricação 2008 com 51 lugares, com condutor, arcando com despesas de combustível, manutenção, impostos e seguro do veículo, incluindo seguro para passageiros e terceiros com quilometragem livre, para o transporte de pacientes, alunos, atletas e funcionários do município de Cidade Gaúcha - PR	8,72	348.800,00
VALOR TOTAL R\$					348.800,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;**
- 1.1.2. O Edital da Licitação;**
- 1.1.3. A Proposta do contratado**
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados**

2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O prazo de solicitação dos serviços será de 2 dias, anteriores a data da viagem.

2.2. O Transporte dos pacientes, alunos atletas e servidores será executado no Município de Cidade Gaúcha com destino à localidade que solicitado for, conforme especificações constantes no Termo de Referência, e Anexos, que passam a fazer partes integrantes deste Edital independente da transcrição

2.3. A prestação do serviço será PARCELADA, e não haverá faturamento mínimo para os pedidos.

2.4. Caberá as Subsecretarias e servidores desta Pasta, a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas e linhas percorridas e o número de pacientes encaminhados e funcionários indicados na Ordem de Serviços após informação, conferência e verificação das mesmas especialmente designado para tal finalidade

2.5. Os serviços serão executados através de veículos de transporte coletivo tipo Van E Ônibus, com as características mínimas exigidas no objeto do presente, em perfeito estado de uso e conservação, sendo que os serviços serão executados nos dias, hora e locais que serão estabelecidos pelas Secretarias solicitantes podendo haver alterações dos mesmos, desde que haja necessidade e de comum acordo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

- 2.6.** Os veículos deverão estar predispostos para realizarem os serviços, conforme necessidades das SECRETARIAS, trafegando em pistas pavimentadas e/ou não
- 2.7.** A saída e chegada para computo de quilometragem do veículo, deverá ser efetuada no endereço da secretaria solicitante, os dias e horários das saídas serão repassados a contratada em momento oportuno.
- 2.8.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 2.9.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 2.10.** Comparecer, sempre que solicitada, à sede da Contratante, em horário por esta definida, a fim de receber instruções e acertar providências, incidindo a Contratada, no caso de não atendimento, nas penalidades contratuais;
- 2.11.** Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.12.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 2.13.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 2.14.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados;
- 2.15.** Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução do objeto.
- 2.16.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante
- 2.17.** Caberá a contratada utilizar para execução dos serviços objeto desta, pessoal e veículos específicos da empresa.
- 2.18.** O veículo não poderá operar com ano de fabricação superior a 20 (vinte) anos, durante todo o período da contratação. O veículo após o 10º. (décimo) ano de fabricação deverá ser submetido a uma inspeção veicular credenciada ao Inmetro.
- 2.19.** Caberá a contratada utilizar Funcionários registrados na empresa com a devida qualificação para o desempenho de sua função.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

2.20. Caberá a contratada utilizar Veículos em ótimo estado de conservação com todos os equipamentos de segurança conforme exigido por lei. O veículo deverá estar segurado, com cobertura de acidentes pessoais por passageiro, a ser renovado e reajustado anualmente.

2.21. A Contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da Prestação dos Serviços devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços.

2.22. Os veículos devem possuir cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros. Possuir grade separando os transportados da parte onde fica o motor. Possuir equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

2.23. Os veículos deverão apresentar autorização especial para o objeto licitado, expedida pelo DETRAN ou CIRETRAN, em função de vistoria periódica, oferecendo perfeitas condições de uso e conservação. Deverão conter todos os equipamentos de segurança e especificações do CONTRAN, e estar com documentação regular

2.24. Os veículos deverão receber por parte da contratada identificação visual em sua parte externa (sob orientação da contratante), caracterizando que os mesmos estão a serviço do MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA - PR, e ainda, deverão ser conduzidos por motoristas profissionais, devidamente habilitados e qualificados para exercer tal função, nos termos da Resolução N.º 168, de 14/12/2004 – CONTRAN, portando obrigatoriamente crachá de identificação.

2.25. O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA – PR, não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da contratada e será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado pela atuação da contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.

2.26. Todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: combustíveis, manutenção, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, será inteiramente de responsabilidade da empresa contratada.

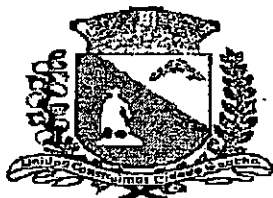
2.27. Os veículos, serão administrados e controlados, tendo como documento base o RES - Registro de Execução de Serviços e a OT - Ordem de Tráfego, que poderão sofrer alterações para adequação e/ou outros que a Secretaria de Administração julgar necessário.

2.28. Das respectivas RES e OT, serão emitidos outros relatórios gerenciais.

2.29. Ficará a critério desta SECRETARIA, exigir a troca de veículos e/ou motoristas que não atenderem aos padrões dos serviços contratados.

2.30. Os veículos somente poderão executar os serviços mediante autorização (ordem de tráfego) emitida pelo setor encarregado de gerenciamento, sendo que quaisquer serviços aferidos sem autorização ou incompatível com a rota preestabelecida não serão consideradas pela contratante.

2.31. Caberá a contratada contratar Motorista, com idade mínima de 21 anos; habilitação na categoria D; não ter cometido nenhuma infração de trânsito grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses; e ser aprovado em curso



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

especializado, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Será necessário Curso de Motorista de Transporte Coletivo, bem como as condições estabelecidas no Capítulo XIII do Código de Trânsito Brasileiro.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento

4. DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo fornecimento do objeto da presente contratação, o valor total de **R\$ 348.800,00** (trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais).

6.2. O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.

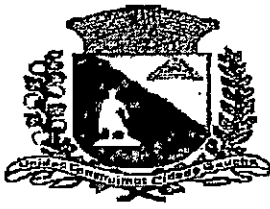
6.3. O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por despesa que venha ser efetuada pela **CONTRATADA** que não tenha sido expressamente acordada no presente contrato.

6.4. Para a liberação do pagamento, a **CONTRATADA** encaminhará nota fiscal eletrônica ao setor de contabilidade, acompanhada das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federal.
- b) Prova de regularidade relativa à seguridade social comprovando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei - CRS (FGTS).

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

000026



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

6.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

6.7. O valor constante no item 6.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. DO REAJUSTE (art. 92, V, da Lei Federal, n.º 14.133/21)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, IPCA ou outro índice que apresente maior vantajosidade para a administração pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Para solicitação de reajuste, deve-se atentar para a cláusula de reajuste de preços constante no Termo de referência do Edital.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

8.1. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias desta Prefeitura, próprios da secretaria abaixo listada, prevista para este exercício, podendo ser alterados mediante termo aditivo de acréscimo de dotação orçamentária. Sendo:

Órgão.....: 03 SECRETARIA DE ADM. HAB. E ENGENHARIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

Unidade Orçamentaria: 03.01 ADMINISTRACAO GERAL

0412212042.003000 ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO

3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)

Órgão.....: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentaria: 06.01 DIVISAO MUNICIPAL DE SAUDE

1012212312.031000 ADMINISTRACAO GERAL DA SAUDE

3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E TURISMO

Unidade Orçamentaria: 08.01 DIVISAO DE ESPORTES, LAZER E TURISMO

2781212752.071000 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, além das previstas neste Contrato, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (art. 92, X, XI e XIV, da Lei Federal n.º 14.133/21):

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver

000027



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.

9.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.14. A **CONTRATANTE**, através da fiscalização, fornecerá os endereços e roteiros de execução.

9.2. São obrigações da **CONTRATADO**, além das previstas neste Contrato, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal, n.º 14.133 de 2021):

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

9.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

9.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.2.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.23. Observar rigorosamente as especificações do Edital do Pregão Presencial n.º 08/2022, quanto ao fornecimento dos serviços referente ao objeto.

9.2.24. Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no Contrato a ser assinado.

9.2.25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa anuência do Município.

9.2.26. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do edital e seus anexos.

9.2.27. Responsabilizar-se pela mão-de-obra, seguros, encargos sociais, tributos, transporte, equipamentos e despesas outras necessárias ao fornecimento do respectivo objeto.

9.2.28. Responsabilizar-se pela integral prestação contratual dos serviços, inclusive quanto às obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

9.2.29. Atender a todos os encargos trabalhistas.

9.2.30. Assumir total responsabilidade pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução do serviço contratado, isentando o **CONTRATANTE** de toda e qualquer reclamação que possa eventualmente surgir.

9.2.31. Manter, sempre por escrito com o **CONTRATANTE**, os entendimentos sobre o objeto contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

9.2.32.A CONTRATADA fica obrigada a executar a adequação do objeto, caso identificada qualquer assimetria ou desconformidade com os padrões constantes dos autos do presente, sem ônus para o **CONTRATANTE**, a partir da notificação, ou quando estiver em desacordo com as especificações constantes do termo de referência.

9.2.33.Em caso de substituição de veículo, a contratada obriga-se a informar e remeter ao **MUNICÍPIO CONTRATANTE**, os documentos acima, referentes ao novo veículo a ser utilizado.

9.2.34.A contratada obriga-se a exigir e fiscalizar a conduta de dirigir de seus motoristas, de forma a manter a segurança dos passageiros, quanto aos níveis de velocidade nas vias e ruas, acatando as reclamações levadas ao seu conhecimento, ocasião em que tomará as providências necessárias para a regularização da situação e não repetição dos fatos que gerarem as reclamações.

9.2.35.A contratada obriga-se a substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a constatação do fato, a contar da comunicação efetuada pela contratante, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido.

9.2.36.Todo pessoal e veículo locado pela contratada para realização dos serviços, deverão apresentar-se a cada início e término dos trabalhos, no local determinado pela contratante, sendo expressamente proibido a permanência dos mesmos em locais indevidos e incompatíveis às suas atividades.

9.2.37.Todos os empregados da contratada deverão trabalhar sempre portando crachá de identificação da empresa.

9.2.38.A contratada responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, passageiros e com os servidores do **MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA - PR**.

9.2.39.Assistirá a contratante o direito de rejeitar qualquer empregado da contratada e solicitar sua substituição, caso o mesmo não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se esta a respeitar e acatar as decisões da contratante.

9.2.40.É vedado à contratada substituir qualquer empregado seu, quando em serviço, sem prévia e expressa comunicação à contratante.

9.2.41.A contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

9.2.42.Caberá à contratada, a indenização pecuniária dos danos morais ou materiais causados por seus empregados em bens patrimoniais da contratante, bem como por desaparecimento de quaisquer objetos e valores encontrados em suas dependências, de quem quer que seja, desde que comprovado dolo ou culpa, do empregado da contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

9.2.43. Desde que apurado o dano e caracterizada a autoria de qualquer empregado da contratada, o valor da indenização será descontado no ato do pagamento de qualquer fatura, permitida a compensação inclusive em faturas vincendas, o que fica desde já pactuado.

9.2.44. A contratada manterá a contratante livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

9.2.45. A Contratada deverá, obrigatoriamente, alocar um preposto que permanecerá em período normal de expediente à disposição, para representá-la junto à contratante, o qual terá amplos poderes para responder pelos serviços a serem contratados, sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto à contratante. Em hipótese alguma, qualquer funcionário da contratada que não o preposto ou o representante legal, poderá reivindicar decidir ou manifestar-se por atos ou decisões da contratada e/ou contratante.

9.2.46. A contratada conforme o caso deverá manter em dia o registro de seus empregados a serviço da contratante, em livro próprio ou em fichas, devidamente rubricados e legalizados pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, atualizar as anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada empregado e exibir os livros e/ou fichas mencionadas ou documento equivalente, sempre que solicitado pela contratante.

9.2.47. Os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo à contratante qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

9.2.48. Por ocasião da assinatura do Contrato, a contratada deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

9.2.49. Os veículos a serem apresentado(s) na assinatura do contrato deverão estar com documentação completa e com certificado de propriedade em nome da contratada, admitindo-se situação de financiamento em sistema de Leasing, desde que esteja registrado no certificado de propriedade do veículo o nome da futura contratada como arrendatário. No caso de a vencedora ser cooperativa, a exigência é de que os veículos estejam em nome dos cooperados devidamente associados na data da assinatura do futuro contrato;

9.2.50. Em relação aos demais veículos a serem utilizados nos serviços, não será obrigatório que os mesmos estejam em nome da contratada, entretanto, deverão manter as mesmas características acima evidenciadas, bem como deverá ser apresentado contrato de prestação de serviços entre a contratada e o proprietário dos veículos devidamente registrado em cartório, cuja responsabilidade será total da contratada, não cabendo à contratante vínculo de qualquer natureza com tal contrato;

9.2.51. Documentos dos condutores – Cédula de Identidade, CNH (Carteira Nacional de Habilitação da classe D ou E, Certificado ou Declaração do CIRETRAN/DETRAN, comprovando que o(s) condutor(es) concluiu(iram) o Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transportes Coletivo, bem como o(s) respectivo(s) registro(s) na(s) carteira(s) profissional(is).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF - 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

9.2.52. Certificado de Registro da Empresa junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

9.2.53. Certificado de Registro do Veículo junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

9.2.54. Comprovação de que a proponente possui apólice de seguro com cobertura contra terceiros e para passageiros, incluindo: danos materiais, danos pessoais e assistência médica.

10. DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO:

10.1. A fiscalização do fornecimento do objeto contratual se dará de forma ampla e irrestrita, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato o seu exercício.

10.2. Caberá ao servidor GESTOR do contrato, SANDRA HELENA VINTURILHO, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Contrato e ainda:

10.2.1. Propor ao departamento competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela **CONTRATADA**;

10.2.2. Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes ao fornecimento do objeto contratado,

10.2.3. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

10.2.4. Promover o adequado encaminhamento, à unidade competente, das ocorrências contratuais constatadas ou registradas pelo fiscal para fins de aplicação de penalidades e demais medidas pertinentes;

10.2.5. Manter controles adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;

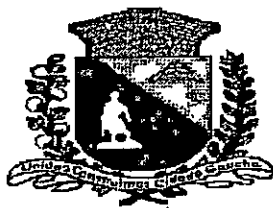
10.2.6. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.

10.3. Caberá ao servidor FISCAL do contrato, LUCIO PASSAMANI PAULESKI, a responsabilidade da função fiscalizatória, cabendo a estes o acompanhamento do fornecimento do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

10.3.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

10.3.2. Acompanhar e fiscalizar, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua entrega e de tudo dar ciência à **CONTRATADA**, para o fiel fornecimento durante toda a vigência do Contrato;

10.3.3. Sustar, recusar, qualquer produto que esteja em desacordo com as especificações constantes no anexo I, determinando a substituição do produto em desconformidade com o solicitado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

10.3.4. Exigir o cumprimento de todo fornecimento dos itens constante no Anexo I, do Edital, da proposta da **CONTRATADA** e das cláusulas deste contrato;

10.3.5. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da **CONTRATANTE**, não elide nem diminui a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes do fornecimento inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal de Licitações n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. moratória de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

11.2.4.2. *O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.*

11.2.4.3. compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal, n.º 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021):

11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Federal n.º (art. 159).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal n.º 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

13. DA GARANTIA

13.1. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega ou substituição do objeto licitado, inclusive frete, serão de inteira responsabilidade da contratada.

14. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, na Lei Federal n.º 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

15. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – PR, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

15.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

15.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

15.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

15.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

15.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

15.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha – PR.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

17.1.1. A **CONTRATADA** não poderá ceder a terceiros as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE**.

17.1.8. Correrão à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre o fornecimento objeto deste Contrato.

17.1.9. A abstenção por parte do **MUNICÍPIO** da utilização de quaisquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

17.1.10. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal n. 7.724, de 2012.

18. DAS ALTERAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone/Fax (044) 3675-1122, 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, n.º 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF – 75.377.200/0001-67

Rainha do Noroeste

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal de Administração e Contratos, n.º 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19. DA SUCESSÃO E DO FORO:

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cidade Gaúcha/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal de Administração e Contratos, n.º 14.133/21.

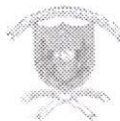
Cidade Gaúcha - PR, em 05 de agosto de 2024.


HENRIQUE DOMINGUES
Prefeito Municipal
Contratante


JULIANA APARECIDA CAVALCANTE DOS SANTOS
Representante Legal
Contratado

TESTEMUNHAS:

000033



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 78.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (41) 3247-1222 - 84400-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br e-mail: licitacao@ivaí.pr.gov.br

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 100/2024

Ata de Registro de Preços firmado entre o Município de Ivaí e a Empresa G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA conforme edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 052/2024.

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal, residente a Rua Dr. Ferreira Correia, centro, Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 517.527.8.-3 SSP-PR e do CPF/MF nº 715.210.549-91, doravante neste contrato denominada simplesmente de **CONTRATANTE**; e de outro lado a Empresa, **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, cita na Rod Br 373, Km 257, Bairro Manduri, S/N, Prudentópolis (PR), CEP 84.400-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.495.828/0001-10 neste ato denominada **CONTRATADA**, representado pelo Senhor, **GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI**, brasileiro, empresário, portador do CPF/MF 282.775.119-49 acordam e ajustam firmar o presente contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes no Art. 82 da Lei 14133/2021 e demais legislação aplicável, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, em conformidade as condições constantes do Edital de Licitação nº 055/2024, Pregão Eletrônico nº 052/2024, Processo Eletrônico nº 052/2024, Registro de Preços nº 034/2024, pelos termos da proposta da contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhamentos em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

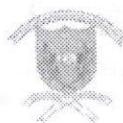
§1º. A Prefeitura Municipal de Ivaí pagará a Empresa Contratada o valor global de **R\$ 429.000,00 (Quatrocentos e vinte e nove mil reais)**.

§2º. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da

G E
SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de forma
digital por G E
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:85495828000
110
Dados: 2024.06.26
16:50:20 -03'00'

000034



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 542 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

§1º. A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de Pregão sob o número 052/2024, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativa ao objeto contratual, particularmente quanto a(ao):

- I. Edital de Licitação, bem como todos os seus anexos;
- II. Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,
- III. Proposta da Contratada e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

§1º. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 6 (seis) meses, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

§2º. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

§3º. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

§1º. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

§2º. A subcontratação depende de autorização prévia do Município, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumprir os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

I. A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§3º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro

GE
SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:854958
28000110

Assinado de forma
digital por GE
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2024.06.26
16:50:37 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 78.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (41) 3247-1222 - 84400-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

§1º. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.

§2º. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei 14133/2021.

§3º. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente e desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

§4º. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§5º. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

§6º. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar

GE
SOCOLOVS
KI & CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de forma digital por GE
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2023.09.14
16:50:54 -0300

35



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 542 - Fone: (41) 3247-1222 - 54460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: itaimaop@ivaipr.gov.br

aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

§7º. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5º.

§8º. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
- IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

§9º. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

- I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
- II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

§10º. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
- II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
- IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

§11º. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.

§12º. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

GE
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de forma digital por GE SOCOLOVSKI & CIA LTDA:8549582800 0110
Dados: 2024.06.26 16:51:09 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84400-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

§13°. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

§14°. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§15°. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.

§16°. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DA ENTREGA

- i. As viagens serão realizadas conforme demanda da Secretaria, inclusive em feriados municipais, em horário diurno/noturno, autorizadas e programadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- ii. Após assinatura da Ata de Registro de Preços a empresa Detentora deverá apresentar antes do início da prestação dos serviços, ao fiscal dos serviços os seguintes documentos:
- iii. Comprovação sobre a posse dos veículos ofertados, através de documento de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) ou Contrato de Locação e/ou Leasing;
- iv. Apólice emitida por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil de Responsabilidade Civil de Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros;
- v. Habilitação profissional do(s) condutor(es), conforme legislação vigente;
- vi. Autorização de Viagem, tanto para interestadual e estadual, conforme normas da ANTT, DER - PR, DEER-PR;
- vii. O objeto da Ata de Registro de Preços será recebido definitivamente pelo Detentor, após a constatação de sua adequação dos termos avençados e suas especificações. A fiscalização do objeto contratado será realizada por representante do Detentor a qual a Detentora da Ata deverá se submeter e atender;

* O uso do transporte, será apenas em casos de emergência, quando os veículos da frota Municipal estiverem impossibilitados de circular, por razões de manutenções.

GE
SOCOLOVS
KI & CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de
forma digital por
G E SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2024.06.25
16:51:21 -03'00'

000036



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (41) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: fletsc@ivaipr.gov.br

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º. O pagamento da presente Ata de RP será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

§2º. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da Ata de RP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da Ata de RP.

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§3º. A empresa Registrada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado na Ata de RP.

I) A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ nº 76175918/0001-33

Rua Rui Barbosa, nº 632 – Centro

IVAÍ – PR

CEP: 84.460.000

§4º. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da Ata de RP.

I) A fiscalização deverá basear-se no objeto entregue e será feita pelo fiscal da Ata de RP.

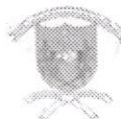
§5º. O pagamento poderá ser susado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§6º. A proponente registrada deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da Ata de RP (Pregão Eletrônico 052/2024 e Ata de Registro de Preços nº 100/2024).

GE
SOCOLOVSKI &
CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de forma
digital por GE
SOCOLOVSKI &
CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2024.06.26
16:51:37 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua São Sebastião, 632 - Fone: (41) 3247-1222 - 84400-000 - Ivai - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

§7º. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento do objeto, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será Liquidada.

§8º. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes. I – Os tributos a serem retidos pela contratante:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022.

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS).

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente;

II - A contratante deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei.

§9º. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Ivai, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr. **Sendo obrigação da registrada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.**

CLÁUSULA NONA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

§1º. Os recursos financeiros para o cumprimento do presente contrato ficarão por conta das dotações orçamentárias, conforme a seguir.

Dotação	Fonte

§2º. As dotações orçamentárias dos exercícios seguintes deverão ser registradas mediante apostilamento ao presente contrato, nos termos fixados no art. 136, inc. IV, Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionado.

GE
SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de forma
digital por GE
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2024.06.26

000037



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 842 - Fone: (42) 3247-1222 - 54460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: helmcao@ivaipr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º: Constituem obrigações da contratante:

- I. Exigir da Detentora da Ata o fiel cumprimento do Edital e ARP;
- II. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da Ata para que esta possa fornecer os produtos dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;
- III. Atestar o recebimento do objeto, notificando a empresa Detentora da Ata caso seja verificado algum problema;
- V. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços.
- VI. Solicitar a substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito;

§2º: Constituem obrigações da detentora da ata:

A Detentora obriga-se a:

- a) Assegurar a execução dos serviços, mantendo o veículo utilizado na prestação dos serviços em perfeito estado de funcionamento e de segurança, conforme determina o Código Brasileiro de Trânsito e legislação vigente;
- b) Proceder A HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA DO ÔNIBUS utilizado no transporte, a ser realizada com detergente, água sanitária e álcool 70% nos assentos, vidros, corredores e banheiro, a fim de evitar contaminações, visando assim, o atendimento ao contido na Legislação Sanitária vigente;
- c) Manter à frente dos serviços um representante credenciado capaz de responsabilizar-se pela direção dos serviços e representá-la perante a DETENTORA;
- d) Manter rigorosamente em dia o pagamento do Seguro de Responsabilidade Civil de Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros;
- e) Facilitar a ação da fiscalização e/ou a inspeção, fornecendo informações ou provendo acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas;
- f) Conter em sua frota no mínimo 02 (dois) veículos do item o qual é detentor da ata, uma vez que pode haver a necessidade da utilização de mais um tipo de veículo concomitantemente.

G E
SOCOLOVSKI
I & CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de forma
digital por G E
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2024.06.26
16:52:06 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 812 - Fone: (41) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

- g) Manter escritório e garagem para os veículos endereçado no Município de Ivaí, a fim de otimizar a operação do contrato quanto a agilidade de locomoção em situações de solicitação de viagens de urgência, ou até de apoio de última hora.

14.1 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO DETENTOR QUANTO AO PESSOAL

- a) Responder pela supervisão e mão de obra necessárias à execução dos serviços contratados como única e exclusiva empregadora;
- b) O(s) condutor(es) deverá(ão) ter habilitação profissional de conformidade com a legislação vigente, podendo ser recusado em qualquer época pelo DETENTORA, por infrações de trânsito ou por falta de cuidados com os passageiros;
- c) Correrão à conta do DETENTOR todos os custos diretos e indiretos, encargos salariais, fiscais, previdenciários, trabalhistas e comerciais incidentes sobre os mesmos, além de despesas com combustível, manutenção, mão de obra, seguro, taxas de administração, lucros e demais custos de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços, objeto deste Contrato;
- d) Assumir integral responsabilidade por qualquer dano ou prejuízo causado ao DETENTORA ou a terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, em decorrência da prestação dos serviços previstos neste instrumento contratual, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou total, isentando o DETENTORA de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato;
- e) Responsabilizar-se-á pelo pagamento de impostos, taxas e leis sociais e toda e qualquer despesa referente ao serviço respondendo pelo mesmo atual e futuramente;
- f) Apresentar para o fiscal antes da autorização de fornecimento:
- Comprovação sobre a posse dos veículos ofertados, através de documento de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) ou Contrato de Locação e/ou Leasing;
 - Apólice emitida por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil de Responsabilidade Civil de Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros;
 - habilitação profissional do(s) condutor(es), conforme legislação vigente;

GE
SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:854958
28000110

Assinado de forma
digital por GE
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:85495828000
110
Dados: 2024-06-26
16:52:22

000038



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 54460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

- autorização de viagem, tanto para interestadual e estadual, conforme normas da ANTT, DER - PR, DEER-PR;

g) Nenhum serviço fora do Contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização do DETENTOR;

14.2 DEMAIS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR

- a) Assumir, com exclusividade os riscos e despesas (manutenção), com veículo para uma perfeita execução dos serviços contratados;
- b) Assumir, com exclusividade despesas hospitalares e indenizatórias aos passageiros, em caso de acidentes;
- c) Assumir a responsabilidade de despesa de partida e de retorno de paciente que, por algum motivo, for deixado no local de partida em Ivaí ou de atendimento;
- d) Substituir o veículo utilizado na prestação de serviço, ora contratado, por um veículo com o mesmo número de lugares ou mais, caso o mesmo venha a sofrer algum problema, defeito, sem ônus ou despesas para o município;
- e) Obedecer fielmente a relação de pacientes/acompanhantes e escala de locais e horários de atendimento, expedida pela secretaria municipal de saúde, e destinação do transporte, ficando expressamente vedado o transporte de terceiros;
- f) O retorno do veículo deverá ser feito somente após o último atendimento de pacientes citados na relação de paciente/acompanhante fornecida pela secretaria municipal de saúde/fundo municipal de saúde;
- g) Tratar com urbanidade e respeito os usuários do transporte, prestando as informações necessárias;

Apresentar na efetivação do contrato, apólices de seguro com companhia seguradora idônea, juntamente com os comprovantes de quitação das referidas apólices, com responsabilidade para garantia dos danos que forem causados a passageiros e a terceiros nos termos da legislação pertinente à matéria, com relação aos veículos a serem utilizados na mencionada prestação de serviços;

GE
SOCOLOVS
& CIA
LTDA:854950110
828000110

Assinado de
forma digital por
G E SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2024.06.26
16:52:35 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

§1º. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2º: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1º as seguintes sanções: I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3º: Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

G E
SOCOLOVSKI &
CIA
LTDA:8549582
8000110

Assinado de forma
digital por G E
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:85495820001
10
Data: 2017.06.26
16:22:49 -03'00'

39



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4º: A sanção prevista no §2º inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§5º. No caso de inexecução parcial injustificada:

I. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;

II. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a contratada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade do contrato;

III. No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

IV. No caso de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§6º: Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

I. Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade do contrato e durante sua vigência;

II. O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

III. No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

IV. No caso de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§7º. A sanção prevista no inciso II do §2º, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1º.

§8º. A sanção prevista no inciso III do §2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§9º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da

GE
SOCOLOVS
KI & CIA
LTDA:854950110
828000110

Assinado de
forma digital por
GE SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2024.06.26
16:53:01 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11º. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12º. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2º, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13º. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14º: É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II. pagamento da multa;

III. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

VI. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1º exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15º. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1º. A inexecução total ou parcial da Ata de RP ensejará sua extinção, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/21 e possíveis alterações posteriores, são motivos para extinção da Ata de RP:

I - O não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos.

II - O cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos.

G E
SOCOLOVS
KI & CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de forma digital por G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA:8549582800 0110
Dados: 2024.06.26 16:53

005040



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rm Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84469-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

III - A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos serviços ou objetos, nos prazos estipulados.

IV - O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega do objeto.

V - O não cumprimento dos prazos, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante.

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Registrada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas nesta Ata de RP.

VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 117, da Lei nº 14.333/21.

IX - Fraude ou execução incorreta do objeto desta Ata de RP sem justa causa; X - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

XI - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de RP.

XII - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a Ata de RP.

§2º. A Extinção desta Ata de RP poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

IV - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DA ATA DE RP

§1º: A fiscalização ficará a cargo da servidora Srª. **Carolynne Byczkovski** a qual terá entre outras, as seguintes atribuições:

GE
SOCOLOVS
KI & CIA
LTDA:854950110
828000110

Assinado de forma digital por GE SOCOLOVSKI & CIA LTDA:8549582800
Dados: 2024.06.26 16:53:30 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

- I. Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado;
- II. Anotar em documento próprio as ocorrências;
- III. Determinar a correção de falhas ou defeitos;
- IV. Aplicar à Detentora as sanções administrativas de sua competência;
- V. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

§2º: A gestão ficará a cargo da Secretária Municipal de Saudeo Sr. **Alan Gregori Mocelin** e-mail: **saude@ivaí.pr.gov.br**;

§3º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

§4º. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou doservidor designado para a fiscalização.

§5º. Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o CONTRATANTE notificará a contratada para, noprazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

§6º. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição do objeto considerados inadequados.

§7º. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§8º. Ficam os Fiscais e os Gestores cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

§1º. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

GE
SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:8549582
8000110

Assinado de forma
digital por G E
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:854958280001
000041
16:53:46 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

§1º. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§2º. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada aceitação de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

§1º. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º Adota-se neste contrato, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexecutáveis;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante

GE
SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:854958
28000110

Assinado de forma
digital por GE
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:8549582800
0110
Dados: 2024.06.26
16:54:03 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1º. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14133/21 e alterações.

§2º. Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Registrada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

§3º. Reserva-se a Contratante o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que trata-se de Registro de Preços.

§4º. A detentora da Ata deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

§5º. O Contratante enviará o resumo desta Ata de Registro de Preço à publicação no Diário Oficial do Município de Ivaí, sem prejuízo de disponibilização da íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º. Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a contratada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

§2º. A contratada deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

GE
SOCOLOVS
KI & CIA
LTDA:85495
828000110

Assinado de
forma digital por
G E SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:8549582800
0110
Data: 2023.06.26
16:34:11 -03'00'

000142



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Imbituva- PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam a presente Ata em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do contratante Município de Ivaí- Paraná.

Ivaí, 25 de Junho de 2024

Município de Ivaí

Orli Antonio Camargo de Cristo

Contratante

GE
SOCOLOVSKI
& CIA
LTDA:854958
28000110

Assinado de forma
digital por G E
SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:85495828000
110
Dados: 2024.06.26
16:54:29 -03'00'

G E Socolovski & Cia Ltda

Geronimo Eduardo Socolovski - Representante Legal

Contratada

Testemunhas:

1) _____

Nome: Marcia Luciene Kobilarz

CPF/MF 956.815.909-68

2)

Nome: Karen Zelinda dos Santos

CPF/MF: 114.296.739-58



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: http://www.

Página: 1 / 1

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 18/2024

Processo Adm.: 18/2024
Data do Processo: 11/06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo: 18/2024
b) Nr. Licitação: 18/2024 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:
e) Objeto da Licitação: *Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de pacientes da rede municipal de saúde em viagens intermunicipais e/ou interestaduais até os locais credenciados, que podem variar conforme a disponibilidade via Consórcio Intermunicipal de Saúde e/ou PPI – Programação Pactuação Integrada, disponibilizada pela Central Estadual de Regulação Ambulatorial ou Hospitalar para tratamento de saúde, consultas médicas, e/ou realização de exames e procedimentos, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e demais anexos do Edital.*

Participante: LCM TRANSPORTES E VIAGENS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS 1	70.000	KM	5,18	362.600,00
Total do Participante:					362.600,00

Participante: NARDELLI TRANSPORTES LTDA

1	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	70.000	KM	6,32	442.400,00
Total do Participante:					442.400,00

Total Geral: 805.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção das atividades de média e alta complexidade - MAC	15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00	R\$ 1.783.600,00

Jaraguá do Sul, 17/07/2024

JOSE JAIR
FRANZNER:35243
953920

Assinado de forma digital por
JOSE JAIR
FRANZNER:35243953920
Dados: 2024.07.17 11:06:51
+03'00'

JOSE JAIR FRANZNER

Assinatura do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

ÓRGÃO PÚBLICO	SERVIÇO/OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ENCONTRADO	VALOR DA CONTRATAÇÃO
Município de Capinzal/SC	Contratação de empresa de transporte, para a realização de transporte de pacientes atendidos pela Secretaria de Saúde.	KM	60.000	4,45	267.000,00
Município de Cidade Gaúcha/PR	Contratação de empresa especializada em serviço de transporte por meio de veículo do tipo Van, com ar-condicionado, TV, bancos individuais reclináveis, ano de fabricação mínima de 2012, com mínimo de 16 lugares, com condutor, e ônibus, com ar condicionado, TV, bancos individuais reclináveis, ano de fabricação 2008 com 51 lugares, arcando com despesas de combustível, manutenção, impostos e seguro do veículo, incluindo seguros para os passageiros e terceiros, com quilometragem livre, para o transporte de pacientes, alunos e funcionários.	KM	40.000	8,72	348.800,00
Município de Ivaí/PR	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e	KM	66.000	6,50	429.000,00




PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

	acompanhamentos em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.				
Município de Jaguará do Sul/SC	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de pacientes da rede municipal de saúde em viagens intermunicipais e/ou interestaduais até locais credenciados, que podem variar conforme a disponibilidade via Consórcio Intermunicipal de Saúde e/ou PPI – Programação Pactuação Integrada, disponibilizada pela Central Estadual de Regulação Ambulatorial ou Hospitalar para tratamento de saúde, consultas médicas, e/ou realização de exames e procedimentos, de acordo com o Anexo I- Termo de Referência e demais anexos do Edital.	KM	70.000	6,32	442.400,00
		TOTAL MEDIANA	66.000	6,50	429.000,00

Ivaí-PR, 20 de agosto de 2024



Alan Gregori Mocelim
Secretário de Saúde

000046



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS COM FORNECEDORES

Eu, **ALAN GREGORI MOCELIM**, brasileiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na função de Secretário, residente e domiciliado nesta cidade, DECLARO que os preços previstos na solicitação de processo licitatório para contratação de transporte de pacientes, estão de acordo com os valores praticados no mercado com empresas do ramo atinente ao objeto a ser contratado, não existindo qualquer vínculo entre as empresas/fornecedores escolhidos para consulta de mercado, os quais foram obtidos por meio de pesquisas em outros órgãos públicos e fazem parte integrante do referido processo.

A pesquisa de preços foi realizada por meio de consulta a Atas do Município de Capinzal/SC, Cidade Gaúcha/PR, Jaguará do Sul/SC e deste próprio Município, além de consulta a sites especializados na internet.

Declaro que **não houve** fornecimento de modelo para cotação por parte desta secretaria.

Declaro ainda que foram utilizados todos os recursos para evitar sobre preço, sendo os valores definidos na solicitação da licitação o real valor de mercado atualmente, atendendo o contido no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 29 do Decreto Municipal nº 025/2023.

Certifico como verdadeiras as informações contidas na pesquisa de preços realizada, responsabilizando-me por sua veracidade.

Ivaí, 20 de agosto de 2024.

Nome do Servidor: Alan Gregori Mocelim

Cargo do servidor: Secretário

Secretaria de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

000047



Município de Ivaí - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 27/08/2024

Equipamento

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
1 SECRETARIA DE SAÚDE					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	757.832,13
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	757.832,13
10.301.1001.2041 Atividades - Assistência Médica Odontológica e Sanitária					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	757.832,13
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
01890 E 00303 0303.01/02/00/00 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	757.832,13
Total Geral					3.600.000,00	3.600.000,00	2.842.167,87	757.832,13

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 27/08/2024
Contas de despesa: 1890



Município de Ivai - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em : 27/08/2024

000049

Equiplano

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
001 SECRETARIA DE SAÚDE					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1.280.810,61
001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1.280.810,61
10.301.1001.2041 Atividades Assistencia Medica Odonto e Sanitaria					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1.280.810,61
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
0180 E 00000 000001/07/0000 Recursos Ordinários (Livres)					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1.280.810,61
Total Geral					1.650.000,00	1.650.000,00	369.189,39	1.280.810,61

Critérios de seleção:
Data do cálculo: 27/08/2024
Contas de despesa: 1880



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria demandante: Secretaria de Saúde
- Responsável: Alan Gregori Mocelim

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Contratação de empresa que realize serviços de transporte de pacientes.

2.2. Natureza do objeto

Serviço comum.

2.3. Fundamento da contratação

O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência.

2.4. Justificativa da contratação

A contratação de empresa que forneça transporte é de extrema importância neste Município, tendo em vista que se trata de transporte de pacientes da saúde pública, os quais necessitam deslocar-se para outras cidades em busca de consultas médicas, realização de exames, entre outros serviços. Destaca-se que tais municípios não possuem condições de locomover-se por transporte próprio, o que é compensado por este ente público, que proporciona tal condução a todos.

Ainda, esclarece-se que os veículos destinados a este serviço se encontram danificados, sendo necessária a contratação de uma empresa que o forneça. Desta forma, destaca-se que o mesmo será requisitado eventualmente, pois apenas será utilizado quando não houver transporte próprio do Município disponível para os pacientes.

2.5. Requisitos da contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Para a seleção da empresa, é necessário que esta apresente um veículo em perfeitas condições, regularizado perante ao órgão competente, além de possuir seguro contra acidentes, apresentar estrutura confortável, funcional e higiênica, como ar condicionado, poltronas em bom estado e em perfeito uso, equipamentos de segurança, entre outras especificações estabelecidas no termo de referência.

Ainda, exige-se que este deverá se tratar de um veículo com capacidade mínima de 26 lugares, fabricado a partir de 2018, garantindo o acomodamento de todos os pacientes em um automóvel em estado favorável. Por fim, caso o primeiro veículo não esteja disponível, deverá ser disponibilizado um segundo nas mesmas condições.

Destaca-se que este se tratará de um serviço esporádico e eventual, solicitado em casos de emergência, quando o próprio Município não puder realizar o transporte dos indivíduos, desta forma, não há como se estipular datas para o uso da contratação, devendo tal informação estar clara para as empresas.

Além do exposto, para o pagamento da contratada, será utilizado quilômetro rodado como forma de cálculo, sendo o Município de Ivaí o ponto de partida para computação da distância.

Esclarece que os requisitos impostos procuram assegurar a contratação de fornecedores qualificados e que atendam às exigências técnicas e legais, realizando-se uma contratação benéfica a este ente público.

2.6. Análise dos riscos da contratação

Na contratação de transporte de pacientes, o principal risco a ser considerado é a ocorrência de acidentes de trânsito ou situações que causem danos físicos, materiais ou morais aos indivíduos. Assim, como forma de assegurar contra tais riscos, exige-se que a empresa vencedora possua cobertura para danos corporais, morais e materiais contra terceiros e passageiros de todos os veículos disponibilizados para o transporte, comprovado através de apólice de seguro.

2.7. O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável? Quais os critérios de inovação e/ou desenvolvimento?

Não se aplica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Especificação e quantidades da solução:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

A quantidade estimada foi realizada com base na demanda de transporte para os pacientes e na falta de automóveis disponíveis neste Município, tendo em vista que este era um serviço prestado diretamente, sem a contratação de um terceiro.

De acordo com a avaliação realizada, será contratada a seguinte quilometragem para suprir a demanda:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI.	QTD.
1	Serviço de transporte de passageiros - micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar-condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo (CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018. * A empresa também deverá apresentar no ato de licitação um veículo reserva com as mesmas descrições exigidas acima.	KM	66.000

3.2. Prazo para início da execução do objeto

Será imediato, a partir da assinatura da ata de preços e da necessidade da prestação do serviço.

3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto

A execução ocorrerá gradualmente, a depender da demanda do transporte e da indisponibilidade dos veículos desta prefeitura.

3.4. Local de entrega ou execução

Os locais de execução serão alguns pontos de ônibus destinados ao embarque dos pacientes, os quais se localizam dentro dos limites deste Município e serão determinados quando findada a contratação. Desta forma, a empresa contratada deverá buscar os pacientes nestes pontos, para realizar o transporte até o destino.

3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:

Não se aplica.

3.5.2. Condições de assistência técnica:

Não se aplica.

3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?

Não se aplica.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Resultados pretendidos a contratação:

Pretende-se que seja obtido êxito na contratação mais favorável e de qualidade para a população deste Município, buscando suprir a necessidade de transporte, fornecendo o acesso a saúde para todos os munícipes.

Além disso, busca-se realizar um processo de forma transparente e em conformidade com a legislação vigente, garantindo a credibilidade das aquisições realizadas pelo Município.

4.2. Forma de execução do contrato

Fornecimento continuado.

4.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)

12 meses, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Requisitos anteriores à execução

Não se aplica.

5.1.1. Garantia financeira do contrato:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Não se aplica.

5.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle

A execução do contrato ocorrerá no Posto de Saúde Central, por meio da Secretaria de Saúde, onde será realizada uma lista com os pacientes que necessitam do transporte em cada dia e o local que irão buscar atendimento, determinando se poderá ser utilizado os veículos do Município ou se deverá ser requisitado através da empresa vencedora, controlando o saldo e a quantidade de viagens realizadas.

5.3. Obrigações específicas do contratado

Realizar paradas nos locais determinados por este Município para o embarque e desembarque de pacientes.

5.4. Obrigações específicas do Município:

Repassar uma lista de todos os pacientes que serão transportados naquele dia, acompanhada das informações de cada um, bem como com o local em que estarão aguardando e o local que irão realizar a consulta.

5.5. Requisitos posteriores à execução:

Não se aplica.

5.6. Infrações e penalidades do Contrato:

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

5.7. Regra da subcontratação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

5.7.1. Se vedada a subcontratação, pela presente justificativa:

Não se aplica.

5.7.2. Será permitida a subcontratação nos seguintes limites?

Não se aplica.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Prazo de pagamento:

O prazo de pagamento será de 30 dias, a partir da emissão da nota fiscal fornecida pela empresa.

6.2. Critério de reajuste e repactuação:

6.2.1. Índice de reajuste ou repactuação dos insumos:

IPCA (IBGE)

6.3. Haverá Remuneração Variável?

☐ Sim ☒ Não

6.4. Critério e prazo para recebimento provisório

Não haverá recebimento provisório, posto que o objeto é serviço prestado eventualmente.

6.5. Critério e prazo para recebimento definitivo

O recebimento será de forma parcelada, com a gradual requisição do serviço nos casos em que o próprio Município não seja capaz de fornecer o transporte.

7. EDITAL DE SELEÇÃO

7.1. Modalidade de licitação

Pregão Eletrônico, pois trata-se de serviços comuns;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

7.1.1. Local do certame:

Definido pelo setor de licitação.

7.2. Critério de julgamento

Menor preço.

7.2.1. A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens

☐ Global ☐ Lotes de itens ☒ Por itens

7.3. Modo de disputa

Aberto.

7.4. Benefícios para Micro e Pequenas Empresas - MPE

SEM BENEFÍCIO.

Destaca-se que não haverá a reserva de cota de 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois não há vantajosidade na referida contratação de forma parcelada, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, tendo em vista que se trata de uma prestação de serviço e não de uma aquisição de bens, conforme art. 48, inciso III, da LC nº 123/06, de forma a ocasionar licitação deserta. Ficam garantidos os demais benefícios dispostos na LC nº 123/06 às ME's e EPP's, quando da participação em licitação.

7.5. Exigências específicas para a fase de proposta

☐ Existem exigências específicas ☒ Não se aplica o item

7.6. Exigências específicas para a fase de habilitação

Sim. As exigências estão em consonância com o art. 62 a 67 da Lei de Licitações, e presentes na Minuta padronizada da AGU, sendo a exigência de Atestado Técnico Operacional, em consenso com o objeto razoável, diante do valor da contratação, e da parcela de maior relevância, sem configurar restrição indevida à competitividade

7.6.1. Qualificação econômico-financeira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Certidão de Falência.

7.7. Exigências específicas para a fase de assinatura da ata de preços

Certificado de registro da empresa e dos veículos disponibilizados no D.E.R. – PR.

Cobertura para danos corporais, morais e materiais contra terceiros e passageiros de todos os veículos disponibilizados para o transporte, comprovado através de apólice de seguro.

7.8. Será vedada a participação de consórcios?

Não.

7.9. Infrações e penalidades no certame:

As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

8. É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?

☒ Sistema de Registro de Preços ☐ Contratação tradicional

8.1. Tabela com itens, quantidades e periodicidade

Item	Descrição	Quantidade			
		Un.	Registrada	Periodicidade	Estimadas por período
1	Serviço de transporte de passageiros	KM.	66.000	Mensal	5.000

8.1.1. Será dispensada a publicação da intenção de registro de preços, diante da seguinte justificativa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Trata-se de Ata de Registro de Preços destinada à contratação de objeto específico para utilização no município de Ivaí, não sendo beneficiado pela possibilidade de outros órgãos participarem da Ata.

8.2. Infrações e penalidades da Ata de Registro de Preços:

As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

9.1. Valor estimado total da contratação:

R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil).

9.2. Data da conclusão da formação de preço:

20 de agosto de 2024.

9.3. O preço de referência será sigiloso no processo?

☐ Sim ☒ Não

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Previsão orçamentária para a contratação

Desnecessária por ser Sistema de Registro de Preços

10.2. Rubrica orçamentária para a contratação:

Conforme documento anexo.

11. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde.

Ivaí- PR, 23 de agosto de 2024.


Alan Gregori Mocelim



Município de Ivaí
Solicitação 264/2024

Exemplar

Página: 1

Solicitação			
Número	Tipo	Entido em	Quantidade de itens
264	Contratação de Serviço	29/08/2024	1
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
135860-0	ALAN GREGORI MOCELIM	0/2024	
Local			
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE		
Órgão			
08	SECRETARIA DE SAUDE		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
A PRAZO		Depósito bancário	
Entrega			
Local		Prazo	
		0 Dias	

Descrição:

Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de pacientes.

Justificativa:

Garantir transporte seguro e eficiente para pacientes, atendendo às necessidades de deslocamento.

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
035042	Serviço de transporte de passageiros	KM	66.000,00	6,50	429.000,00
	Serviços de transporte de passageiros micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo(CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018.				
	*A empresa também deverá apresentar no ato da licitação um veículo reserva com as mesmas descrições exigidas acima.				
				TOTAL	429.000,00
				TOTAL GERAL	429.000,00

000062



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal

Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Marcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Marcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Marcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovalczuk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kovalczuk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graníska
Keila Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

000063

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itauna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:32103F7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kowalczyk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kowalczyk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kowalczyk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stupp
José Eraldo Graniska
Keila Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:E64C5186

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA ——— Nº 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Luiz Carlos Lemes - Secretário Municipal de Administração;
Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Willian Sauter de Cristo - Secretário Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolync Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Siomhalo - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Marcio Marques - Secretário Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Wicto Eduardo Bonette - Secretário Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

PORTARIA N º 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;

José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;

Lulz Carlos Lemes - Secretária Municipal de Administração;

Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;

Wiliam Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolyne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;

Cristiane Kovalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;

Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;

Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;

Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:32103F7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovaleczuk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovaleczuk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kovaleczuk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graniska
Keila Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:E64C5186

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Luiz Carlos Lemes - Secretário Municipal de Administração;
Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolyne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kovaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador: E2552A85

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 004/2024

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grachoski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador: 977EBFE0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

4º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 306/2021

LICITAÇÃO Nº 186/2021

PREGÃO Nº 130/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominadas **CONTRATANTES**, e a empresa **FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivaí/PR, 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pela Senhora **Fernanda Caroline Bueno Pereira**, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivaí/PR, portadora da cédula de

identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este **Termo Aditivo**, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. - Lote 003.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivaí (PR), 22 de dezembro de 2023.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -

Prefeito Municipal

FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -

Representante Legal

Publicado por:

Karen Zelinda Dos Santos

Código Identificador: F934C017

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/01/2024 - 13h45min.

Data de início da fase de LANCES: 17/01/2024 - a partir das 14h00min.

Endereço eletrônico: <http://www.bilcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 03 de janeiro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ -

Agente de Contratação

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador: A898208A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/01/2024 - 13h45min.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA Nº 004/2024

**Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de
Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício
de 2024.**

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grochoski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 134/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito, em 03 de Janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador: E2552A85

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 004/2024

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolyn Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Murcio Grochowski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
William Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador: 977EBFEO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

4º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 306/2021

LICITAÇÃO Nº 186/2021

PREGÃO Nº 130/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominados **CONTRATANTES**, e a empresa **FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivaí/PR, 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pela Senhora **Fernanda Caroline Bueno Pereira**, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivaí/PR, portadora da cédula de

identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este **Termo Aditivo**, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. - Lote 003.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivaí (PR), 22 de dezembro de 2023.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -

Prefeito Municipal

FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -

Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador: F934C017

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/01/2024 - 13h45min.

Data de início da fase de LANCES: 17/01/2024 - a partir das 14h00min.

Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaí.pr.gov.br

Ivaí, 03 de janeiro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ -

Agente de Contratação

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: A898208A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/01/2024 - 13h45min.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

MEMO/2024

DE: PREFEITO MUNICIPAL

PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, **AUTORIZO** o **INÍCIO** do **PROCESSO LICITATÓRIO** cujo objeto é a **Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de pacientes**. Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

Ivaí - PR, 29 de Agosto de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
PREFEITO MUNICIPAL

000068

MINUTA EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024
"MODO DE DISPUTA ABERTO"

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Ivaí

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Saúde

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / [global]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

Data de início de acolhimento de PROPOSTA:

xx/xx/2024 a partir das 17h00min.

Data de início da fase de LANCES:

xx/xx/2024 – a partir das 09h00min.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: <https://bllcompras.com>

MINUTA DE EDITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/20...

(Processo Administrativo nº.....)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Ivaí, por meio do(a) Setor de Compras e Contratos, sediado(a) Rua Rui Barbosa, Nº 632, centro realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decretos Municipais nº 025/2023, nº 028/2023 e nº 030/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **prestação do serviço de transporte rodoviários de pessoas para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 01 item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. Valor Máximo estipulado: R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais).
- 1.4. *O uso do transporte, será apenas em casos de emergência, quando os veículos da frota Municipal estiverem impossibilitados de circular, por razões de manutenções.*

DO REGISTRO DE PREÇOS

As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de compras do Portal de compras BLL (<https://bllcompras.com>).

Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não poderão disputar esta licitação:

- 1.1.1.1.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 1.1.1.1.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 1.1.1.1.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por

cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.1.1.1.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.1.1.1.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.1.1.1.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.1.1.1.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.1.1.1.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

1.1.1.1.9. *peças jurídicas reunidas em consórcio; A vedação à subcontratação se justifica pela necessidade de garantir que a empresa contratada possua a capacidade técnica e operacional comprovada para fornecer os brinquedos conforme as especificações estabelecidas no edital. Ao vedar a subcontratação, a Administração Pública assegura que a responsabilidade pela qualidade dos produtos e pela execução do contrato permaneça diretamente com a empresa vencedora, evitando riscos à segurança dos usuários e à adequação dos brinquedos ao público-alvo. Além disso, essa vedação impede que empresas sem a devida qualificação técnica participem*

indiretamente do processo, preservando a integridade do certame e assegurando a entrega de produtos que atendam aos padrões de qualidade exigidos.

1.1.1.1.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.1.1.1.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2. O impedimento de que trata o item 1.1.1.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 1.1.1.1.2 e 1.1.1.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
5. O disposto nos itens 1.1.1.1.2 e 1.1.1.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

000071

7. A vedação de que trata o item 1.1.1.1.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 1.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 1.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 1.57.1 e 1.67.1 deste Edital.
- 1.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 1.4.4.cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 1.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.6.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 1.6.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 1.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 1.4 ou 1.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 1.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 1.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 1.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- 1.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 1.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 1.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 1.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 1.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 1.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 1.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 1.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 1.16. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 1.16.1. valor unitário por km rodado e valor total do lote;
- 1.17. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

1.17.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 1.18. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 1.19. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 1.20. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 1.21. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 1.21.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 1.21.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 1.21.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 1.22. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei,

nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 1.23. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 1.24. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 1.25. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 1.26. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 1.27. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.
- 1.28. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 1.29. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 1.30. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01 (zero virgula zero um por cento)*.
- 1.31. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 1.32. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 1.33. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 1.33.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.33.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.33.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 1.33.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.33.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 1.35. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 1.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da

000074

comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 1.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.38. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 1.38.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 1.38.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 1.38.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 1.38.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.39. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

1.39.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

1.39.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.39.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

1.39.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

1.39.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

1.39.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1.39.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

1.39.2.2. empresas brasileiras;

1.39.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

1.39.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

1.40. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

000075

- 1.40.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 1.40.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 1.40.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 1.40.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 1.40.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 1.41. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

- 1.42. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 1.42.1. SICAF;
 - 1.42.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

- 1.42.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 1.43. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 1.44. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
 - 1.44.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 1.44.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 1.44.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 1.45. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 1.6 deste edital.
- 1.46. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 1.47. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 1.47.1. conter vícios insanáveis;
 - 1.47.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 1.47.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

000076

- 1.47.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 1.47.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 1.48. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 1.48.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 1.48.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 1.48.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 1.49. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 1.50. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 1.51. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 1.51.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 1.51.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse

- 1.52. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 1.53. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 1.54. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 1.55. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 1.56. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 1.57. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Conforme segue:

Para comprovação da habilitação jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

000077

- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Certidão Simplificada da Junta Comercial;

OBSERVAÇÕES:

- *Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;*
- *Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;*
Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos

encargos sociais instituídos por Lei;

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Comprovação da qualificação técnica

- Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por entidade da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto desta licitação de "serviço de transporte", datado e assinado.
- Certificado de registro da empresa no D.E.R. – PR.

1.57.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

1.58. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

1.59. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

1.60. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação

000078

econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 1.61. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 1.62. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 1.63. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 1.64. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 1.65. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
 - 1.65.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 1.66. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

- 1.66.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 1.67. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 1.67.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 1.67.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 1.68. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 1.68.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 1.68.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 1.69. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 1.69.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

000079

- 1.69.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 1.70. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 1.71. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 1.67.1.
- 1.72. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 1.73. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 1.74. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DA VIGÊNCIA

10.1 A vigência será de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação do extrato.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da entrega do objeto ou da execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal e autorização do fiscal.

No caso de atraso pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora, serão objeto de incidência, uma única vez, até o pagamento, da taxa referencial do SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

As condições de pagamento são compatíveis com a iniciativa privada.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.75. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

1.76. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

1.77. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

1.78. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.79. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a

000080

Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

- 1.80. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 1.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

- 1.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

- 1.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

- 1.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

- 1.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

- 1.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 1.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

- 1.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

- 1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a

Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 1.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 1.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DOS RECURSOS

- 1.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 1.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:
 - 1.7.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 1.7.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 15 (quinze) minutos.
 - 1.7.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
 - 1.7.4.na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 1.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 1.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

000081

- 1.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 1.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 1.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 1.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 1.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://blcompras.com>).

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 1.15. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 1.15.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 1.15.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 1.15.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 1.15.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 1.15.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 1.15.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 1.15.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 1.15.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.15.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 1.15.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 1.15.5. fraudar a licitação
- 1.15.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 1.15.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 1.15.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 1.15.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 1.15.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 1.15.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 1.16. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 1.16.1. advertência;
 - 1.16.2. multa;
 - 1.16.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 1.16.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 1.17. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 1.17.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 1.17.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 1.17.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

000082

- 1.17.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 1.17.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.18. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 1.18.1. Para as infrações previstas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 1.18.2. Para as infrações previstas nos itens 1.15.4, 1.15.5, 1.15.6, 1.15.7 e 1.15.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 1.19. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 1.20. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 1.21. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 1.22. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.15.4, 1.15.5, 1.15.6, 1.15.7 e 1.15.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 1.23. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirár o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 1.15.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o

sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 1.24. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 1.25. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 1.26. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 1.27. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 1.28. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 1.29. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

000083

- 1.30. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 1.31. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio:* (<https://bllcompras.com>).
- 1.32. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 1.32.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 1.33. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

As viagens serão realizadas conforme demanda da Secretaria, inclusive em feriados municipais, em horário diurno/noturno, autorizadas e programadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

Após assinatura da Ata de Registro de Preços a empresa Detentora deverá apresentar antes do início da prestação dos serviços, ao fiscal dos serviços os seguintes documentos:

Comprovação sobre a posse dos veículos ofertados, através de documento de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) ou Contrato de Locação e/ou Leasing;

Apólice emitida por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil de Responsabilidade Civil de Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros;

Habilitação profissional do(s) condutor(es), conforme legislação vigente;

Autorização de Viagem, tanto para interestadual e estadual, conforme normas da ANTT, DER - PR, DEER-PR;

Certificado de registro dos veículos disponibilizados no D.E.R. – PR.

Disponibilizar 01 (um) veículo, para atendimento ao item 01 do lote, sendo que em caso de necessidade deverá providenciar um 2º (segundo) veículo.

Contrato firmado de locação pelo prazo da licitação dos veículos que não sejam de propriedade da empresa, assinado por ambas (contratante e contratado), com firma reconhecida, bem como cópia do documento da locação comprovado os poderes de quem assinou o contrato.

Os veículos deverão ser de fabricação a partir do ano de 2018.

A empresa deverá possuir Seguro com cobertura para danos corporais, morais e materiais contra terceiros e de passageiros de todos os veículos disponibilizados para o transporte, comprovando através de apólice de seguro, não sendo aceito declaração ou qualquer outro tipo de documento.

Licenciamento dos veículos (CRLV) disponibilizados;

000084

Descrição detalhada dos veículos disponibilizados, com indicação da marca, modelo, ano e identificação das placas.

Laudos de inspeção técnica expedido por órgão credenciado para inspeção veicular.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.34. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 1.35. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 1.36. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 1.37. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 1.38. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 1.39. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 1.40. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 1.41. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.42. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.43. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (<https://bilcompras.com>) e (<http://www.ivaí.pr.gov.br/>).

1.44. **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

- ANEXO I - Termo de Referência
- Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- ANEXO IV – Modelo declaração conjunta

Ivaí , 29 de agosto de 2024

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

000085

ANEXO I - Termo de Referência

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria demandante: Secretaria de Saúde
- Responsável: Alan Gregori Mocelim

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Contratação de empresa que realize serviços de transporte de pacientes.

2.2. Natureza do objeto

Serviço comum.

2.3. Fundamento da contratação

O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência.

2.4. Justificativa da contratação

A contratação de empresa que forneça transporte é de extrema importância neste Município, tendo em vista que se trata de transporte de pacientes da saúde pública, os quais necessitam deslocar-se para outras cidades em busca de consultas médicas, realização de exames, entre outros serviços. Destaca-se que tais municípios não possuem condições de locomover-se por transporte próprio, o que é compensado por este ente público, que proporciona tal condução a todos.

Ainda, esclarece-se que os veículos destinados a este serviço se encontram danificados, sendo necessária a contratação de uma empresa que o forneça. Desta forma, destaca-se que o mesmo será requisitado eventualmente, pois apenas será utilizado quando não houver transporte próprio do Município disponível para os pacientes.

2.5. Requisitos da contratação

Para a seleção da empresa, é necessário que esta apresente um veículo em perfeitas condições, regularizado perante ao órgão competente, além de possuir seguro contra acidentes, apresentar estrutura confortável, funcional e higiênica, como ar condicionado, poltronas em bom estado e em perfeito uso, equipamentos de segurança, entre outras especificações estabelecidas no termo de referência.

Ainda, exige-se que este deverá se tratar de um veículo com capacidade mínima de 26 lugares, fabricado a partir de 2018, garantindo o acomodamento de todos os pacientes em um automóvel em estado favorável. Por fim, caso o primeiro veículo não esteja disponível, deverá ser disponibilizado um segundo nas mesmas condições.

Destaca-se que este se tratará de um serviço esporádico e eventual, solicitado em casos de emergência, quando o próprio Município não puder realizar o transporte dos indivíduos, desta forma, não há como se estipular datas para o uso da contratação, devendo tal informação estar clara para as empresas.

Além do exposto, para o pagamento da contratada, será utilizado quilômetro rodado como forma de cálculo, sendo o Município de Ivaí o ponto de partida para computação da distância.

Esclarece que os requisitos impostos procuram assegurar a contratação de fornecedores qualificados e que atendam às exigências técnicas e legais, realizando-se uma contratação benéfica a este ente público.

2.6. Análise dos riscos da contratação

Na contratação de transporte de pacientes, o principal risco a ser considerado é a ocorrência de acidentes de trânsito ou situações que causem danos físicos, materiais ou morais aos indivíduos. Assim, como forma de assegurar contra tais riscos, exige-se que a empresa vencedora possua cobertura para danos corporais, morais e materiais contra terceiros e passageiros de todos os veículos disponibilizados para o transporte, comprovado através de apólice de seguro.

2.7. O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável? Quais os critérios de inovação e/ou desenvolvimento?

Não se aplica.

000086

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Especificação e quantidades da solução:

A quantidade estimada foi realizada com base na demanda de transporte para os pacientes e na falta de automóveis disponíveis neste Município, tendo em vista que este era um serviço prestado diretamente, sem a contratação de um terceiro.

De acordo com a avaliação realizada, será contratada a seguinte quilometragem para suprir a demanda:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI.	QTD.
1	Serviço de transporte de passageiros - micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar-condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo (CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018. * A empresa também deverá apresentar no ato de licitação um veículo reserva com as mesmas descrições exigidas acima.	KM	66.000

3.2. Prazo para início da execução do objeto

Será imediato, a partir da assinatura da ata de preços e da necessidade da prestação do serviço, bem como cumprido os requisitos para execução.

3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto

A execução ocorrerá gradualmente, a depender da demanda do transporte e da indisponibilidade dos veículos desta prefeitura.

3.4. Local de entrega ou execução

Os locais de execução serão alguns pontos de ônibus destinados ao embarque dos pacientes, os quais se localizam dentro dos limites deste Município e serão determinados quando findada a contratação. Desta forma, a empresa contratada deverá buscar os pacientes nestes pontos, para realizar o transporte até o destino.

3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?

3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:

Não se aplica.

3.5.2. Condições de assistência técnica:

Não se aplica.

3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?

Não se aplica.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Resultados pretendidos a contratação:

Pretende-se que seja obtido êxito na contratação mais favorável e de qualidade para a população deste Município, buscando suprir a necessidade de transporte, fornecendo o acesso a saúde para todos os munícipes.

Além disso, busca-se realizar um processo de forma transparente e em conformidade com a legislação vigente, garantindo a credibilidade das aquisições realizadas pelo Município.

4.2. Forma de execução do contrato

Fornecimento continuado.

4.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)

12 meses, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Requisitos anteriores à execução

000087

Para comprovação da habilitação jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Certidão Simplificada da Junta Comercial;

OBSERVAÇÕES:

- *Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;*
- *Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;*
Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante

apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Comprovação da qualificação técnica

- Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por entidade da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto desta licitação de "serviço de transporte", datado e assinado.
- Certificado de registro da empresa no D.E.R. – PR.

5.1.1. Garantia financeira do contrato:

Não se aplica.

5.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle

A execução do contrato ocorrerá no Posto de Saúde Central, por meio da Secretaria de Saúde, onde será realizada uma lista com os pacientes que necessitam do transporte em cada dia e o local que irão buscar atendimento, determinando se poderá ser utilizado os veículos do Município ou se deverá ser requisitado através da empresa vencedora, controlando o saldo e a quantidade de viagens realizadas.

5.3. Obrigações específicas do contratado

Realizar paradas nos locais determinados por este Município para o embarque e desembarque de pacientes.

A empresa contratada deverá fornecer relatórios detalhados dos serviços executados, incluindo quilometragem, acompanhados de planilhas devidamente assinadas pelo responsável e pelos fiscais designados por portaria, para fins de comprovação e subsequente requisição de compra e processamento do pagamento.

As fiscalizações deverão ser conduzidas pelos fiscais designados por portaria específica, com a finalidade de monitorar, controlar e verificar diariamente as quilometragens realizadas.

5.4. Obrigações específicas do Município:

Repassar uma lista de todos os pacientes que serão transportados naquele dia, acompanhada das informações de cada um, bem como com o local em que estarão aguardando e o local que irão realizar a consulta.

5.5. Requisitos posteriores à execução:

Não se aplica.

5.6. Infrações e penalidades do Contrato:

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

5.7. Regra da subcontratação:

5.7.1. Se vedada a subcontratação, pela presente justificativa:

A vedação de subcontratação neste processo licitatório visa garantir que a empresa vencedora, devidamente qualificada tecnicamente, execute diretamente o objeto contratado, assegurando a qualidade do serviço, a responsabilidade integral e o cumprimento dos requisitos exigidos.

Tal medida facilita a fiscalização, reduz riscos de descumprimento contratual e evita fraudes, promovendo maior segurança jurídica e transparência no processo, além de preservar o interesse público na correta execução do contrato.

5.7.2. Será permitida a subcontratação nos seguintes limites?

Não se aplica.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Prazo de pagamento:

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da entrega do objeto ou da execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal e autorização do fiscal.

No caso de atraso pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora, serão objeto de incidência, uma única vez, até o pagamento, da taxa referencial do SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

As condições de pagamento são compatíveis com a iniciativa privada.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2. Critério de reajuste e repactuação:

6.2.1. Índice de reajuste ou repactuação dos insumos:

IPCA (IBGE)

6.3. Haverá Remuneração Variável?

☐ Sim ☒ Não

6.4. Critério e prazo para recebimento provisório

Não haverá recebimento provisório, posto que o objeto é serviço prestado eventualmente.

6.5. Critério e prazo para recebimento definitivo

O recebimento será de forma parcelada, com a gradual requisição do serviço nos casos em que o próprio Município não seja capaz de fornecer o transporte.

7. EDITAL DE SELEÇÃO

7.1. Modalidade de licitação

Pregão Eletrônico, pois trata-se de serviços comuns;

7.1.1. Local do certame:

Definido pelo setor de licitação.

7.2. Critério de julgamento

Menor preço.

7.2.1. A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens

☐ Global ☐ Lotes de itens ☒ Por itens

7.3. Modo de disputa

Aberto.

7.4. Benefícios para Micro e Pequenas Empresas - MPE

000090

SEM BENEFÍCIO.

Destaca-se que não haverá a reserva de cota de 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois não há vantajosidade na referida contratação de forma parcelada, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, tendo em vista que se trata de uma prestação de serviço e não de uma aquisição de bens, conforme art. 48, inciso III, da LC nº 123/06, de forma a ocasionar licitação deserta. Ficam garantidos os demais benefícios dispostos na LC nº 123/06 às ME's e EPP's, quando da participação em licitação.

7.5. Exigências específicas para a fase de proposta

☐ Existem exigências específicas ☒ Não se aplica o item

7.6. Exigências específicas para a fase de habilitação

Sim. As exigências estão em consonância com o art. 62 a 67 da Lei de Licitações, e presentes na Minuta padronizada da AGU, sendo a exigência de Atestado Técnico Operacional, em consenso com o objeto razoável, diante do valor da contratação, e da parcela de maior relevância; sem configurar restrição indevida à competitividade

7.6.1. Qualificação econômico-financeira:

Certidão de Falência

7.7. Exigências específicas para a fase de execução

Certificado de registro da empresa e dos veículos disponibilizados no D.E.R. – PR.

7.8. Será vedada a participação de consórcios?

Não.

7.9. Infrações e penalidades no certame:

As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
---	---	------------------

8. É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?

☒ Sistema de Registro de Preços ☐ Contratação tradicional

8.1. Tabela com itens, quantidades e periodicidade

Item	Descrição	Quantidade			
		Un.	Registrada	Periodicidade	Estimadas por período
1	Serviço de transporte de passageiros	KM.	66.000	Mensal	5.000

8.1.1. Será dispensada a publicação da intenção de registro de preços, diante da seguinte justificativa:

Trata-se de Ata de Registro de Preços destinada à contratação de objeto específico para utilização no município de Ivaí, não sendo beneficiado pela possibilidade de outros órgãos participarem da Ata.

8.2. Infrações e penalidades da Ata de Registro de Preços:

As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor estimado total da contratação:

R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil).

9.2. Data da conclusão da formação de preço:

20 de agosto de 2024.

9.3. O preço de referência será sigiloso no processo?

☐ Sim ☒ Não

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

000092

10.1. Previsão orçamentária para a contratação

Desnecessária por ser Sistema de Registro de Preços

10.2. Rubrica orçamentária para a contratação:

Conforme documento anexo.

SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde.

Ivaí- PR, 23 de agosto de 2024.

Alan Gregori Mocelim

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato



Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Ivaí

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
.....

A *Prefeitura Municipal de Ivaí*, com sede no(a) Rua Rui Barbosa, nº 632, centro na cidade de Ivaí /Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.175.918/0001-33 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Orli Camargo de Cristo, nomeado de acordo com o termo de posse, datado em 08 de agosto de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1327943 doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para transporte de pacientes nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

000093

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4 O Termo de Referência;

1.5 O Edital da Licitação;

1.6 A Proposta do contratado;

1.7 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. *A vedação de subcontratação neste processo licitatório visa garantir que a empresa vencedora, devidamente qualificada tecnicamente, execute diretamente o objeto contratado, assegurando a qualidade do serviço, a responsabilidade integral e o cumprimento dos requisitos exigidos. Tal medida facilita a fiscalização, reduz riscos de descumprimento contratual e evita fraudes, promovendo maior segurança jurídica e transparência no processo, além de preservar o interesse público na correta execução do contrato.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da entrega do objeto ou da execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal e autorização do fiscal.

6.2 No caso de atraso pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora, serão objeto de incidência, uma única vez, até o pagamento, da taxa referencial do SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

6.3. As condições de pagamento são compatíveis com a iniciativa privada.

Forma de pagamento

6.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/08/2024.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

000094

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.45. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir díspostas:
- 1.46. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.47. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.48. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.49. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.50. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.51. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 1.52. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.53. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

000095

- 1.54. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.55. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.56. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.57. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.58. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.59. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.60. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.61. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 2. *Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - i. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

1.62. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.62.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.62.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

000096

1.62.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.62.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.63. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.64. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.65. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.66. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.67. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por

ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 1.68. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 1.69. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

000097

caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. 13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

e a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido: 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

O contrato poderá ser extinto:

caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- I. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ivaí deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

08.001.10.301.1001.2041.3.3.90.39.00.00.0.1890

08.001.10.301.1001.2041.3.3.90.39.00.00.0.1880

- II. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 1.70. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.71. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 1.72. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

58
000088

- 1.73. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

- I. Fica eleito o Foro da Comarca de Imbituva para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Ivaí, XX de XXXXX de 20XX

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A) Prefeitura Municipal de Ivaí, com sede no(a) Rua Rui Barbosa nº 632, na cidade de Ivaí, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.175.918/0001-33 neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal, Orli Antônio Camargo de Cristo, nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para _____, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo 001 [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

000039

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VÁLIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Não será permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item.

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

000100

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

000101

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

000102

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

000103

ANEXO IV – Modelo declaração conjunta

MODELO TERMO DE DECLARAÇÕES – PESSOA JURÍDICA

O signatário da presente, em nome da proponente (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada (endereço completo) _____ declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Ivaí.

2. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

3. Dentre os membros do quadro societário, há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investindo em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula vinculante nº 13 - STF)

() Não

() Sim

Em Caso Positivo, apontar:

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:
------------------------	------------------------

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade (familiares do cônjuge).
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrasta, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

4. Para os fins requeridos no §1º, do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021, não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal e Fundação Cultural.

5. Ao participar deste processo consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo, estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados. E. nos termos da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), se compromete a observar a legislação aplicável à espécie, promovendo o tratamento de todos os dados que possua acesso decorrente da execução do presente contrato administrativo, bem como, se responsabilizando por eventuais ilícitos praticados por si e seus prepostos, visando sempre proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

6. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta de preços.

000104

7. Minha empresa não está sancionada com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Ivaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública

8. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

09. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

10. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2024.

(nome completo do representante da empresa, nº do RG e assinatura)



Município de Ivaí
Solicitação 264/2024

Equilíbrio

Página:1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
264	Contratação de Serviço	29/08/2024	1
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
135860-0	ALAN GREGORI MOCELIM	539/2024	
Local			
8	DEPARTAMENTO DE SAUDE		
Órgão			
08	SECRETARIA DE SAUDE		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
A PRAZO		Depósito bancário	
Entrega		Prazo	
Local		0 Dias	

Descrição:

Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de pacientes.

Justificativa:

Garantir transporte seguro e eficiente para pacientes, atendendo às necessidades de deslocamento.

Lote
001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
035042	Serviço de transporte de passageiros	KM	66.000,00	6,50	429.000,00
	Serviços de transporte de passageiros micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo(CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018.				
TOTAL					429.000,00
TOTAL GERAL					429.000,00

000105



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ANEXO

LISTA DE VERIFICAÇÃO (Licitação para Compras e Serviços)

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
Houve abertura de processo administrativo?		
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?		
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?		
Consta documento de formalização de demanda?		
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?		
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?		
Há Estudo Técnico Preliminar?		
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?		
Há Análise de Riscos?		
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?		
Há termo de referência?		
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?		
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo?		
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?		
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para		

000106



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las?		
Os autos estão instruídos com o edital da licitação?		
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?		
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?		
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?		
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?		
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?		
Foi verificada a existência de contradição de informações entre o DFD, ETP, TR e Edital?		
Foram utilizadas minutas padronizadas e atualizadas?		

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?		
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?		
A pesquisa de preços observou o Decreto Municipal?		
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?		
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?		
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do		



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?		
---	--	--

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA <u>AQUISIÇÕES</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / IPM)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?		
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições?		
Há justificativa para utilização ou não de sistema de registro de preços?		
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada?		
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?		
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento?		
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?		
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?		
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias?		
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?		
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?		
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?		
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?		

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA <u>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi
--	--------------------------------	---

000107



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

		atendida a exigência (doc. / fls. / IPM)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?		
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento?		
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços?		
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo?		
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos?		
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?		
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato?		
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?		

RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

(Licitação para Compras e Serviços)

NOME DO SERVIDOR

Matrícula Funcional

MARCIA LUCIENE KOBKARZ
1084-1



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

PARECER Nº 011/2024

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSUNTO: APRECIÇÃO JURÍDICA

VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$): 429.000,00

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS – REGISTRO DE PREÇOS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, LEI MUNICIPAL Nº 951/2010, nº 734/2005, nº 1.426/2022 e DECRETO MUNICIPAL Nº 25, 28 e 30/2023. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

1 – RELATÓRIO:

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, (juízo por item – Súm. 247/TCU), mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica e devem constar expressamente na fase interna, **sob pena de nulidade**:

- I) Documento de formalização de demanda (art. 12, VII, NLLC) com aprovação da demanda, fls 02 a 04;
- II) Estudo Técnico Preliminar (art. 18, I, NLLC), fls 05 a 10;
- III) Orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação, nos termos do DECRETO Nº 25/2023 (Art. 28 a 31), contendo declaração ("DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS") assinada pelo servidor público responsável pela coleta de preços, fls 11- 48;
- IV) Termo de referência e edital, com a definição do objeto para fins de atendimento da necessidade, com declaração de compatibilidade (PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual) da despesa e sua fonte (art. 18, II, NLLC), fls 49 a 62;
- V) Ato de designação de Pregoeiro e Equipe de Apoio, fls 63 a 67;
- VI) Minuta do edital e seus anexos, dentre eles: Ata de Registro de Preços e minuta de contrato, (art. 25) fls 88 a 123;
- VII) Autorização da Autoridade Competente para a Abertura da Licitação, fls 69 a 97;

Por razões de economia processual, documentos não mencionados no item anterior serão devidamente referenciados ao longo do parecer.

É a síntese do necessário.

000108



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

2 - APRECIÇÃO JURÍDICA

2.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem a finalidade de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

De mais a mais, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da correlação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, podendo ser aplicável à advocacia pública municipal:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Portanto, destaca-se que compete a esta Procuradoria Geral, nos termos do art. 3º, II e IV da Lei Municipal nº 951/2010, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar, em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do Administrador Público legalmente competente. Tampouco cabe a esta Procuradoria Geral examinar questões de natureza eminentemente técnica, de gestão, administrativa e/ou financeira.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão (Departamento de licitação e pelo órgão responsável pela ordenação de despesa), com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos administrativos de maneira densa e coesa.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro da sua esfera de competências.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

No âmbito local ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO, previsto legalmente na Lei de nº 1.426/2022¹, anexo I, possui atribuições próprias de gerenciamento, supervisão e avaliação de todo o processo licitatório.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações/considerações são realizadas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, mas sempre de maneira fundamentada/justificada. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção pela assessoria jurídica. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da pasta ou entidade ordenadora.

2.2. Da governança

No presente caso, a autoridade competente para syndicar e controlar aspectos de governança municipal é a autoridade máxima do poder executivo, à luz da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, nos termos do art. 55 do Decreto nº 025/2023, cabe a Controladoria Geral do Município a regulamentação do controle das contratações, por ato próprio. Portanto, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.

2.3. Avaliação de conformidade legal

O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

- I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;
- II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;
- III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;
- IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;
- V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

Desse modo, é preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

Nestes termos, no caso concreto, aparentemente houve o cumprimento parcial da utilização dos mecanismos de padronização, **porém sugere-se o uso da lista de verificação (anexo I) pelo setor competente para a avaliação de conformidade legal, bem como a adesão ao catálogo eletrônico do governo federal nas próximas contratações, a fim de que cumpra o dispositivo legal, caso a municipalidade não possua catálogo próprio.**

¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/i/ivai/lei-ordinaria/2022/143/1426/lei-ordinaria-n-1426-2022-define-atribuicoes-dos-cargos-em-comissao-criados-pelas-leis-municipais-734-2005-823-2007-842-2008-e-1115-2015?q=734>



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Em que pese a consideração, pela natureza do objeto (serviço de transporte de passageiros), não há variação de descritivo, sendo o disposto suficiente para a compreensão das características.

2.4. Planejamento da contratação

A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII, art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

No que se refere ao Plano de Contratações Anual, nos autos processuais (ETP), há informação de que o mesmo está em construção, **ainda não implementado pela municipalidade (art. 12, VII), porém há informação de que a contratação está compatibilizada com as leis orçamentárias.**

O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital** de licitação;

VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o **ciclo de vida do objeto**;

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital**, tais como **justificativa de exigências de qualificação técnica**, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.

Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

Alguns dos elementos serão abaixo examinados de forma mais minudente:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

2.4.1. Documento para formalização da demanda:

Da análise do Documento de Formalização da Demanda, percebe-se que foram previstos os conteúdos mínimos previstos na regulamentação federal, especialmente a justificativa da necessidade da contratação, o nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável e a indicação da data pretendida para a conclusão da contratação.

2.4.2. Estudo Técnico Preliminar - ETP

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP.

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, do art. 18, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas.

Em suma, foi juntado o ETP aos autos em apreciação, que mesmo sendo uma análise de ordem técnica, *prima facie* parece regular em relação aos elementos mínimos exigidos, com ateste de aprovação pela autoridade competente.

2.4.3. Análise de riscos

O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação.

No caso concreto, a Administração elaborou apenas a análise de riscos, conforme consta no termo de referência e nas cláusulas contratuais, o que não ofende o art. 22 da Lei nº 14.133/21, pois apresenta-se facultativa em relação ao caso concreto (art. 22, §3º).

2.4.4. Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

B

000110



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

Além das regras legais, também devem ser observadas as normas do Decreto nº 025/2023, que estabelece critérios para a pesquisa de preços, aplicando-se uma elaboração de modo crítico, o que se espera do servidor.

No caso concreto, houve realização de pesquisa nos termos descritos nas normas aplicáveis (art. 23, III), conforme declaração de responsabilidade assinada pelo senhor ALAN GREGORI MOCELIM, o qual declara a atendimento do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como o atendimento ao art. 29 do Decreto Municipal nº 025/2023. Declara também que foram utilizados todos os recursos para evitar sobrepreço.

Considerando a declaração da Solicitante, vez que não cabe a esta Procuradoria auditar os aspectos técnicos e mercadológicos da pesquisa efetuada, a análise aqui empreendida se circunscreve apenas aos aspectos legais envolvidos na pretensão de contratação direta.

2.5. Termo de Referência

O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

(...)

Especificamente em relação as compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

- II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
 - III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.
- (...)

Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o termo de referência contemplou, em geral, as exigências contidas nos normativos acima citados.

2.5.1. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado

De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.

OK No caso concreto, o tema não foi tratado no termo de referência, devendo a requisitante verificar e declarar tal compatibilidade, observada a disposição legal.

2.5.2. Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento

O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

Sendo conveniente destacar que em razão do objeto, a garantia foi dispensada conforme item constante no modelo de gestão.

No caso concreto, as condições execução, de pagamento e recebimento constam no termo de referência, bem como na minuta do edital e seus anexos. Portanto, em análise de conformidade, aparentemente atende a exigência legal.

OK Para fins de melhor controle e garantia da correta aplicação dos recursos públicos, convém complementar o termo de referência e/ou termo contratual, com as informações de contabilização da quilometragem utilizada, para fins de pagamento.

2.5.3. Subcontratação

Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, poderá a administração subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela administração. Assim, conforme §2º do mesmo artigo: "Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação".

OK No que se refere a possibilidade de subcontratação, o Edital de Licitação, veda a subcontratação, porém, deverá ser apresentada justificativa nos autos.

2.5.4. Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa

Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- I) modalidade de licitação;
- II) critério de julgamento (regra por item);
- III) forma de seleção (preferencialmente eletrônica);

Ad

000111



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

- IV) modo de disputa; e
- V) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

No caso concreto, o tema foi tratado na fase de planejamento, devidamente exteriorizado, tratando-se de aquisição de bens comuns, com utilização da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, por meio do modo de disputa aberto.

2.5.5. Requisitos de habilitação

A Lei nº 14.133/2021 nos arts. 62 a 70 tratam da habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

Em análise ao TR e ao Edital de Licitação, observou-se a exigência de habilitação em consonância com o dispositivo legal.

No que se refere a qualificação técnica, foi exigido Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica Operacional (art. 67, II), e requisitos previstos em Lei Especial (art. 67, IV), os quais, não compete a esta Procuradoria avaliar a pertinência, porém, é necessário tecer alguns comentários relacionados a legalidade.

No que se refere a exigência de atestado de capacidade técnica, a forma requisitada apresenta-se de forma genérica, sem identificar a parcela de maior relevância para o julgamento.

Desta forma, deve a requisitante identificar a parcela (exemplo: "Serviço de transporte") e, se necessário, o estabelecimento de percentual, o qual deve estar justificado e estar evidente no edital de licitação, vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. »

No que se refere aos documentos solicitados como condição para o início da execução do serviço, devem ser exigidos apenas os suficientes e necessários, a fim de não causar ônus desnecessários à contratada.

Feitas tais adequações, ou apresentadas as justificativas, esta assessoria não vê óbice a qualificação técnica, por constar no rol taxativo do estatuto das licitações. Porém, deve a requisitante realizar as adequações de ordem técnica.

2.5.6. Adequação orçamentária

Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

Lei nº 8.429, de 1992

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, **no momento da contratação e a cada exercício financeiro**, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso concreto, há informação de que a contratação está prevista nas leis orçamentárias, ainda que seja uma contratação futura por meio de Registro de Preços e autuada nos presentes autos para fins de prosseguimento do processo licitatório.

3 - Minuta de Edital

O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

§ 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

§ 3º Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

- I) justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto
- II) justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;

Handwritten signature

000112



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

III) justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e

IV) justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

Apenas registre-se que a motivação, a justificativa, a indicação das parcelas de maior relevância/valor, requisitos de qualificação econômico-financeira, critérios de pontuação, julgamento das propostas e participação ou não de consórcio, exigidos pelo art. 18, inciso IX, **constam** do processo, sendo conveniente apresentar as seguintes recomendações adicionais: **realizar justificativa hábil para tanto, nos casos ausentes.**

3.1. Da utilização ou não de minuta padronizada de Edital

Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- I) Se houve utilização de modelos padronizados;
- II) Qual modelo foi adotado; e
- III) Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

De sorte, o Decreto Municipal nº 25/2023, dispõe da possibilidade de utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo Municipal, o que implica também na possibilidade de adoção das minutas padronizadas disponibilizadas pela Advocacia Geral da União (AGU) para fins de padronização.

Nestes termos, sugere-se a adoção de tais modelos pela municipalidade, face ausência de modelos padronizados pelo Município, bem como da lista de verificação anexa aos presentes autos.

3.1. Da restrição a participação de interessados no certame

O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

No art. 14, lista os casos em que é vedada a participação em licitações.

Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

Especificamente em relação a consórcios, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

- I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

No caso concreto, observa-se que o edital não realiza vedações, além das dispostas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Da participação de ME, EPP

Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

Licitação Exclusiva

A legislação de regência estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

JB

000113



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

No mesmo sentido a Orientação Normativa AGU nº 47/2014:

Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007.

A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, esclarece a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

Cota reservada

No que se refere aos itens acima de R\$ 80.000,00, a legislação de regência também resguarda tratamento diferenciado, por meio de cota reservada de participação de empresa como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL observando o tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, vejamos:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

(...) III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Ocorre que, o setor requisitante justificou a desvantajosidade do estabelecimento de cota reservada, com base no art. 48, III da LC nº 123/06, por tratar-se de serviço.

Para tanto, apresentou justificativa no Termo de Referência:

Destaca-se que não haverá a reserva de cota de 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois não há vantajosidade na referida contratação de forma parcelada, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, tendo em vista que se trata de uma prestação de serviço e não de uma aquisição de bens, conforme art. 48, inciso III, da LC nº 123/06, de forma a ocasionar licitação deserta. Ficam garantidos os demais benefícios dispostos na LC nº 123/06 às ME's e EPP's, quando da participação em licitação..

Nestes termos, sem análise de mérito, por ser tal justificativa de ordem técnica, resta motivado pelo setor requisitante.

3.3. Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado:

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

No tocante ao efetivo momento de formalização das contratações/aquisições, no entanto, tem-se que estas, no caso em específico, poderão realizar-se por meio de mera nota de empenho, conforme preceitua a legislação que rege a matéria. Confira-se o que estabelece a Lei nº 14.133/21:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço: I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

Como se pode verificar, considerando o objeto a ser contratado, é possível a formalização dos pedidos de fornecimento por mera emissão de nota de empenho, conforme autoriza a legislação colacionada supra. Isso porque, salvo melhor juízo, está-se diante de compra com entrega imediata (realização da viagem).

Nota-se que, há minuta contratual nos autos, na qual consta a previsão de reajuste com data base vinculada ao orçamento estimado. Portanto, no que se refere ao índice de reajuste e a data base, há cumprimento da exigência legal.

4 - Sistema de Registro de Preços e modalidade licitatória

A Lei Federal nº 14.133/2021 cuida, em seu artigo 6º, define o Sistema de Registro de Preços - SRP, bem como, compreende sua pertinência à luz do princípio do planejamento, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

(...)

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, **quando pertinente;**

O registro de preços, regulado no âmbito federal pelo Decreto nº 11.462/2023 e no âmbito municipal pelo Decreto nº 025/2023, é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Neste sentido:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

AB

000114



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Segundo a regulamentação municipal:

Registro de Preços

Art. 32º. As Licitações Municipais processadas pelo sistema de registro de Preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitações Pregão e Concorrência. Dispensa de Licitação e Inexigibilidade poderá ser utilizada para registro de preços quando a contratação for realizada para mais de um órgão ou entidade.

§ 1º O sistema de registro de preços também poderá ser utilizado em casos de inexigibilidade de licitação, quando a natureza do objeto trazer à tona a necessidade de contratação parcelada, conforme a demanda da administração.

§ 2º A administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços.

Art. 33º. A ata de registro de preços terá o prazo de validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 34º. A ata de registro de preços poderá ser objeto de revisão, reequilíbrio econômico e financeiro, supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, executando-se a possibilidade de reajuste em sentido estrito, podendo ainda existir incidência desses institutos aos contratos decorrente da ata de registro de preço.

§ 1º A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

A licitação para registro de preços poderá ser utilizada na modalidade de PREGÃO, e será precedida de ampla pesquisa de mercado, vez que lícita para fins de contratação de bens e serviços (art. 82, §5º Lei 14.133/2021). De forma que o critério de julgamento escolhido, **MENOR DESCONTO**, está em consonância com o art. 82, V da Lei nº 14.133/2021.

Com o registro de preços, a Administração Pública poderá obter propostas mais vantajosas, tendo em vista a economia de escala. Estipula-se um quantitativo estimado, podendo-se adquirir bens ou serviços que tiverem seus preços registrados na medida da sua necessidade, não existindo o dever de contratar a totalidade dos quantitativos registrados. A Administração não está obrigada a adquirir o produto ou serviço e o licitante não está vinculado eternamente.

Consoante exposto, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida por ocasião da formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Os Decretos, Federal e Municipal, definem as hipóteses preferenciais de adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, autorizado para a contratação de bens e serviços, cujas características demandem contratações frequentes, com maior celeridade e transparência e, ainda, quando conveniente a compra de bens e serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade.

Convém destacar que pelo fato de o órgão ser o único contratante, resta motivada no TR a dispensa do procedimento de intenção de registro de preços, nos termos do art. 9º, §2º do Decreto Federal.

Portanto, com base no objeto do presente processo licitatório, resta evidenciada a sua adequação àquelas hipóteses previstas nos decretos supracitados, para



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

utilização do Sistema de Registro de Preços e da legislação relativa ao Pregão, posto que objetivamente definido no Edital por meio de especificações usuais de mercado, conforme se verifica das especificações técnicas/condições gerais.

6 - Minuta de termo de contrato e/ou ata

O artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir.

Já o Decreto Federal nº 11.462/2023, no Capítulo V, estabelece as informações necessárias que constarão na Ata de Registro de Preços (art. 18 a 27).

No caso concreto, houve a remessa da minuta da ata de registro de preços e de contrato, as quais aparentemente consiste em minuta padronizada disponibilizada pela Advocacia Geral da União e utilizada por esta municipalidade com adequações.

Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser a preferencial.

Pois bem, em análise a Ata de Registro de Preços, encontra-se em conformidade com as disposições relacionadas no regulamento, vez que consta no corpo da minuta da seguinte forma:

- a) do objeto; dos preços, especificações e quantitativos; órgão gerenciador; validade da ata; revisão e cancelamento; das penalidades e condições gerais; extinção da ata, impossibilidade de adesão, entre outros dispositivos obrigatórios,

No caso concreto, a minuta da ata de registro e do contrato encontram-se em conformidade, com o regulamento, bem como com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Porém, deve atentar-se a vedação contida ao acréscimo de quantitativo, pois, embora o regulamento federal impossibilite o acréscimo, o regulamento municipal, Decreto nº 025/2023 no art. 34, não possui tal vedação. Após realizar a adequação ou justificar a vedação.

Atenta-se também, quanto a necessidade de designação dos agentes públicos para gestão e fiscalização da contratação, por meio de ato formal, conforme Decreto Municipal nº 028/2023.

7 - Designação de agentes públicos

Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no **caput** deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a

10

000115



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento) Vigência

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

O Decreto nº 025/2023 e o Decreto nº 028/2023, por sua vez, tratam das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, que deve ser prontamente observado pela Administração.

Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância o princípio da segregação de funções deve sempre ser observado, nos termos do artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei nº 14.133, de 2021



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da **segregação de funções**, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o **princípio da segregação de funções**, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(grifou-se)

Decreto Municipal nº 028/2023

Requisitos para a designação

Art. 8º Os agentes públicos designados para o cumprimento do disposto neste Decreto, deverão preencher os seguintes requisitos: I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Art. 9º. Os agentes de contratação designados serão sempre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública.

Seção VI Vedação

Art. 10. Fica vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, em observância ao princípio da segregação de funções, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Art. 11. Deverão ser observados, quando da designação do agente público e do terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, o Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 24.731, de 2023, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

No caso concreto, os documentos que integram o planejamento da contratação aparentemente apontam para o atendimento às regras citadas acima, devendo sempre ser objeto de sindicância pela autoridade responsável pela governança, porém, deve a autoridade competente realizar a auditoria quanto a eventual incompatibilidade da designação dos agentes com as descritas no regulamento municipal, nos termos do art. 23 do Decreto Municipal nº

10

000116



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

25/2023 c.c art. 5º do Decreto Municipal nº 028/2023, facilitando eventuais substituições e propiciando maior transparência.

8 - Publicidade do edital e do termo do contrato/ata

A Lei nº 14.133/2021, em atendimento ao princípio da publicidade, assim determina:

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput**, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação. [\(Promulgação partes vetadas\)](#)

§ 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.

§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

O referido diploma legal, prevê algumas exceções quanto a regra da publicidade, relativa aos Municípios com menos de 20.000 habitantes, vejamos:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no [art. 7º](#) e no [caput do art. 8º desta Lei](#);

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o [§ 2º do art. 17 desta Lei](#);

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o **caput** deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Ainda que o Município de Ivaí esteja formalmente desobrigado momentaneamente de proceder a publicidade plena, nos termos acima delineados, este possui condições em sua estrutura de efetuar todas as exigências legais desde então, pois possui adesão ao PNCP, possui sítio eletrônico, utiliza plataforma eletrônica para realização de suas licitações e possui regulamentação municipal em consonância com as exigências do art. 7º e 8º da Lei nº 14.133/21.

Portanto, sugere-se a adoção da publicidade plena, conforme art. 54 da Lei nº 14.133/2021, **inclusive com a publicação em jornal de grande circulação obrigatória, por força**



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

da derrubada do veto presidencial, que deu plena vigência ao §1º do art. 54 do referido diploma normativo, no que se refere a publicação do extrato do edital.

Destaca-se ainda a importância da divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ressalta-se que em se tratando de recursos provenientes de convênios, repasses etc (quando for o caso), deve se observar os termos do aludido instrumento, sob pena de nulidade.

Por conseguinte, destaco a importância da disponibilização no Portal da Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Importante ressaltar também, o entendimento do TCE/PR e nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei Estadual nº 19.581/2018, quanto a importância de *"Alimentar o Portal da Transparência com a íntegra dos procedimentos licitatórios realizados e dos contratos celebrados pelo Município, se não em tempo real, com o menor lapso temporal possível entre a celebração do ato e sua publicação"* (sublinhei). Por íntegra, entenda-se a fase interna e a fase externa, **observado** o acórdão nº 331/2020 do Pleno do TCE/PR.

Para tanto, deve ser observada a necessidade *"de fácil acesso, nos precisos termos do art. 8º da Lei 12.527/2011, permitindo-se o conhecimento fácil de todos os procedimentos licitatórios promovidos, com indicação clara de seus objetos e valores, e ainda com possibilidade de acesso direto aos elementos essenciais das licitações, como "edital", "impugnações", "ata de sessão de julgamento/resultado", "contrato(s) formalizados", "despesas decorrentes"* (TCE/PR, Representação nº 275966/18, acórdão nº 1511/2019, relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, Tribunal Pleno, julgado em 05 de junho de 2019).

9 – Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões – BLL

Importante salientar que embora haja a extrema vantajosidade na utilização de plataforma eletrônica para a realização de licitações, principalmente quanto a isonomia, competitividade, segurança jurídica, entre outros, deve a Administração Municipal se atentar quanto ao uso de plataformas privadas, em especial a Plataforma BLL.

Há entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná **quanto a impossibilidade da utilização do sistema BLL por mero credenciamento (termo de adesão)**, para fins de gerenciamento do certame licitatório ou comprovação da resolução ou busca por eliminar tal situação.

Mais uma vez, decisão da Corte de Contas Paranaense entendeu pela ilegalidade e irregularidade na utilização de tal mecanismo - ainda que válido - censurável sob o crivo dos órgãos de controle e do próprio Poder Judiciário.

Eis trecho da decisão (acórdão nº 2809/20 - Tribunal Pleno):

Representação da Lei n.º 8.666/1993. Município de Mandaguari. Adoção de plataforma digital privada para a gestão de licitações na modalidade pregão eletrônico. Cobrança de taxa do licitante vencedor. Possibilidade. Precedentes. Necessidade de comprovação de que os valores arrecadados se limitam ao efetivo custo dos serviços de tecnologia de informação e a correlata fiscalização por parte do município. Inocorrência. Procedência e aplicação de multa.

Sabe-se que o uso da BLL para licitação implica na cobrança de valores do licitante vencedor, seja por venda de pacote trimestral ou por aplicação de percentual de 1,5% ao licitante vencedor, limitado a R\$ 600,00 por item.

R

000117



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Embora compreenda-se que - em tese - tal valor seja o custo da operacionalização do sistema, fato é que o Tribunal de Contas assim não compreende, sendo no mencionado julgamento, em sede de fundamentação, assenta expressamente que:

Deste modo, verifico que a regulamentação da BLL que estabeleceu que o custo de operacionalização e uso do sistema é imputado ao vencedor no percentual de 1,5% sobre o valor da adjudicação do lote, com limitação do custo global ao teto de R\$ 600,00 não é ilegal (peça n.º 2, fls. 28), pois desde que o Acórdão n.º 420/08 foi prolatado, este Tribunal entende que não há óbice para que o custo seja fixado em percentual, exatamente como ocorre no caso em análise. De igual forma, verifico que a regulamentação da BLL dispõe que a taxa de 1,5% (um e meio por cento), possui limite máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais). O estabelecimento deste teto máximo não permitirá à entidade auferir quantias que ultrapassem o ressarcimento dos custos de desenvolvimento, atualização e manutenção do sistema de tecnologia de informação, conforme determina a legislação pertinente. Assim, verifico que, ao contrário do alegado pela parte representante, o estabelecimento de taxa variável é admissível. Saliento, contudo, que dentre as orientações estipuladas pelo Plenário deste Tribunal, nomeadamente no Acórdão n.º 420/08, condicionou-se a cobrança de taxa de custo variável à efetiva comprovação, por meio de planilhas contábeis detalhadas, de que os valores arrecadados pela entidade destinam-se unicamente ao ressarcimento dos custos operacionais do sistema.

[...]

"Assim, a cobrança da taxa de custo variável é condicionada a efetiva comprovação, através de planilhas contábeis, de que os valores arrecadados são destinados ao ressarcimento dos custos operacionais do sistema. Tal controle deve ser realizado pelo órgão interessado em utilizar o sistema da entidade que oferece a plataforma.

Corroborando com tal é a posição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme se verifica no teor dessa ementa:

REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO POPULAR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. **TERMO DE ADESÃO PARA QUE AS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO OCORRESSEM NO FORMATO DIGITAL, POR MEIO DE PLATAFORMA CRIADA PELA RÉ BLL. TERMO ILEGAL, POIS REALIZADO SEM LICITAÇÃO E FORA DE HIPÓTESE DE DISPENSA.** CUSTOS DA OPERAÇÃO PAGOS PELOS LICITANTES VENCEDORES, SEM VERIFICAÇÃO DE QUE EXISTEM PLATAFORMAS GRATUITAS OU COM TAXAS DE VALOR MENOR COM O MESMO SERVIÇO. VIOLAÇÃO DO ART. 37 DA CF E DA LEI 8666/93. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA PARA DECLARAR PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS E ANULAR O TERMO DE ADESÃO OBJURGADO, EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 4ª C. Cível - 0003228-21.2018.8.16.0037 - Campina Grande do Sul - Rel.: Desembargador Hamilton Rafael Marins Schwartz - J. 13.06.2022)

Diante de tal cenário, ainda que o Poder Judiciário tenha considerado totalmente irregular a contratação em um caso específico, deve o Município observar e comprovar nos autos licitatórios, que o custo possui como desiderato único "*destinam-se [destinação] unicamente ao ressarcimento dos custos operacionais do sistema*", sob pena de ilegalidade e sujeição dos ordenadores de despesas às multas aplicáveis.

Importante destacar que o Tribunal de Contas da União, recentemente, 31/07/2024, analisou levantamento sobre o uso das plataformas privadas de licitações com o objetivo de acompanhar a maturação dos órgãos e instituições na aplicação da nova Lei de Licitações. Nessa análise, **concluiu que atualmente há pouco ou nenhum controle sobre o uso das plataformas,**



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

com riscos ao interesse público. Além disso, apontou que a remuneração das plataformas pode impactar a competitividade e economicidade das licitações.

O Tribunal apontou como principais riscos: a ausência de regulamentação específica sobre o tema (tal como certificação ou parametrização para as operações), divergência nos procedimentos e segurança das informações entre os diferentes sistemas.

Feitas tais considerações, sugiro que a Administração Municipal priorize a utilização de Plataformas Públicas de licitação, em especial o www.gov.br/compras/pt-br (Plataforma do Governo Federal - Gratuita) e realize a migração das licitações para tal Plataforma, salvo nos casos de inviabilidade técnica, devidamente justificada.

Tais considerações não possuem o condão de viabilizar a realização de licitações presenciais pelo Município, **vez que configura patente retrocesso**, mas de garantir a aplicação das decisões dos Tribunais em prol da segurança da gestão pública.

10 - Princípio da Simplicidade/Intelecção Jurídica (Art. 53, §1º, II, NLLC)

Conforme determina o art. 53, §1º, II da Lei nº 14.133, de 2021, o parecer jurídico deverá ser redigido em linguagem simples e compreensível, utilizando forma clara e objetiva.

Porquanto o Direito é uma ciência técnica, na qual se pauta em postulados teóricos, deve sempre ter em mente que o parecer não será direcionado – necessariamente – a agentes públicos com conhecimento jurídico, ou ainda, a pessoas que possuem tal compreensão técnica.

Desta feita, em observância à dicção legal, promove-se resumo singelo e objetivo para o público em geral, sem se afastar da obrigatoriedade de cada servidor/agente público, conhecer sua esfera de atuação e grau de responsabilidade, bem como, compreender a manifestação jurídica técnica:

“Conferindo os documentos que estão nesse processo, é possível continuar com a licitação, dando início a fase de publicação do edital (regra entre as partes), mas devem todos os servidores que possuem responsabilidade, principalmente o(a) Secretário(a), ler as ressalvas e recomendações feitas pela Procuradoria-Geral do Município (advocacia pública), corrigindo eventuais erros e/ou justificando e certificando a lista de verificação ou aceitando-os com justificativa escrita sob sua responsabilidade pessoal funcional”

Frente a tal descrição, compreende-se como observada a obrigação legal de acessibilidade na leitura do parecer para público externo.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos elencados ao longo deste parecer (***em especial destacados***).

Ressalta-se que **somente** após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer (***em especial a lista de verificação ou documento congênere***), ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999 aplicável ao ente municipal), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, **será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica.**

Destaca-se que as informações contidas na lista de verificação são exemplificativas, podendo o Departamento de Licitação readequá-la com base em seus procedimentos administrativos. Para tanto, indico as listas de verificação elaboradas pela AGU e disponíveis no seguinte link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/listas-de-verificacao>.

Como de costume, sugere-se conferir se eventuais modificações realizadas no termo de referência e na minuta do edital exigem alterações na ata de registro de preço, a fim de que se mantenha uniformidade. Registra-se que a realização de tal análise é necessária, na medida em foi

B

000118



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

sugerido, no presente parecer, a alteração de normas no termo de referência que se repetem na minuta da ata de registro de preços, sendo necessário garantir uniformidade.

Portanto, na alteração de tais documentos, estes devem constar na sequência do presente parecer, dentro do processo administrativo da contratação, a fim de elucidar a sequência dos fatos, bem como eventual documento que justifique o não atendimento das ressalvas elucidadas.

Em tempo, imperioso ressalvar a necessidade de realizar a paginação oficial do processo de contratação, nos termos do Art. 22, §4º da Lei nº 9.784/1999 (páginas numeradas sequencialmente e rubricadas).

Entretanto, destaca-se que este parecer jurídico tem natureza meramente consultiva, de forma que a autoridade não se vincula ao parecer e seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo (STF, MS 24.631, rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, julgado em 09/08/07).

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações/considerações são realizadas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, mas sempre de maneira fundamentada/justificada.

É o parecer².

À consideração superior.

Ivaí, PR, 4 de setembro de 2024.

FERNANDA CAROLINE LIMA KOBAYASHI
Procuradora do Município de Ivaí/PR –
OAB/PR 125.002

² Parecer jurídico é um ato administrativo meramente consultivo, que poderá ou não ser ratificado por um ato administrativo decisório da autoridade competente.

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024
"MODO DE DISPUTA ABERTO"

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Ivaí

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Saúde

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

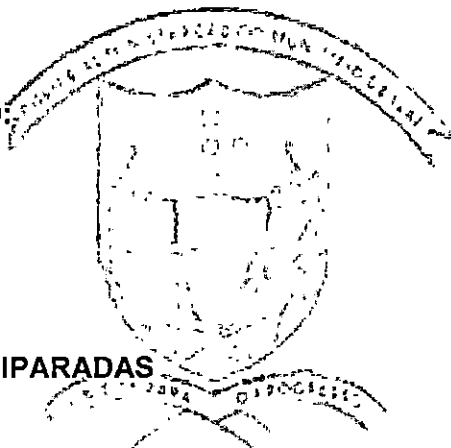
R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / [global]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

Data de início de acolhimento de PROPOSTA:

06/09/2024 a partir das 17h00min.

Data de início da fase de LANCES:

19/09/2024 – a partir das 09h00min.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: <https://bilcompras.com>

000119

EDITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024

(Processo Administrativo Nº 084/2024)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Ivaí, por meio do(a) Setor de Compras e Contratos, sediado(a) Rua Rui Barbosa, Nº 632, centro realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decretos Municipais nº 025/2023, nº 028/2023 e nº 030/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **prestação do serviço de transporte rodoviários de pessoas para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será realizada em grupo único, formados por 01 item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Valor Máximo estipulado: R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais).

O uso do transporte, será apenas em casos de emergência, quando os veículos da frota Municipal estiverem impossibilitados de circular, por razões de manutenções.

DO REGISTRO DE PREÇOS

As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de compras do Portal de compras BLL (<https://bllcompras.com>).

Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não poderão disputar esta licitação:

- 1.1.1.1.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 1.1.1.1.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 1.1.1.1.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 1.1.1.1.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 1.1.1.1.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 1.1.1.1.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 1.1.1.1.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão

000120

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.1.1.1.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

1.1.1.1.9. *peçasas jurídicas reunidas em consórcio; A vedação à subcontratação se justifica pela necessidade de garantir que a empresa contratada possua a capacidade técnica e operacional comprovada para fornecer os brinquedos conforme as especificações estabelecidas no edital. Ao vedar a subcontratação, a Administração Pública assegura que a responsabilidade pela qualidade dos produtos e pela execução do contrato permaneça diretamente com a empresa vencedora, evitando riscos à segurança dos usuários e à adequação dos brinquedos ao público-alvo. Além disso, essa vedação impede que empresas sem a devida qualificação técnica participem indiretamente do processo, preservando a integridade do certame e assegurando a entrega de produtos que atendam aos padrões de qualidade exigidos.*

1.1.1.1.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.1.1.1.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item 1.1.1.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 1.1.1.1.2 e 1.1.1.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

O disposto nos itens 1.1.1.1.2 e 1.1.1.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A vedação de que trata o item 1.1.1.1.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 1.54.1 e 1.64.1 deste Edital.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1.1.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.1.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.1.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

1.1.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

000121

- 1.3.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 1.3.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 1.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 1.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 1.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 1.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 1.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 1.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 1.8.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 1.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 1.9.1.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 1.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 1.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 1.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 1.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 1.13. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.13.1. valor unitário por km rodado e valor total do lote;

- 1.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

1.14.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 1.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 1.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 1.17. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 1.18. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 1.18.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

- 1.18.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

- 1.18.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

- 1.19. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos

000122

agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 1.20. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 1.21. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 1.22. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 1.23. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 1.24. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.
- 1.25. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 1.26. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 1.27. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (zero virgula zero um por cento).
- 1.28. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 1.29. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 1.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 1.30.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 1.30.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 1.30.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 1.30.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.30.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.31. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 1.32. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 1.33. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 1.34. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.35. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 1.35.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 1.35.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 1.35.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 1.35.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

000123

- 1.36. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 1.36.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 1.36.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 1.36.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 1.36.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 1.36.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 1.36.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 1.36.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 1.36.2.2. empresas brasileiras;
 - 1.36.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 1.36.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 1.37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 1.37.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 1.37.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 1.37.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

- 1.37.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 1.37.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 1.38. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

- 1.39. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 1.39.1. SICAF;
- 1.39.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancões/ceis>); e
- 1.39.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 1.40. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12º da Lei nº 8.429, de 1992.
- 1.41. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 1.41.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 1.41.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 1.41.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 1.42. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 1.3 deste edital.
- 1.43. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

000124

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

1.44. Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.44.1. conter vícios insanáveis;

1.44.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

1.44.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

1.44.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.44.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

1.45. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

1.45.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

1.45.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

1.45.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

1.46. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

1.47. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

1.48. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

1.48.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

1.48.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse

- 1.49. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 1.50. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 1.51. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 1.52. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 1.53. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 1.54. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Conforme segue:

Para comprovação da habilitação jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Certidão Simplificada da Junta Comercial;

OBSERVAÇÕES:

- Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

000125

- Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;

Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Comprovação da qualificação técnica

- Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por entidade da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto desta licitação de "serviço de transporte", datado e assinado.
- Certificado de registro da empresa no D.E.R. – PR.

1.54.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 1.55. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 1.56. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 1.57. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 1.58. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 1.59. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 1.60. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 1.61. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 1.62. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
 - 1.62.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 1.63. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 1.63.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

000126

- 1.64. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 1.64.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 1.64.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 1.65. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 1.65.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 1.65.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 1.66. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 1.66.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 1.66.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 1.67. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 1.68. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 1.64.1.
- 1.69. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

- 1.70. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 1.71. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DA VIGÊNCIA

10.1 A vigência será de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação do extrato.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da entrega do objeto ou da execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal e autorização do fiscal.

No caso de atraso pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora, serão objeto de incidência, uma única vez, até o pagamento, da taxa referencial do SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

As condições de pagamento são compatíveis com a iniciativa privada.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1.72. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.73. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 1.74. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

000127

- 1.75. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 1.76. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 1.77. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.
- 1.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 1.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 1.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 1.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 1.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 1.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 1.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 1.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 1.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- OU,

- 1.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DOS RECURSOS

- 1.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 1.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 1.7.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 1.7.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 15 (quinze) minutos.
- 1.7.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 1.7.4.na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 1.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 1.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 1.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 1.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 1.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 1.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 1.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://bllcompras.com>).

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

000128

- 1.15. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 1.15.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 1.15.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 1.15.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 1.15.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 1.15.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 1.15.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 1.15.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 1.15.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 1.15.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 1.15.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 1.15.5. fraudar a licitação
- 1.15.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 1.15.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 1.15.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 1.15.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 1.15.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 1.15.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 1.16. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 1.16.1. advertência;
 - 1.16.2. multa;
 - 1.16.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 1.16.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 1.17. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 1.17.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 1.17.2. as peculiaridades do caso concreto
- 1.17.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 1.17.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 1.17.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.18. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 1.18.1. Para as infrações previstas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 1.18.2. Para as infrações previstas nos itens 1.15.4, 1.15.5, 1.15.6, 1.15.7 e 1.15.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 1.19. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 1.20. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 1.21. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 1.22. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.15.4, 1.15.5, 1.15.6, 1.15.7 e 1.15.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 1.23. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 1.15.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 1.24. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo

000129

de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 1.25. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 1.26. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 1.27. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 1.28. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 1.29. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 1.30. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 1.31. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: (<https://bllcompras.com>).
- 1.32. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 1.32.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 1.33. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

As viagens serão realizadas conforme demanda da Secretaria, inclusive em feriados municipais, em horário diurno/noturno, autorizadas e programadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

Após assinatura da Ata de Registro de Preços a empresa Detentora deverá apresentar antes do início da prestação dos serviços, ao fiscal dos serviços os seguintes documentos:

Comprovação sobre a posse dos veículos ofertados, através de documento de propriedade (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) ou Contrato de Locação e/ou Leasing;

Apólice emitida por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil de Responsabilidade Civil de Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros;

Habilitação profissional do(s) condutor(es), conforme legislação vigente;

Autorização de Viagem, tanto para interestadual e estadual, conforme normas da ANTT, DER - PR, DEER-PR;

Certificado de registro dos veículos disponibilizados no D.E.R. – PR.

Disponibilizar 01 (um) veículo, para atendimento ao item 01 do lote, sendo que em caso de necessidade deverá providenciar um 2º (segundo) veículo.

Contrato firmado de locação pelo prazo da licitação dos veículos que não sejam de propriedade da empresa, assinado por ambas (contratante e contratado), com firma reconhecida, bem como cópia do documento da locação comprovado os poderes de quem assinou o contrato.

Os veículos deverão ser de fabricação a partir do ano de 2018.

A empresa deverá possuir Seguro com cobertura para danos corporais, morais e materiais contra terceiros e de passageiros de todos os veículos disponibilizados para o transporte, comprovando através de apólice de seguro, não sendo aceito declaração ou qualquer outro tipo de documento.

Licenciamento dos veículos (CRLV) disponibilizados;

Descrição detalhada dos veículos disponibilizados, com indicação da marca, modelo, ano e identificação das placas.

Laudo de inspeção técnica expedido por órgão credenciado para inspeção veicular.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

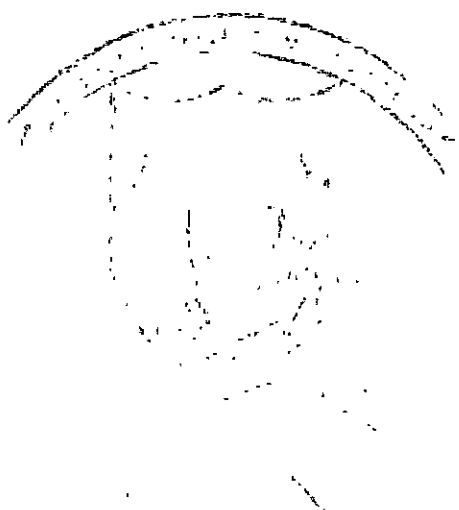
1.34. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

000130

- 1.35. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 1.36. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 1.37. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 1.38. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 1.39. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 1.40. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 1.41. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 1.42. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 1.43. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (<https://bllcompras.com>) e (<http://www.ivaí.pr.gov.br/>).
- 1.44. **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**
- ANEXO I - Termo de Referência
 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
 - ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - ANEXO IV – Modelo declaração conjunta

Ivaí, 29 de agosto de 2024

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]



000431

ANEXO I - Termo de Referência

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria demandante: Secretaria de Saúde
- Responsável: Alan Gregori Mocelim

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Contratação de empresa que realize serviços de transporte de pacientes.

2.2. Natureza do objeto

Serviço comum.

2.3. Fundamento da contratação

O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência.

2.4. Justificativa da contratação

A contratação de empresa que forneça transporte é de extrema importância neste Município, tendo em vista que se trata de transporte de pacientes da saúde pública, os quais necessitam deslocar-se para outras cidades em busca de consultas médicas, realização de exames, entre outros serviços. Destaca-se que tais munícipes não possuem condições de locomover-se por transporte próprio, o que é compensado por este ente público, que proporciona tal condução a todos.

Ainda, esclarece-se que os veículos destinados a este serviço se encontram danificados, sendo necessária a contratação de uma empresa que o forneça. Desta forma, destaca-se que o mesmo será requisitado eventualmente, pois apenas será utilizado quando não houver transporte próprio do Município disponível para os pacientes.

2.5. Requisitos da contratação

Para a seleção da empresa, é necessário que esta apresente um veículo em perfeitas condições, regularizado perante ao órgão competente, além de possuir seguro contra acidentes, apresentar estrutura confortável, funcional e higiênica, como ar condicionado,

poltronas em bom estado e em perfeito uso, equipamentos de segurança, entre outras especificações estabelecidas no termo de referência.

Ainda, exige-se que este deverá se tratar de um veículo com capacidade mínima de 26 lugares, fabricado a partir de 2018, garantindo o acomodamento de todos os pacientes em um automóvel em estado favorável. Por fim, caso o primeiro veículo não esteja disponível, deverá ser disponibilizado um segundo nas mesmas condições.

Destaca-se que este se tratará de um serviço esporádico e eventual, solicitado em casos de emergência, quando o próprio Município não puder realizar o transporte dos indivíduos, desta forma, não há como se estipular datas para o uso da contratação, devendo tal informação estar clara para as empresas.

Além do exposto, para o pagamento da contratada, será utilizado quilômetro rodado como forma de cálculo, sendo o Município de Ivaí o ponto de partida para computação da distância.

Esclarece que os requisitos impostos procuram assegurar a contratação de fornecedores qualificados e que atendam às exigências técnicas e legais, realizando-se uma contratação benéfica a este ente público.

2.6. Análise dos riscos da contratação

Na contratação de transporte de pacientes, o principal risco a ser considerado é a ocorrência de acidentes de trânsito ou situações que causem danos físicos, materiais ou morais aos indivíduos. Assim, como forma de assegurar contra tais riscos, exige-se que a empresa vencedora possua cobertura para danos corporais, morais e materiais contra terceiros e passageiros de todos os veículos disponibilizados para o transporte, comprovado através de apólice de seguro.

2.7. O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável? Quais os critérios de inovação e/ou desenvolvimento?

Não se aplica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Especificação e quantidades da solução:

000132

A quantidade estimada foi realizada com base na demanda de transporte para os pacientes e na falta de automóveis disponíveis neste Município, tendo em vista que este era um serviço prestado diretamente, sem a contratação de um terceiro.

De acordo com a avaliação realizada, será contratada a seguinte quilometragem para suprir a demanda:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT
		L	D.
1	Serviço de transporte de passageiros - micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar-condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo (CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018. * A empresa também deverá apresentar no ato de licitação um veículo reserva com as mesmas descrições exigidas acima.	KM	66. 00 0

3.2. Prazo para início da execução do objeto

Será imediato, a partir da assinatura da ata de preços e da necessidade da prestação do serviço, bem como cumprido os requisitos para execução.

3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto

A execução ocorrerá gradualmente, a depender da demanda do transporte e da indisponibilidade dos veículos desta prefeitura.

3.4. Local de entrega ou execução

Os locais de execução serão alguns pontos de ônibus destinados ao embarque dos pacientes, os quais se localizam dentro dos limites deste Município e serão determinados quando findada a contratação. Desta forma, a empresa contratada deverá buscar os pacientes nestes pontos, para realizar o transporte até o destino.

3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?

3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:

Não se aplica.

3.5.2. Condições de assistência técnica:

Não se aplica.

3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?

Não se aplica.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Resultados pretendidos a contratação:

Pretende-se que seja obtido êxito na contratação mais favorável e de qualidade para a população deste Município, buscando suprir a necessidade de transporte, fornecendo o acesso a saúde para todos os munícipes.

Além disso, busca-se realizar um processo de forma transparente e em conformidade com a legislação vigente, garantindo a credibilidade das aquisições realizadas pelo Município.

4.2. Forma de execução do contrato

Fornecimento continuado.

4.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)

12 meses, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.

000133

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Requisitos anteriores à execução

Para comprovação da habilitação jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Certidão Simplificada da Junta Comercial;

OBSERVAÇÕES:

- Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

- Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;

Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Comprovação da qualificação técnica

- Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por entidade da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto desta licitação de "serviço de transporte", datado e assinado.
- Certificado de registro da empresa no D.E.R. – PR.

5.1.1. Garantia financeira do contrato:

Não se aplica.

5.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle

A execução do contrato ocorrerá no Posto de Saúde Central, por meio da Secretaria de Saúde, onde será realizada uma lista com os pacientes que necessitam do transporte em cada dia e o local que irão buscar atendimento, determinando se poderá ser utilizado os veículos do Município ou se deverá ser requisitado através da empresa vencedora, controlando o saldo e a quantidade de viagens realizadas.

5.3. Obrigações específicas do contratado

Realizar paradas nos locais determinados por este Município para o embarque e desembarque de pacientes.

A empresa contratada deverá fornecer relatórios detalhados dos serviços executados, incluindo quilometragem, acompanhados de planilhas devidamente assinadas pelo responsável e pelos fiscais designados por portaria, para fins de comprovação e subsequente requisição de compra e processamento do pagamento.

As fiscalizações deverão ser conduzidas pelos fiscais designados por portaria específica, com a finalidade de monitorar, controlar e verificar diariamente as quilometragens realizadas.

5.4. Obrigações específicas do Município:

Repassar uma lista de todos os pacientes que serão transportados naquele dia, acompanhada das informações de cada um, bem como com o local em que estarão aguardando e o local que irão realizar a consulta.

5.5. Requisitos posteriores à execução:

Não se aplica.

5.6. Infrações e penalidades do Contrato:

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

5.7. Regra da subcontratação:

5.7.1. Se vedada a subcontratação, pela presente justificativa:

A vedação de subcontratação neste processo licitatório visa garantir que a empresa vencedora, devidamente qualificada tecnicamente, execute diretamente o objeto contratado, assegurando a qualidade do serviço, a responsabilidade integral e o cumprimento dos requisitos exigidos. Tal medida facilita a fiscalização, reduz riscos de descumprimento contratual e evita fraudes, promovendo maior segurança jurídica e transparência no processo, além de preservar o interesse público na correta execução do contrato.

5.7.2. Será permitida a subcontratação nos seguintes limites?

Não se aplica.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Prazo de pagamento:

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da entrega do objeto ou da execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal e autorização do fiscal.

No caso de atraso pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora, serão objeto de incidência, uma única vez, até o pagamento, da taxa referencial do SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

As condições de pagamento são compatíveis com a iniciativa privada.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2. Critério de reajuste e repactuação:

6.2.1. Índice de reajuste ou repactuação dos insumos:

IPCA (IBGE)

6.3. Haverá Remuneração Variável?

☐ Sim ☒ Não

6.4. Critério e prazo para recebimento provisório

Não haverá recebimento provisório, posto que o objeto é serviço prestado eventualmente.

6.5. Critério e prazo para recebimento definitivo

O recebimento será de forma parcelada, com a gradual requisição do serviço nos casos em que o próprio Município não seja capaz de fornecer o transporte.

7. EDITAL DE SELEÇÃO

7.1. Modalidade de licitação

Pregão Eletrônico, pois trata-se de serviços comuns;

7.1.1. Local do certame:

Definido pelo setor de licitação.

7.2. Critério de julgamento

Menor preço.

7.2.1. A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens

☐ Global ☐ Lotes de itens ☒ Por itens

7.3. Modo de disputa

Aberto.

7.4. Benefícios para Micro e Pequenas Empresas - MPE

SEM BENEFÍCIO.

Destaca-se que não haverá a reserva de cota de 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois não há vantagem na referida contratação de forma parcelada, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, tendo em vista que se trata de uma prestação de serviço e não de uma aquisição de bens, conforme art. 48, inciso III, da LC nº 123/06, de forma a ocasionar licitação deserta. Ficam garantidos os demais benefícios dispostos na LC nº 123/06 às ME's e EPP's, quando da participação em licitação.

7.5. Exigências específicas para a fase de proposta

☐ Existem exigências específicas ☒ Não se aplica o item

7.6. Exigências específicas para a fase de habilitação

Sim. As exigências estão em consonância com o art. 62 a 67 da Lei de Licitações, e presentes na Minuta padronizada da AGU, sendo a exigência de Atestado Técnico Operacional, em consenso com o objeto razoável, diante do valor da contratação, e da parcela de maior relevância, sem configurar restrição indevida à competitividade

7.6.1. Qualificação econômico-financeira:

Certidão de Falência

7.7. Exigências específicas para a fase de execução

Certificado de registro da empresa e dos veículos disponibilizados no D.E.R. – PR.

7.8. Será vedada a participação de consórcios?

Não.

7.9. Infrações e penalidades no certame:

As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses

validade de sua proposta		
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivai	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

8. É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?

☒ Sistema de Registro de Preços ☐ Contratação tradicional

8.1. Tabela com itens, quantidades e periodicidade

Item	Descrição	Quantidade			
		Un.	Registra	Periodicid	Estimadas por

			da	ade	período
1	Serviço de transporte de passageiros	KM.	66.000	Mensal	5.000

8.1.1. Será dispensada a publicação da intenção de registro de preços, diante da seguinte justificativa:

Trata-se de Ata de Registro de Preços destinada à contratação de objeto específico para utilização no município de Ivaí, não sendo beneficiado pela possibilidade de outros órgãos participarem da Ata.

8.2. Infrações e penalidades da Ata de Registro de Preços:

As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os	4 anos e 6 meses

	entes federativos	
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor estimado total da contratação:

R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil).

9.2. Data da conclusão da formação de preço:

20 de agosto de 2024.

9.3. O preço de referência será sigiloso no processo?

☐ Sim ☒ Não

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Previsão orçamentária para a contratação

Desnecessária por ser Sistema de Registro de Preços

10.2. Rubrica orçamentária para a contratação:

Conforme documento anexo.

SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde.

Ivaí- PR, 23 de agosto de 2024.

Alan Gregori Mocelim



000139

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato



Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Ivaí

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A Prefeitura Municipal de Ivaí, com sede no(a) Rua Rui Barbosa, nº 632, centro na cidade de Ivaí /Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.175.918/0001-33 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Orli Camargo de Cristo, nomeado de acordo com o termo de posse, datado em 08 de agosto de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1327943 doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para transporte de pacientes nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1					
---	--	--	--	--	--

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4 O Termo de Referência;

1.5 O Edital da Licitação;

1.6 A Proposta do contratado;

1.7 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. *A vedação de subcontratação neste processo licitatório visa garantir que a empresa vencedora, devidamente qualificada tecnicamente, execute diretamente o objeto contratado, assegurando a qualidade do serviço, a responsabilidade integral e o cumprimento dos requisitos exigidos. Tal medida facilita a fiscalização, reduz riscos de descumprimento contratual e evita fraudes, promovendo maior segurança jurídica e transparência no processo, além de preservar o interesse público na correta execução do contrato.*

000148

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da entrega do objeto ou da execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal e autorização do fiscal.

6.2 No caso de atraso pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora, serão objeto de incidência, uma única vez, até o pagamento, da taxa referencial do SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

6.3 As condições de pagamento são compatíveis com a iniciativa privada.

Forma de pagamento

6.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/08/2024.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

000141

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.45. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.46. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.47. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.48. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.49. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.50. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.51. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



- 1.52. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.53. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.54. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.55. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.56. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.57. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.58. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.59. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.60. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

000142

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.61. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 2. *Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
- i. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

1.62. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.62.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.62.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 1.62.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.62.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.63. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.64. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.65. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 1.66. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.67. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

000143

- 1.68. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 1.69. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. 13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

e a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido: 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

O contrato poderá ser extinto:

000144

caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- I. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ivaí deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

08.001.10.301.1001.2041.3.3.90.39.00.00.0.1890

08.001.10.301.1001.2041.3.3.90.39.00.00.0.1880

- II. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº **14.133, de 2021**, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor** – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 1.70. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos **arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.
- 1.71. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 1.72. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.73. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do **art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

- I. Fica eleito o Foro da Comarca de Imbituva para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Ivaí, XX de XXXXX de 20XX

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

000145

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 N.º

O(A) Prefeitura Municipal de Ivaí, com sede no(a) Rua Rui Barbosa nº 632, na cidade de Ivaí, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.175.918/0001-33 neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal, Orli Antônio Camargo de Cristo, nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo 001 [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

000146

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Não será permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item.

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

000147

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços:

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

000148

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

000149

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item								

T R								
	Espe cifica ção	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid ade	Qua ntida deMáxim a	Q ua nti da deMí ni m a	V al or U n	Prazo garantia ou validade
X								



000150

ANEXO IV – Modelo declaração conjunta

MODELO TERMO DE DECLARAÇÕES – PESSOA JURÍDICA

O signatário da presente, em nome da proponente (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada (endereço completo) _____ declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Ivaí.

2. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

3. Dentre os membros do quadro societário, há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investindo em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula vinculante nº 13 - STF)

() Não

() Sim

Em Caso Positivo, apontar:

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

Nome:	Nome:
-------	-------

Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade (familiares do cônjuge).
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrastra, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

4. Para os fins requeridos no §1º, do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021, não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal e Fundação Cultural.

000151

5. Ao participar deste processo consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo, estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados. E. nos termos da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), se compromete a observar a legislação aplicável à espécie, promovendo o tratamento de todos os dados que possua acesso decorrente da execução do presente contrato administrativo, bem como, se responsabilizando por eventuais ilícitos praticados por si e seus prepostos, visando sempre proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

6. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta de preços.

7. Minha empresa não está sancionada com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Ivaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública

8. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

09. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

10. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

_____, _____ de _____ de 2024.

(nome completo do representante da empresa, nº do RG e assinatura)

MARCIA LUCIENE KOBILARZ

Agente de Contratação

Portaria Municipal nº 002/2024

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador:2B383656

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 179/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 053/2024

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 179/2024

Dispensa de Licitação nº: 053/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriados e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.

CONTRATADA: MARROM SEGURANCA RESIDENCIAL LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor Unitário Mensal: R\$ 7.200,00

Valor Global: R\$ 14.400,00

Vigência: 02 Meses

Data da assinatura: 05/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –

Prefeito Municipal

JOSE VALDECI DE MATTOS –

Representante Legal

Publicado por:

Karen Zelinda Dos Santos

Código Identificador:330C5F47

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 084/2024 PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 080/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024 (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 084/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

Modalidade de disputa: "Aberto"

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor estimado: R\$ 429.000,00

Data de início de acolhimento de Propostas: 06/09/2024 a partir das 17h00min.

Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: 19/09/2024 – 08h45min.

Data de início da fase de LANCES: 19/09/2024 – a partir das 09h00min.

Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <https://blcompras.com>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – PR - Fone – (42) - 3247-1222 - ramal 216 – site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 05 de setembro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ

Agente de Contratação

Portaria Municipal nº 002/2024

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador:1C363C08

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 270/2022 LICITAÇÃO

Nº150/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 270/2022

LICITAÇÃO Nº150/2022

INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91 a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa **MEDSUL MAIS SAUDE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Antonio Raimundo Cominesi, 01, Palmital, Ivaí/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.898.176.0001-27, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora **Patrícia Pochapski Krutsch**, brasileira, residente à Rua Antonio Raimundo Cominesi, s/n, Palmital, Ivaí/PR, portadora da cédula de identidade nº 63418838 SSP/PR, do CPF/MF nº 062.001.079-71, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Prestação de serviço médico ginecologista/obstetra para atendimento ao público do SUS, com carga horária de 20 horas semanais pelo período de 12 meses, conforme Credenciamento 002/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 07/12/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivaí (PR), 05 de setembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -

Prefeito Municipal

PATRICIA POCHAPSKI KRUTSCH –

Representante Legal

Publicado por:

Karen Zelinda Dos Santos

Código Identificador:AA16F714

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO

DETERMINADO – PSS 001/2023

EXTRATO CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO – PSS 001/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ.

CONTRATADA: SUSANKELI KRUTSCH PEREIRA

CARGO: PROFESSORA.

VALOR: R\$ 2.262,02.

PERÍODO: 06/09/2024 A 13/12/2024.

DATA: 06/09/2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

000152

Publicado por:

Letícia Ribeiro Silvestrin

Código Identificador:04D05555

Falecimentos

SEPULTADOS DO DIA
05/09

Aleixo Karachinski, 77 anos
Apollonia Kwasniewski Czarnos, 68 anos
Cassimiro Kossembl, 90 anos
Circe de Andrade, 78 anos
Henrique Mauricio Ienke, 56 anos
Jesica Mierzwa Ferreira, 26 anos
Kaua Fernando Teixeira de Souza, 19 anos
Lucia Dadas, 76 anos
Maria Aparecida Ramos, 67 anos
Maria Rodrigues de Oliveira, 87 anos
Natimotro de Carla Stefani Caladuno
Oscar Scheffer, 66 anos
Orlette Antonia Lange, 100 anos
Rosires Barón Miskin, 69 anos
Teresinha Rute das Neves, 69 anos
Vanilda Laroca, 77 anos

SEPULTAMENTOS
EM 06/09

Conceição Aparecida dos Santos, 92 anos
Velório: Capela do Luto Santana
Cemitério São Vicente de Paula, às 9h

Ernani Lino Vieira de Alavenga, 82 anos
Velório: Capela da funerária Princesa
Cemitério São Vicente de Paula, às 10h

Ilmar de Assis Vaz, 41 anos
Velório: Em outro município
Cemitério em Pirai do Sul, às 13h

Lorian Leonardo Camargo de
Albuquerque, 16 anos
Velório: Capela Santa Luiza
Cemitério São Vicente de Paula, às 10h30

Matilde Cabral, 91 anos
Velório: Capela do Luto Santana
Cemitério São Sebastião, às 10h

Robério Mariano de Carvalho, 39 anos
Velório: Em outro município
Cemitério em Custódia (PE), às 17h

O plano da família
PONTAGROSSENSE

(42) 3223-9165 | (42) 99999-9009
R. BARÃO DE TEFFE, 188
CENTRO | PONTA GROSSA

(42) 3222-4046 | (42) 99999-5603
R. GENERAL CARNEIRO, 509
CENTRO | PONTA GROSSA

www.princesaassistencia.com.br

Agência do Trabalhador
de Ponta Grossa

3220-1070

ACOQUEIRO(PCD)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE ACOQUEIRO(COMÉRCIO)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE MOTORISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE PADEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ALIMENTADOR DE LÍNEA DE
PRODUÇÃO(PCD)**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE
SOFTWARE**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ANALISTA DE PESQUISA OPERACIONAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ARMADOR DE FERRAGENS NA
CONSTRUÇÃO CIVIL**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ARTE FINALISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ASSISTENTE DE COMPRAS

ASSISTENTE DE CONTADORIA FISCAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE LOJAS E MERCADOS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE BALCONISTA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE BALCÃO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE LANCHONETE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR CONTABIL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE ARMAZENAMENTO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE CONFEITARIA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE COSTUREIRA(Nº
ACABAMENTO)**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COZINHA(PCD)
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COZINHA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE ESTOQUE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES
CLÍNICAS**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LIMPEZA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LÍNEA DE PRODUÇÃO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LOGÍSTICA
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR GERAL DE CONSERVAÇÃO DE
VIAS PERMANENTES(EXETO TRILHOS)**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BARMAN
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BORRACHEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CAMAREIRA DE HOTEL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CASEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CHAPISTA DE LANCHONETE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CLASSIFICADOR DE GRÃOS
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COMPRADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONFEITEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COZINHEIRO DE RESTAURANTE
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COZINHEIRO GERAL
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

DEDETIZADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**DESENVOLVEDOR DE SISTEMAS DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO(TÉCNICO)**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES
INDUSTRIAIS**
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

EMPREGADO DOMÉSTICO FAXEIRO
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCANADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCARREGADO DE OBRAS E INSTALAÇÕES
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCENADOR
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENGENHEIRO CIVIL (SANEAMENTO)

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA
ESTADO DO PARANÁAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2024
FORMA ELETRÔNICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA
OBJETO: Contratação de serviços de mão de obra especializada em pintura na Escola Municipal Professora Izabela Santana Marconato Prates - Ensino Fundamental.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 70.052,55 (setenta mil, cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 20/09/2024 às 09h (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.
MODO DE DISPUTA: aberto
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 20/09/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 20/09/2024.
Os esclarecimentos deverão ser somente por e-mail: licitacao@guamiranga.pr.gov.br
Esclarecimentos não serão respondidos por telefone.
O Pregão ELETRÔNICO, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.
Guamiranga, 05 de setembro de 2024.

Ederson A. Beledeli
Agente de contratação
Decreto nº 25/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2024
OBJETO: Aquisição de equipamentos, material permanente e material de consumo.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 12 de setembro de 2024, às 09h30min do dia 25 de setembro de 2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h31min às 09h59min. do dia 25 de setembro de 2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 25 de setembro de 2024.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma online será processado: Bolsa de Licitações e Leilões - BLL: <http://bllcompras.com> <https://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/> Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.
Jaguariaíva, 05 de setembro de 2024.

ALCIONE LEMOS
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2024
OBJETO: Aquisição de veículos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 10 de setembro de 2024, às 09h30min do dia 20 de setembro de 2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h31min às 09h59min. do dia 20 de setembro de 2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 20 de setembro de 2024.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma online será processado: Bolsa de Licitações e Leilões - BLL: <http://bllcompras.com> <https://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/> Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.
Jaguariaíva, 27 de agosto de 2024.

ALCIONE LEMOS
Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência, na forma eletrônica, nº 20/2024
O Município de Ponta Grossa realizará às 10h00min do dia 20 de Setembro de 2024, através da Bolsa de Licitações e Leilões, licitação para Execução de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Eurico Batista Rosa, localizada a Rua Jose F.Menezes, 103 - Pitangui. Valor máximo R\$ 6.185.736,57. Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidas junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento, na sede da prefeitura, no horário das 12h às 18h, ou pelo fone 42-3220-1304 ou ainda pelo site <https://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/> /licitacoes.
Simone do Rocio Pereira Neves - Secretária Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁAVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024
Proc. Administrativo nº 103/2024

OBJETO: Seleção de propostas visando à contratação de pessoa jurídica especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos tipo micro-ônibus da marca Iveco, nos termos da solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote. DATA/HORARIO: 23/09/2024 às 09h00min. LOCAL: Bolsa de Licitações e Leilões - BLL (<http://www.bllcompras.org.br>). O Edital e Anexos estão disponíveis para download no endereço eletrônico: <http://reservapr.eplan.com.br/7039/transparencia/licitacoes/>, ou ainda, solicitados pelo e-mail: licitacao@reservapr.pr.gov.br.
Reserva/PR, 05 de setembro de 2024. José Ivan Bueno da Cruz - Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

ESTETICISTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FARMACÊUTICO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FORNEIRO (PIZZARIA)

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MÃO SOCIAL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MARCADOR DE PRODUTOS
(SIDERÚRGICO E METALÚRGICO)

MECÂNICO DE AUTOMÓVEL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE EQUIPAMENTO PESADO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
DE CAMINHÃO A DIESEL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
DE MÁQUINA INDUSTRIAL

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
DE MOTOCICLETASPREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁEXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 179/2024
Dispensa de Licitação nº 05/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriado e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.
CONTRATADA: MARRION SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA
CONTRATO: Município de Ivaí - PR
Valor Unitário Mensal: R\$ 7.200,00
Valor Global: R\$ 14.400,00
Vigilância: 02 Meses
Data de assinatura: 05/09/2024
Oli Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal
Jose Valdeci de Mattos - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁAVISO DE LICITAÇÃO Nº 083/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 083/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021)

Objeto: Contratação de empresa especializada em eventos e estruturas para a realização do evento em comemoração do dia das crianças, com os alunos da Rede Municipal de Ensino. Valor estimado: R\$ 24.500,00
Data de início de recebimento de Propostas: 06/09/2024 a partir das 17h00min.
Data limite para recebimento de PROPOSTAS: 16/09/2024 - 08h45min.
Data de início da fase de LANCES: 16/09/2024 - a partir das 09h00min.
Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) 3247-1222 - ramal 211 - e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br
Ivaí, 05 de setembro de 2024
Marcia Luciene Koblitz
Agente de Contratação
Ponta Municipal nº 0020204

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 084/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 084/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021)

Objeto: Contratação de empresa especializada em eventos e estruturas para a realização do evento em comemoração do dia das crianças, com os alunos da Rede Municipal de Ensino. Valor estimado: R\$ 429.000,00
Data de início de recebimento de Propostas: 06/09/2024 a partir das 17h00min.
Data limite para recebimento de PROPOSTAS: 16/09/2024 - 08h45min.
Data de início da fase de LANCES: 16/09/2024 - a partir das 09h00min.
Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) 3247-1222 - ramal 211 - e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br
Ivaí, 05 de setembro de 2024
Marcia Luciene Koblitz
Agente de Contratação
Ponta Municipal nº 0020204

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância desarmada, com a disponibilização de 2 vigilantes para atuar durante o período noturno, feriado e finais de semana, em uma jornada de 12 horas diárias por um período estimado de dois meses.
Contratação organizada:
96011020110012041336200000 1990
66011020110012041336200000 1880
CONTRATANTE: Município de Ivaí - PR
CONTRATADA: MARRION SEGURANÇA RESIDENCIAL LTDA
QUANTIDADE VALOR UNITÁRIO VALOR MENSAL VALOR GLOBAL
82 R\$ 3.600,00 R\$ 7.200,00 R\$ 14.400,00
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICAÇÃO EM 04/09/2024
Oli Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁ2º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 179/2022
LICITAÇÃO Nº 050/2022
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Rui Barbosa, 606, centro, Ivaí - PR, neste ato representado pelo senhor OLÍVIO ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP/PR, do CPF/MF nº 7.115.213.544-1 e a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa MEDUSA MAIS SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Antonio Ramundo Mendes, 01, Palmital, Ivipr, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.848.178.000-17, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Patrícia Podchopski Kutzsch, brasileira, residente em Rua Antonio Ramundo Mendes, 01, Palmital, Ivipr, portadora da cédula de identidade nº 434.18838 SSP/PR, do CPF/MF nº 062.001.079-71, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:
OBJETO: Prestação de serviço médico: ginecologista/obstetra para atendimento ao público do SUS, com carga horária de 20 horas semanais pelo período de 12 meses, conforme Cronograma 002/2022.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato foram prorrogados até 01/12/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso I da Lei 8.666/93.
Toda as demais cláusulas e condições não alteradas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.
Ivaí (PR), 05 de setembro de 2024.
Oli Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal
Patrícia Podchopski Kutzsch - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁEXTRATO DE VÉLOCES AUTOMOTORES
(EXETO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES)

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MONTADOR MECÂNICO
(MÁQUINAS INDUSTRIAIS)

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MONTADOR SOLDADOR

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas
digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MOTORISTA CARRETEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA Nº 149/2024

DEFINE A COMISSÃO AFINS DE FISCALIZAÇÃO COM FINALIDADE DE MONITORAR, CONTROLAR E VERIFICAR DIARIAMENTE AS QUILOMETRAGENS REALIZADAS CONFORME PREVISTO EM EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 080/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ Sr. Orli Antônio Camargo de Cristo, no uso de suas atribuições legais e conferida pela Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros integrantes da comissão para fiscalização, conforme objeto e critérios definidos no Edital de Licitação nº 080/2024, a qual assim fica composta:

- REGIANE DELFRATE SANTOS, CPF: 830.782.709-82;
- LICERIA FERNANDA FRANKIEVICZ, CPF: 089.208.549-55;
- SILVONETE RIBEIRO, CPF: 124.968.309-20.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor com efeitos a partir do dia 05 de setembro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Ivaí, 11 de setembro de 2024.

Orli Antônio Camargo de Cristo
Prefeito Municipal

000154

Ata RP 42.2024 - SUPERMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 47.181.978/0001-71

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador: F65590D7

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO PORTARIA Nº 149/2024

PORTARIA Nº 149/2024

DEFINE A COMISSÃO AFINS DE FISCALIZAÇÃO COM FINALIDADE DE MONITORAR, CONTROLAR E VERIFICAR DIARIAMENTE AS QUILOMETRAGENS REALIZADAS CONFORME PREVISTO EM EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 080/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ Sr. Orli Antônio Camargo de Cristo, no uso de suas atribuições legais e conferida pela Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros integrantes da comissão para fiscalização, conforme objeto e critérios definidos no Edital de Licitação nº 080/2024, a qual assim fica composta:

REGIANE DELFRATE SANTOS, CPF: 830.782.709-82;
LICERIA FERNANDA FRANKIEVICZ, CPF: 089.208.549-55;
SILVONETE RIBEIRO, CPF: 124.968.309-20.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor com efeitos a partir do dia 05 de setembro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Ivaí, 11 de setembro de 2024.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: 27719389

DIVISÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2024

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2024 - APOIO A PROJETOS DE FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA (PNAB)
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS CONTEMPLADOS

A Prefeitura Municipal de Ivaí, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e a Equipe de Operacionalização - PNAB, no uso de suas atribuições e em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 14.399/2022 - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, Lei nº 14.903/2024, Decreto nº 11.740/2023 e Decreto nº 11.453/2023, torna pública através do presente AVISO, a homologação do RESULTADO FINAL dos projetos SELECIONADOS e CONTEMPLADOS pelo EDITAL 03/2024 - APOIO A PROJETOS DE FORMAÇÃO EM ARTE E CULTURA - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA (PNAB), a saber:

RELAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS CONTEMPLADOS

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	ÁREA CULTURAL	VALOR R\$
3	Herson Kleber	Oficinas Comunitárias: Capturando	III. ARTES	R\$

	Kleli	Histórias através da Lente do Cebular	VISUAIS	12.250,00
4	Sônia Mara Nunes Stadler	Artesanato em Crochê e Amigurumi: Criatividade e Empreendedorismo nas Comunidades	IV. ARTESANATO	R\$ 12.250,00

Ivaí, 17 de setembro de 2024

ANA PAULA DALZOTO SALVADORI
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: 28DEFB5A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 069/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 066/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2024

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 069/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 066/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes, graxas e aditivos para utilização em veículos da frota Municipal.

LICITANTES HABILITADOS E ADJUDICADOS:

MIGUEL OSTRUFKA MELNEK- LOTE 001= R\$ 367.900,00;
PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES
EIRELI- LOTES 002 E 003= R\$ 12.656,14;
VALOR GLOBAL: R\$ 380.556,14
HOMOLOGAÇÃO: 16/08/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: 0771B4AE

DIVISÃO DE LICITAÇÃO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 244/2023 - LICITAÇÃO Nº 163/2023 PREGÃO Nº 141/2023 - PROCESSO ELETRÔNICO Nº 061/2023

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 244/2023 - LICITAÇÃO Nº 163/2023
PREGÃO Nº 141/2023 - Processo eletrônico nº 061/2023

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, Centro, Ivaí - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa **EVANDRO FERREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Paulo Faix, nº 355, Centro, município de Ivaí (PR), CEP 84.460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.033.666/0001-13, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor **Evandro Ferreira**, brasileiro, empresário, portador do RG nº 8.900.226-5 SSP-PR e do CPF nº 071.776.739-62 mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: reformas e recuperação de motores elétricos para os equipamentos diversos da secretaria.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original.

Visando o redimensionamento do objeto, fica acrescentado o valor de R\$ 14.750,00 (catorze mil, setecentos e cinquenta reais), que



G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA - CNPJ nº 85.495.828/0001-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

PREGÃO ELTRÔNICO 080/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 85.495.828/0001-10, Inscrição Estadual nº 21401427-03, sediada na Rodovia BR 373, km 257, s/n, Manduri, Prudentópolis/PR, por intermédio de seu representante legal o Sr. Gerônimo Eduardo Socolovski, portador da Carteira de Identidade nº. 1.210.730-7 SESP-PR e do CPF nº. 282.775.119-49

Prezado Senhor,

Apresentamos e submetemos à apreciação deste Pregoeiro a nossa proposta de preços relativa ao Edital Pregão Eletrônico em epigrafe cujo objeto é : Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE 1 – LOTE 001 -					
Item	Nome do produto/serviço	Unid.	Qtde	Preço unitário	Valor total
01	Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde	KM	66.000	R\$ 6,50	R\$ 429.000,00
TOTAL: (Quatrocentos e Vinte e Nove Mil Reais).					R\$ 429.000,00

- Declaro ainda estar de acordo e ciente com todas as exigências estipulada em Edital.
- Prazo de entrega e/ou execução: Conforme demanda da secretaria
- Validade da proposta: 60 (sessenta dias) a contar da data fixada para a abertura do envelope – Proposta de Preços.
- No valor proposto estão inclusos todos os custos, dentre estes, todas as despesas de pessoal, com frete, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas indispensáveis à entrega do objeto da presente licitação.

Prudentópolis, 19 de Setembro de 2024.

GERONIMO EDUARDO
SOCOLOVSKI:
28277511949

Assinado digitalmente por GERONIMO EDUARDO
SOCOLOVSKI/28277511949
DN: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=31375218000191, OU=Presencial, OU=Certificado PF
A1, CN=GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI,
28277511949
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização
Data: 2024-09-19 09:03:40
Foxit Reader Versão: 9.4.1

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI
Sócio Administrador

CPF: 282.775.119-49 – RG: 1.210.730-7 SESP-PR

MATRIZ: RODOVIA BR 373, KM 257, S/N, MANDURI - PRUDENTÓPOLIS-PR
Tel. (42) 3446-1622 e-mail: karina@saogeronimo.com.br

000156

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 85495828000110

Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 19/09/2024 14:34:36
Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



SICAF

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores



Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Detalhar

CNPJ

85.495.828/0001-10

Razão Social

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

Nome Fantasia

-

Situação

Idoneo

Situação Cadastral

Credenciado

000158

TERMS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 85.495.828/0001-10
 Número de Ordem do Livro: 26
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial G E SOCOLOVSKI EIRELI
 NIRE 41600054199
 CNPJ 85.495.828/0001-10
 Número de Ordem 26
 Natureza do Livro REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO
 Município Prudentópolis
 Data do arquivamento dos atos constitutivos 01/09/1992
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
 Data de encerramento do exercício social 31/12/2023
 Quantidade total de linhas do arquivo digital 12187

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial G E SOCOLOVSKI EIRELI
 Natureza do Livro REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO
 Número de ordem 26
 Quantidade total de linhas do arquivo digital 12187
 Data de inicio 01/01/2023
 Data de término 31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

000159

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 10.991.485,95	R\$ 11.421.411,77
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 1.145.487,68	R\$ 1.369.276,01
DISPONIBILIDADES		R\$ 3.035,33	R\$ 29.720,80
CAIXA		R\$ 3.035,33	R\$ 29.720,80
Caixa		R\$ 3.035,33	R\$ 29.720,80
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco Sicredi		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco Sicredi 15283		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco Sicredi 25494		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco do Brasil S/A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco do Brasil		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		R\$ 1.142.452,35	R\$ 1.339.555,21
CLIENTES NACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CLIENTES DIVERSOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COOP DE CRED POUP E INV CENT SUL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SICREDI CENT SUL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADENILSON BLAN DE OLIVEIRA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MUNICIPIO DE PRUDENTOPOLIS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COAMIG AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUGUSTINHO DIVONZIR BINI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COAMIG AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MADALENA PROHNEY		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MUNICIPIO DE IVAI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANA LUIZA DOS SANTOS RICKLI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEANDRO BOBATO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ELIZABETH MELNYK		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VERA LUCIA DE CAMARGO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JOSMAR DE MIRANDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SICREDI RUI BARBOSA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SICREDI CAMPOS GERAIS E GRANDE CURITIBA PR/SP		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

000160

Página 1 de 7

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
UPAX AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FETAEP		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ODENI DE OLIVEIRA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ASSOCIACAO AMOR A VIDA DOS IDOSOS DE IVAI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CELIA SIOMBALO CHAIDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VIVIANE PRSYBYLSKI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
KETLYN KAUANA GREZOSKI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
NICOLAU CLOVIS AFINOVETCH		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COOPAGRICOLA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COCARI COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANTONIO IRINEU ELEUTERIO DOS SANTOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SILVANA AP SEROTIUK RODRIGUES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
UB-CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESNI DE FATIMA PEREIRA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FERNANDA KOTULA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MIRELA RIBEIRO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GABRIELA MARIA RIOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COCARI COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EZEQUIAS CLEMENTE DE ANDRADE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EDENISE REIFUR ROCHA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEUCO PETEL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ASSOCIACAO ESPORTIVA IVAI A.E. IVAI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ELEANDRA AP DOS SANTOS REMES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANDERSON LUIZ SCHNEIDER		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAMELA NAIARA MENDES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EDIVALDO TARAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COAMIG AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA IVAI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
NELCY DE SOUZA SANTANA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANA PAULA BASSARAB		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARCIO ADRIANO PRESTES		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

000161

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 2 de 7

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ENI DE QUADROS RIBEIRO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUAN LOPES MARTINS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARIA JOCELIA K RAIFUR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JORGE OLCZOVE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ASSOCIACAO EDUCACIONAL E BENEFICIENTE RESSUREICAO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
WJ BRASIL TRANSPORTES LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CORAL SAO JOSAFAT DE PRUDENTOPOLIS - PARANA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTEFANO SOISTAK NETO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CARLOS ANTONIO FRANCISCO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DUMARA DE FATIMA AVELAR MACHADO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SOLANGE FRANCIELE MAGEROSK		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SOLANGE APARECIDA VAZ LOCH		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALDINEI CASTILHO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EDINEIA SUSANA DE ALMEIDA SLUJALA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ELIANE CRISTINA CARNEIRO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PAULA DANIELE DZIOMBRA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TIAGO CARDOZO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARGARETE ZUBACZ		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FABIANE KRUK BOBEK		R\$ 0,00	R\$ 0,00
NATHALY LOUISE GRANISKA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JOSE ADILSON CORREIA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JORGE DELRIAN NASCIMENTO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PVF INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANTONIO KOZAN RIBEIRO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FRONTER ENGENHARIA DE OBRAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADELITA MARIA PONTAROLO GONCALVES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
NELSON HAURESKO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARCELO M RIBEIRO		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

000162

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 3 de 7

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CLAUDIO HYEDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUSSARA DURSKI RICKLI & CIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JESSICA PUHL HNEDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OTILIA SETNARSKI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IVANOEL GALVAO 400823-5		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CESUMAR CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JOHN CLINTON		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARIA EUNICE MANFRON		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARIA ISABEL BATISTA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
APMF COL EST SAG CORACAO DE M - EFM / FNDE PDDE QUALIDADE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARIA ANDREIA BATISTA BLUM		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARILIA AVILA BOTKO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CELSO RANIEL PACHKO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ANA PAULA GIOVANETTI PAULAK		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ROSILENE FERREIRA BOROCHOK		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ELIZEU DA SILVA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PATRICIA VAZ FERREIRA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALDINEI VITOR FERREIRA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARIA ELIANE BARDAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
THAIZ REGINA ANTISZKO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FERNANDA CAROLINE MANOSSO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EDICLEIA DAMBROSKI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CLIENTES DIVERSOS		R\$ 1.053.336,03	R\$ 1.165.726,93
Clientes Diversos		R\$ 529.798,12	R\$ 555.688,22
Cheques a Depositar		R\$ 523.537,91	R\$ 610.038,71
ADIANTAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Adiantamento 13º Salário		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Adiantamento Férias		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR		R\$ 89.116,32	R\$ 173.828,28
ICMS a Recuperar		R\$ 89.116,32	R\$ 0,00
IRRF a Recuperar		R\$ 0,00	R\$ 21.312,16

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

000163

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 4 de 7

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ISS a Recuperar		R\$ 0,00	R\$ 63.399,80
Outros Créditos a Recuperar		R\$ 0,00	R\$ 89.116,32
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 9.845.998,27	R\$ 10.052.135,76
IMOBILIZADO		R\$ 9.845.998,27	R\$ 10.052.135,76
BENS E DIREITOS EM USO		R\$ 12.398.845,89	R\$ 12.904.445,89
Máquinas e Equipamentos		R\$ 2.211.492,18	R\$ 2.211.492,18
Móveis e Utensílios		R\$ 7.878,00	R\$ 7.878,00
Imóveis		R\$ 4.387.959,32	R\$ 4.387.959,32
Veículos		R\$ 4.627.460,92	R\$ 5.133.060,92
Direito de uso		R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.150.000,00
Instalações		R\$ 14.055,47	R\$ 14.055,47
(-) (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R\$ (2.552.847,62)	R\$ (2.852.310,13)
(-) (-) Máquinas e equipamentos		R\$ (442.636,72)	R\$ (500.451,22)
(-) (-) Móveis e Utensílios		R\$ (6.302,40)	R\$ (7.090,20)
(-) (-) Imóveis		R\$ (265.258,10)	R\$ (279.617,90)
(-) (-) Veículos		R\$ (1.838.650,40)	R\$ (2.065.150,81)
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contas de Compensação		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PASSIVO		R\$ 10.991.485,95	R\$ 11.421.411,77
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 103.112,13	R\$ 190.640,62
FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 70.584,19
FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 70.584,19
Fornecedores Diversos		R\$ 0,00	R\$ 70.584,19
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 15.675,83	R\$ 47.390,09
FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS		R\$ 0,00	R\$ 26.636,02
Salários a pagar		R\$ 0,00	R\$ 24.533,49
Férias a pagar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Rescisões a pagar		R\$ 0,00	R\$ 2.102,53
13º salário a pagar		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 5 de 7

000164

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
FOLHA DE PAGAMENTO DE AUTÔNOMOS		R\$ 0,00	R\$ 444,11
Rendimentos Autônomos a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 444,11
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		R\$ 15.675,83	R\$ 20.309,96
INSS a pagar		R\$ 3.670,99	R\$ 17.107,56
FGTS a pagar		R\$ 4.939,42	R\$ 3.202,40
Contribuições Sindicais a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GRRF a Pagar		R\$ 7.065,42	R\$ 0,00
PROVISÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisão de 13º salário		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisão de férias		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 87.436,30	R\$ 72.666,34
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER		R\$ 1.833,47	R\$ 6,00
IRRF a Recolher - Pessoa Física		R\$ 1.833,47	R\$ 0,00
PIS / COFINS / CS a Recolher		R\$ 0,00	R\$ 6,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS		R\$ 85.602,83	R\$ 72.660,34
ICMS a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 34.284,18
ISSQN a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 6,00
SIMPLES NACIONAL a Pagar		R\$ 30.592,71	R\$ 0,00
Simplex Nacional Parcelado		R\$ 55.010,12	R\$ 38.370,16
CONTAS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisão p/ 13º Salário		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 2.117.411,59	R\$ 1.704.052,24
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.117.411,59	R\$ 1.704.052,24
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS		R\$ 2.117.411,59	R\$ 1.704.052,24
Financiamentos		R\$ 2.117.411,59	R\$ 1.702.965,60
Banco Sicredi		R\$ 0,00	R\$ 1.086,64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 8.770.962,23	R\$ 9.526.718,91
CAPITAL		R\$ 380.000,00	R\$ 380.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 380.000,00	R\$ 380.000,00
Capital Social Integralizado		R\$ 380.000,00	R\$ 380.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

000165

Página 6 de 7

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
RESERVAS		R\$ 8.038.211,24	R\$ 8.390.962,23
RESERVAS DE LUCROS		R\$ 8.038.211,24	R\$ 8.390.962,23
Reserva de Lucros		R\$ 8.038.211,24	R\$ 8.390.962,23
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 352.750,99	R\$ 755.756,68
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 352.750,99	R\$ 755.756,68
Resultado do Exercício		R\$ 352.750,99	R\$ 755.756,68
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contas de Compensação		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

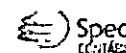
Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

000166

Página 7 de 7

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO (LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO)		R\$ (0,00)	R\$ 755.756,68
RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ 2.770.222,92
RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 2.770.222,92
RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS		R\$ 0,00	R\$ 3.029.221,10
RECEITAS COM SERVIÇOS		R\$ 0,00	R\$ 3.029.221,10
Serviços de Fretes		R\$ 0,00	R\$ 3.029.221,10
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS		R\$ 0,00	R\$ (259.765,94)
(-) IMPOSTOS COM VENDAS E SERVIÇOS		R\$ 0,00	R\$ (259.765,94)
(-) ICMS sobre vendas		R\$ 0,00	R\$ (104.867,22)
(-) Simples Nacional sobre vendas e serviços		R\$ 0,00	R\$ (154.357,48)
(-) ICMS Substituição Tributária		R\$ 0,00	R\$ (541,24)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 767,76
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS		R\$ 0,00	R\$ 767,76
Descontos Obtidos		R\$ 0,00	R\$ 767,76
(-) CUSTOS E DESPESAS		R\$ (0,00)	R\$ (2.014.466,24)
(-) CUSTOS		R\$ (0,00)	R\$ (26.559,07)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (0,00)	R\$ 28.206,80
COMPRAS		R\$ (0,00)	R\$ 28.206,80
ICMS s/ Compras de Mercadorias		R\$ (0,00)	R\$ 20.303,71
(-) Outras Entradas		R\$ (0,00)	R\$ (38,49)
Outras Saídas		R\$ (0,00)	R\$ 38,49
ICMS CIAP		R\$ (0,00)	R\$ 7.903,09
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		R\$ (0,00)	R\$ (30.295,98)
(-) CUSTO DA MÃO-DE-OBRA DIRETA		R\$ (0,00)	R\$ (30.295,98)
(-) Férias		R\$ (0,00)	R\$ (30.295,98)
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (0,00)	R\$ (24.469,89)
(-) CUSTO DA MÃO-DE-OBRA DIRETA		R\$ (0,00)	R\$ (24.469,89)
(-) Contribuições Sindicais		R\$ (0,00)	R\$ (23.108,01)
(-) Multa Rescisória FGTS		R\$ (0,00)	R\$ (1.361,88)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (1.987.907,17)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (0,00)	R\$ (1.924.401,92)
(-) DESPESAS TRABALHISTAS		R\$ (0,00)	R\$ (742.415,77)
(-) Salários		R\$ (0,00)	R\$ (621.954,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

000167

Página 1 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: **G E SOCOLOVSKI EIRELI**

Período da Escrituração: **01/01/2023 a 31/12/2023**

CNPJ: **85.495.828/0001-10**

Número de Ordem do Livro: **126**

Período Selecionado: **01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023**

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Horas Extras		R\$ (0,00)	R\$ (573,39)
(-) Férias		R\$ (0,00)	R\$ (28.464,01)
(-) 13.Salário		R\$ (0,00)	R\$ (25.324,73)
(-) Verbas Rescisórias		R\$ (0,00)	R\$ (58.694,02)
(-) Exames Admissionais, Demissionais e Periódicos		R\$ (0,00)	R\$ (7.405,00)
(-) ENCARGOS SOCIAIS		R\$ (0,00)	R\$ (146.427,52)
(-) INSS		R\$ (0,00)	R\$ (71.400,17)
(-) FGTS		R\$ (0,00)	R\$ (52.380,25)
(-) Multa rescisória FGTS		R\$ (0,00)	R\$ (22.647,10)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (0,00)	R\$ (1.035.558,63)
(-) Água e Esgoto		R\$ (0,00)	R\$ (1.964,25)
(-) Energia Elétrica		R\$ (0,00)	R\$ (9.151,89)
(-) Manutenção e Conservação		R\$ (0,00)	R\$ (1.638,00)
(-) Depreciações e Amortizações		R\$ (0,00)	R\$ (299.462,51)
(-) Propaganda e Publicidade		R\$ (0,00)	R\$ (4.670,00)
(-) Fretes e Carretos		R\$ (0,00)	R\$ (486,02)
(-) Serviços de Terceiros - Pessoa Física		R\$ (0,00)	R\$ (5.988,00)
(-) Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R\$ (0,00)	R\$ (48.925,50)
(-) Serviço de comunicação		R\$ (0,00)	R\$ (1.257,73)
(-) Seguros		R\$ (0,00)	R\$ (18.032,47)
(-) Combustíveis e Lubrificantes		R\$ (0,00)	R\$ (518.146,43)
(-) Material para Uso e Consumo		R\$ (0,00)	R\$ (101.348,20)
(-) Despesas de Informática		R\$ (0,00)	R\$ (3.716,58)
(-) Telefone		R\$ (0,00)	R\$ (4.036,22)
(-) Taxas		R\$ (0,00)	R\$ (878,55)
(-) Honorários Advocatícios		R\$ (0,00)	R\$ (15.631,28)
(-) Certificado Digital		R\$ (0,00)	R\$ (225,00)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (2.343,60)
(-) DESPESAS GERAIS COM VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (2.343,60)
(-) Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		R\$ (0,00)	R\$ (2.343,60)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS		R\$ (0,00)	R\$ (27.901,94)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (0,00)	R\$ (27.901,94)
(-) Juros		R\$ (0,00)	R\$ (17.610,71)
(-) Despesas Bancárias		R\$ (0,00)	R\$ (2.936,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

000168

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 2 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: G E SOCOLOVSKI EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) Encargos s/ Tributos		R\$ (0,00)	R\$ (7.355,23)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS		R\$ (0,00)	R\$ (33.259,71)
(-) IMPOSTOS		R\$ (0,00)	R\$ (33.259,71)
(-) IOF		R\$ (0,00)	R\$ (7.445,66)
(-) IPVA/LICENCIAMENTOS		R\$ (0,00)	R\$ (24.221,23)
(-) ITR		R\$ (0,00)	R\$ (30,00)
(-) Tributos Municipais		R\$ (0,00)	R\$ (1.562,82)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 3 de 3

000169

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped	Versão: 10.2.1
--	----------------

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO		
NIRE 41600054199	CNPJ 85.495.828/0001-10	
ME EMPRESARIAL E SOCOLOVSKI EIRELI		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO	
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 26
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	85495828000110	G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA:85495828000110	370396881843948514 4	12/04/2024 a 12/04/2025	Sim
Contador	85958166972	MARCO ANTONIO MALANSKI:85958166972	370396880563877547 2	17/01/2024 a 16/01/2025	Não

NÚMERO DO RECIBO:

EE.89.CB.DB.E5.5E.29.DA.7D.9E.44.5
D.E2.97.41.27.9A.73.4A.95-9

Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 13/06/2024 às 13:38:11 32.69.40.DE.1A.A0.CE.4D 3C.AB.3C.9F.1E.6C.6E.E2
--

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA - CNPJ nº 85.495.828/0001-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

PREGÃO ELETRÔNICO 080/2024

RELAÇÃO DE VEÍCULOS

A empresa G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 85.495.828/0001-10, sediada na Rodovia BR 373, km 257, s/n, Manduri, Prudentópolis/PR, por intermédio de seu representante legal o Sr. Gerônimo Eduardo Socolovski, portador da Carteira de Identidade nº. 1.210.730-7 SESP-PR e do CPF nº. 282.775.119-49, **DECLARA** que os veículos relacionados são os seguintes:

RELAÇÃO DE VEÍCULOS – GUAMIRANGA X GUARAPUAVA									
Nº ORDEM	PLACA	UF	RENAVAM	CATEGORIA	LOTAÇÃO	CHASSI			
						MARCA/MODELO	ANO	Nº EIXOS	POTENCIA (CV)
1	BDD1832	PR	01150038028	ALUGUEL	28P	MARCOPOLLO VOLARE	2018	2	156cv
2	SET6E13	PR	01358971991	ALUGUEL	33P	MARCOPOLLO VOLARE	2023	2	156cv

Prudentópolis, 19 de Setembro de 2024.

GERONIMO
EDUARDO
SOCOLOVSKI:
28277511949

Assinado digitalmente por GERONIMO EDUARDO
SOCOLOVSKI/28277511949
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=31375316000191, OU=Presencial, OU=Certificado PF
A1, CN=GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI,
28277511949
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-09-19 09:02:41
Foxit Reader Versão: 9.4.1

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI

Sócio Administrador

CPF: 282.775.119-49 – RG: 1.210.730-7 SESP-PR

000171

MATRIZ: RODOVIA BR 373, KM 257, S/N, MANDURI - PRUDENTÓPOLIS-PR
Tel. (42) 3446-1622 e-mail: karina@saogeronimo.com.br



G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA - CNPJ nº 85.495.828/0001-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

PREGÃO ELETRÔNICO 080/2024

QUADRO DE MOTORISTAS

A empresa G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 85.495.828/0001-10, sediada na Rodovia BR 373, km 257, s/n, Manduri, Prudentópolis/PR, por intermédio de seu representante legal o Sr. Gerônimo Eduardo Socolovski, portador da Carteira de Identidade nº. 1.210.730-7 SESP-PR e do CPF nº. 282.775.119-49, **DECLARA** que os motoristas responsáveis serão os seguintes:

Declaramos também que ambos possuem certificação e carteira de habilitação com curso de formação de transporte coletivo e escolar.

Nº	NOME	CNH	VALIDADE	CATEGORIA
1	Elde Adena	05372006597	24/12/2024	AE
2	Jaime Arlei Christmann	00458661870	20/05/2027	AE

Prudentópolis, 19 de Setembro de 2024.

GERONIMO
EDUARDO
SOCOLOVSKI:
28277511949

Assinado digitalmente por GERONIMO EDUARDO
SOCOLOVSKI:28277511949
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla
vs, OU=31375316000191, OU=Presencial,
OU=Certificado PF A1, CN=GERONIMO EDUARDO
SOCOLOVSKI:28277511949
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-09-19 09:02:53
Foxit Reader Versão: 9.4.1

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI

Sócio Administrador

CPF: 282.775.119-49 – RG: 1.210.730-7 SESP-PR

000172

10/11/11

10/11/11

10/11/11

10/11/11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE SEGURANÇA NACIONAL
DIRETORIA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME
ELDE ADENA



DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
10378605-3 SESP PR

CV
081.422.299-43 DATA NASCIMENTO
02/01/1991

FILIAÇÃO
ESTEFANO ADENA
TEREZINHA TABORDA
ADENA

PERMISSÃO
ACC CAT. MAG
VALIDADE
24/12/2024 1ª HABILITAÇÃO
08/12/2011

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1978736770

Nº REGISTRO
05372006597

OBSERVAÇÕES
EAR
CETPP (VAL: 21/11/2020)

PROIBIDO PLASTIFICAR
1978736770

Assinatura: Elde Adena
LOCAL
IVAI, PR

Assinatura do Portador

DATA EMISSÃO
03/01/2020

Assinatura do Emissor

72580508446
PR917468273

PARANÁ

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA JUSTICA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICACAO
CARTÃO DE IDENTIFICACAO

2387508779

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

2387508779

NOME: JAIME ARLEY CHRISTMANN

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 4446873-5 SESP PR

CPF: 757.497.859-04 DATA NASCIMENTO: 27/02/1969

FILIAÇÃO: VALDEMIRO CHRISTMANN
LUCIA SIMOES PIRES CHRISTMANN

PERMISSÃO: [] ADE [] CAT. HAB: AE

Nº REGISTRO: 00458661870 VALIDADE: 20/05/2027 1ª HABILITACAO: 11/04/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: CURITIBA, PR DATA EMISSAO: 20/05/2022

ASSINATURA DO EMISSOR

PARANA

25142757252
PR921580620

DETRAN-PR

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

01358971991

PLACA

SET6E13

EXERCÍCIO

2023

ANO FABRICAÇÃO

2023

ANO MODELO

2023

NÚMERO DO CRV

233819701010



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

13888875107

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

MARCOPOLO/VOLARE DV9L R

ESPÉCIE / TIPO

PASSAGEIRO ONIBUS

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

93PBC1B31PC070983

COR PREDOMINANTE

BRANCA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

ACESSIBILIDADE E
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

MENSAGENS DENATRAN

CARTEIRA
DIGITAL DE
TRÂNSITO



DENATRAN - Produto Denatran

Para sua comodidade, você pode acessar este documento diretamente pelo seu celular. Baixe o aplicativo Carteira Digital de Trânsito - CDT e tenha acesso ao licenciamento de seu veículo além de muitas outras funcionalidades.

Com a Carteira Digital de Trânsito - CDT você pode:

- Consultar suas infrações e pagar multas com desconto
- Acessar a versão digital da CNH (para CNH emitidas após 05/2017)
- Acessar a versão digital deste Licenciamento (CDLV Digital)
- Compartilhar o licenciamento com até 5 pessoas
- Indicar o principal condutor
- Receber avisos de recall



Baixe agora a Carteira Digital de Trânsito - CDT nas lojas Google Play ou App Store e tenha na palma da sua mão todos os documentos para você conduzir seu veículo com tranquilidade e segurança!

CATEGORIA

ALUGUEL

CAPACIDADE

*, *

POTÊNCIA/CILINDRADA

156CV/****

PESO BRUTO TOTAL

9.4

MOTOR

924971U1425712

CMT

9.4

EIXOS

2

LOTAÇÃO

33P

CARROCERIA

NÃO APLICÁVEL

NOME

G E SOCOLOVSKI E CIA LTDA

CPF / CNPJ

85.495.828/0001-10

LOCAL

PRUDENTOPOLIS PR

DATA

15/09/2023

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

2393

000175



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER
DIRETORIA DE OPERAÇÕES - DOP
COORDENADORIA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COMERCIAL - CTCR
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO NO DER-PR



N. 52979

- VALIDADE: 10/06/2025

PROTOCOLO: 022.207.632-3

DATA DO PROTOCOLO: 22/05/2024

EMPRESA: G.E.SOCOLOVSKI & CIA. LTDA

CNPJ: 85.495.828/0001-10

REG./DER:0242

VEÍCULO PLACA: SET-6E13/PR

RENAVAM: 01358971991

N. ORDEM:0.02393

CHASSI: 93PBC1B31PC070983

IDADE:0001 (ANOS)

MARCA DO CHASSI/MODELO: OUTROS - MARCOPOLLO/VOLARE DW9 ON

ANO: 2023

MARCA DA CARROCERIA/MODELO: MARCOPOLLO

ANO: 2023

CATEGORIA: TIPO: RODOVIÁRIO

ESPÉCIE: CONVENCIONAL

LOTAÇÃO/PASSEGEIROS: SENTADOS:31

EM PÉ: ---

CAPACIDADE TOTAL: 0031

APÓLICE: 62.300.004.202 VALIDADE APÓLICE: 12/01/2025 ATUALIZAR POR: ctcregistro@der.pr.gov.br

O referido veículo foi registrado do DER-PR, através do processo formal acima citado, onde consta a sua respectiva inspeção mecânica, podendo a partir desta data ser utilizado, na execução dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, observadas as exigências legais da espécie pretendida, principalmente a respectiva licença prévia, quando se tratar de fretamento eventual ou contínuo.

Este Certificado de Registro de Veículo, perderá a sua validade caso o veículo sofra qualquer tipo de alteração de suas características, seja vendido, não tenha seus respectivos seguros obrigatórios (DPVAT e Responsabilidade Civil exclusivo para passageiros) renovados, ou não porte Inspeção Mecânica do INMETRO válida, quando for o caso.

CURITIBA, 28 DE MAIO DE 2024

Maria Elizabete das Neves Bozza
Coordenadora CTCR/DOP

OUTROS DOCUMENTOS DE PORTE OBRIGATÓRIO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL, ALÉM DOS DEMAIS OBRIGATÓRIOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO VIGENTE.

MOTORISTA	DO VEÍCULO
1. Carteira de habilitação "D" ou superior; 2. Carteira de saúde válida, com foto, assinatura e CRM do médico do trabalho emissor; 3. Carteira de curso específico para transporte coletivo de passageiros, que não se confunde com de escolares.	1. Certificado de Propriedade atualizado e válido; 2. Comprovante de pagamento do DPVAT; 3. Cópia autenticada da Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil do veículo, acompanhada do comprovante de pagamento e quando parcelado do comprovante de pagamento da última parcela. 4. Comprovante de Inspeção Mecânica Anual válido.
FRETAMENTO EVENTUAL (TURÍSTICO)	FRETAMENTO CONTÍNUO (ESCOLA/EMPRESA)
1. Contrato de prestação do serviço em execução válido e assinado pelas partes; 2. Nota Fiscal indicando inscrição na Fazenda Estadual onde deverá recolher o ICMS devido; 3. Lista de Passageiros transportados no modelo padrão DER. * Todos estes devem conter data da viagem, origem/destino, itinerário e valor cobrado.	1. Contrato de prestação do serviço em execução válido e assinado pelas partes; 2. Licença específica para este tipo de transporte; 3. Lista de passageiros no modelo padrão DER, e respeitando capacidade do veículo.
LINHAS REGULARES: tabelas de horários e preços oficiais e vigentes emitidas pelo DER	
TODOS DEVEM CONTER PASTA PADRÃO DER-COM DOCUMENTOS SEPARADOS E ORGANIZADOS POR VIAGEM	

Av. Iguaçu, 420 - Rebouças, Curitiba - Paraná, 80230-902 - ctcregistro@der.pr.gov.br

000176

Garantido por EZZE SEGUROS S/A

CNPJ : 31.534.848/0001-24

Código SUSEP	: 03646	Sucursal	: 001	Dt. Emissão Apólice	: 02/01/2024
Apólice Número	: 1062300004202	Número da Proposta	: 0000000013639		
Endosso	: 1009276	Ramo	: 0023		

VIGÊNCIA DA APÓLICE

Das 24:00 h do dia 12/01/2024 até 24:00 h do dia 12/01/2025

SEGURADO

Nome	: G E SOCOLOVSKI - EIRELI	CPF/CNP	: 85.495.828/0001-10
Endereço	: ROD BR 373 N° 0		
CEP	: 84400000	Cidade:	Prudentópolis UF PR

CORRETOR

Nome do Corretor:	JOTA COR ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA	Código Susep	202100360
-------------------	---	--------------	-----------

Prêmio (EM R\$)

Prêmio Líquido	Adicional de Fracionamento	Custo de Apólice	I.O.F	Periodicidade	Prêmio Total
3.700,06	0,00	0,00	273,06	Única	3.973,12

PARCELAMENTO (EM R\$)

Formas de Pagamento	1. Parcela	Demais	Total
Ficha de Compensação	3.973,12	a vista 0,00	3.973,12

VEÍCULO ITEM N.: 11

Das 24:00 h do dia 12/01/2024 até 24:00 h de 12/02/2024

Fabricante	: VOLARE	Nr Passageiro	: 33
Veículo	: DV9L EXECUTIVO - EURO VI	Prefixo	: 0
Licença	: SET6E13	Chassi	: 93PBC1B31PC070983
Fabricação/Modelo	: 2023/2023	Nr Tripulantes	: 2
Utilização do Veículo	: Fretamento e Turismo Interestaduais/Internacionais		
Tipo de Veículo	: Ônibus Rodoviário		

COBERTURAS CONTRATADAS E LIMITES MÁXIMOS INDENIZÁVEIS POR VEÍCULO (EM R\$)

Coberturas	Processo Susep	Franquia	Importância Seg.	Prêmio Líq.
Resp.Civil por Danos Materiais e Corporais causados a passageiro		0,00 -----	4.034.750,00	172,67
Resp.Civil por Danos Materiais causados a terceiros não transp		0,00 -----	500.000,00	53,31
Resp.Civil por Danos Corporais causados a terceiros não transp		0,00 -----	500.000,00	33,83
Resp.Civil por Danos Morais causados a passageiros e terceiros		0,00 -----	300.000,00	57,11
Resp.Civil por Despesas com Defesa Penal		0,00 -----	20.000,00	8,60
Acidentes Pessoais de Tripulantes - Morte Acidental		0,00 -----	100.000,00	4,35
Acidentes Pessoais de Tripulantes - Invalidez por Acidente		0,00 -----	100.000,00	5,03
Acidentes Pessoais de Tripulantes - Despesas Médicas Hospitalar		0,00 -----	20.000,00	1,48

OBSERVAÇÕES

Declaração para todos os fins e efeitos legais:

Quando Contratada a coberturas de APP (Acidentes Pessoais aos Passageiros), as mesmas atendem as exigências para a utilização de "Serviço Regular de Transporte Intermunicipal" ou " Serviço de Fretamento e Turismo Municipal e Intermunicipal" em todo o Território Nacional, desde que devidamente cadastrado junto ao poder concedente deste estado, e observando as demais Condições Gerais do produto.

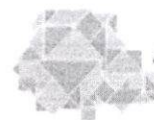
Emissão automática

São Paulo, 2 de Janeiro de 2024

ICP Brasil
Assinado digitalmente por
Richard E. S. Vinhosa



JJF INSPECAO VEICULAR - EIRELI
CNPJ: 33.212.902/0001-40
RUA: ALCINDO DE MATOS, 1191, INDUSTRIAL
CEP: 85045-525 - GUARAPUAVA/PR
E-mail: inspfran@gmail.com
TEL.: 4236245988



APOIA
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE
DOS ORGANISMOS DE
INSPEÇÃO ACREDITADOS

CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CSV
NÚMERO DO CERTIFICADO: 000032952-57
VEICULO APROVADO

G E SOCOLOVSKI - EIRELI - EPP

85.495.828/0001-10

PASSAGEIRO/ONIBUS

NÃO APLICAVEL

MARCOPOLO/VOLARE DV9L R

BRANCA

2023/2023

SET5E13

93PBC1B31PC070983

DIESEL

33

6,94

9,40

9,40

N/I

156

FOTOS DO VEICULO



Declaro que o veículo acima identificado foi inspecionado em conformidade com os critérios definidos na ABNT NBR 14040, legislação de trânsito vigente, Resoluções Conama e encontra-se em adequadas condições de manutenção, preservação, segurança e conservação de suas características técnicas.

O veículo em epígrafe foi inspecionado na base de endereço para a qual o organismo de inspeção emissor deste documento foi licenciado pelo SENATRAN e acreditado pelo CGCRE para inspeções compulsórias, conforme escopos definidos no site www.inmetro.gov.br.

O presente documento não pressupõe qualquer garantia explícita ou implícita dada pelo organismo de inspeção, relativa aos componentes inspecionados, nem isenta o fabricante ou proprietário do veículo de suas responsabilidades quanto aos danos pessoais, materiais ou quaisquer perdas provocadas por problemas de manutenção ou operação incorreta.

000178

013948292-27/2024

17/09/2024

Carlos Roberto Jensen
Crea/CFT: 08937827930

17/09/2025

Yannick Law de Andrade
Crea: PR-190703/D



LISTA DE VERIFICAÇÃO - COMPLEMENTAR DER - APOIA

TIPO DE VEÍCULO

33	CONVENCIONAL	0	LEITO	0	URBANO	0	MISTO
1	Motorista	0	Motorista	0	Motorista	DECK 1 - 1º Andar	
2	Poltronas Cabine	0	Poltronas Cabine	0	Cobrador	0	Motorista
31	Poltronas Salão	0	Poltronas Salão	0	Poltronas Salão	0	Poltronas Conv. Cabine
33	Total CRLV	0	Total CRLV	0	Passageiros em pé	0	Poltronas Leito Cabine
				0	Total CRLV	0	Poltronas Conv. Salão
						0	Poltronas Leito Salão

DETALHAMENTO

TIPO DE POLTRONAS		ADESIVO DER		ACESSIBILIDADE	
33	Estofadas	OK	***TRASEIRA*** (LADO INFERIOR DIREITO)	X	SIM
	Acrílico				NÃO
32	Reclináveis	OK	***LATERAIS*** (DIANTEIRA, CANTO INFERIOR DIREITO)		BANHEIRO
1	Fixas				SIM
	***	OK	LETRAS VERDE	X	NÃO

DECK 2 - 2º Andar

0	Poltronas Conv. Cabine
0	Poltronas Leito Cabine
0	Poltronas Conv. Salão
0	Poltronas Leito Salão
0	Total documento - CRLV

Eng. Mec. Yannick Cavaleiro Andrade
Responsável Técnico
CREA - PR 190703/D
Registro Nacional 1719697175

CARIMBO E ASSINATURA DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL

INSPEÇÃO VEICULAR DER - CONVÊNIO APOIA

000179

Denatran - Departamento Nacional de Trânsito

Certificado de Segurança Veicular

CSV Nº 013948292-27/2024

Chassi de identificação do veículo: 93PBC1B31PC070983

Tipo de CSV: ANTT

Numero Nota Fiscal:



DATA DA INSPEÇÃO
17/09/2024

DATA DE VALIDADE
17/09/2025

DADOS DO PROPRIETÁRIO ATUAL

NOME
G E SOCOLOVSKI - EIRELI - EPP
MUNICÍPIO
PRUDENTOPOLIS

CPF/CNPJ
85495828000110
UF
PR



CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO VEÍCULO

PLACA SET6E13	NR CHASSI 93PBC1B31PC070983		MARCA/MODELO/VERSÃO MARCOPOLLO/VOLARE DV9L R			TIPO DE VEICULO ONIBUS	ESPECIE PASSAGEIRO
COR BRANCA	ANO FAB. 2023	ANO MOD. 2023	POTÊNCIA (cv) 156	CILINDRADA (cc) 0	CMT (t) 9.4	PBT (t) 9.4	CAPACIDADE DE CARGA (t) 0.0
LOTAÇÃO 33	COMBUSTÍVEL DIESEL		CARROCERIA 999 - NÃO APLICAVEL				

TERÍSTICAS INSPECIONADAS DO VEÍCULO

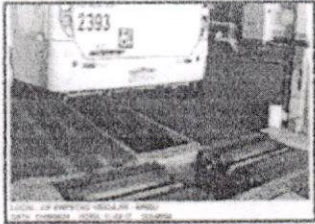
PLACA SET6E13	Nº CHASSI 93PBC1B31PC070983		MARCA/MODELO/VERSÃO MARCOPOLLO/VOLARE DV9L R			TIPO DE VEÍCULO ONIBUS	ESPÉCIE PASSAGEIRO
COR BRANCA	ANO FAB. 2023	ANO MOD. 2023	POTÊNCIA (cv) 156	CILINDRADA (cc) 0	CMT (t) 9.4	PBT (t) 9.4	CAPACIDADE DE CARGA (t) 1.34
LOTAÇÃO 33	COMBUSTÍVEL DIESEL		CARROCERIA 999 - NÃO APLICAVEL				

FOTOS DO VEÍCULO

DIANTEIRA



TRASEIRA



AMBIENTE



RESULTADOS

MEDICAÇÃO DO EIXO 1:

DESEQUILIBRIO FRENAGEM:	EFICIÊNCIA FRENAGEM:	DESEQUILIBRIO SUSPENSÃO:	FREIO ESTACIONAMENTO:	ALINHAMENTO RODAS:
1.0%	55.0%	N/A	34.0%	-0.3mm/m

MEDICAÇÃO DO EIXO 2:

DESEQUILIBRIO FRENAGEM:	EFICIÊNCIA FRENAGEM:	DESEQUILIBRIO SUSPENSÃO:	FREIO ESTACIONAMENTO:	ALINHAMENTO RODAS:
2.0%	55.0%	N/A	34.0%	-0.3mm/m

DADOS ESPECÍFICOS INSPECIONADOS

Dimensões do veículo (altura, largura e comprimento):

3240, 2410, 9230 MM

Classificação ANTT do veículo:

Conforme ART 4º da Resolução ANTT Nº 4130

Tara:

5,75

Eng. Mec. Yannick Levy de Andrade
Responsável Técnico
CREA - PR 190703/D
Registro Nacional 1719697175

000180

Denatran - Departamento Nacional de Trânsito

Certificado de Segurança Veicular

CSV Nº 012948292-27/2024

Chassi de identificação do veículo: 93PBC1B31PC070983

Tipo de CSV: ANTT

Numero Nota Fiscal:



DATA DA INSPEÇÃO
17/09/2024

DATA DE VALIDADE
17/09/2025

RESPONSÁVEL PELA INSPEÇÃO

NOME DA ITL

JJF INSPEÇÃO VEICULAR - EIRELI

CNPJ DA ITL

33212902000140

RESPONSÁVEL TÉCNICO

YANNICK LEW DE ANDRADE

CREA

1719697175

CPF RESPONSÁVEL TÉCNICO

08601341993

OBSERVAÇÕES DO INSPECTOR

Resolução ANTT Nº 4777/2015 - NBR14040

OBSERVAÇÕES SISTÊMICAS

rtificado de Segurança Veicular para regularização junto à Antt.

ESCOPOS INSPECIONADOS

Escopo 1077 - ANTT

Veículo inspecionado

NBR 14.040

Res. Contran 416/12 e 445/13

Port. Inmetro 260/07 e 168/08

Res. ANTT 4.130/13 e 4.499/14

000181

**LAUDO DE INSPEÇÃO
TÉCNICA - LIT**

Nº:010069

CARIMBO DA EMPRESA INSPETORA

JJF INSPEÇÃO VEICULAR EIRELI -
Insptran Inspeção Veicular
33.212.902/0001-40
Rua Alcindo de Matos, 1191
Bairro Industrial - Guarapuava, PR

PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO			CNPJ/CPF	
G E SOCOLOVSKI - EIRELI - EPP			85.495.828/0001-10	
ENDEREÇO				
1, 1				
MUNICÍPIO	UF	CEP	TELEFONE	
PRUDENTOPOLIS	PR	N/I	N/I	

CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO VEÍCULO

ESPECIE / TIPO			MARCA / MODELO		
PASSAGEIRO/ONIBUS			MARCOPOLO/VOLARE DV9L R		
P	CIL	COR	COMBUSTIVEL	LOTACAO	PLACA
156/0		BRANCA	DIESEL	33	SET6E13
TARA	PBT	CMT	ANO / MODELO	NUMERO DO CHASSI	
5,75 t	9,40 t	9,40 t	2023/2023	93PBC1B31PC070983	

FOTO DIANTEIRA



LOCAL: JJF INSPECAO VEICULAR - EIRELI
DATA: 17/09/2024 HORA: 11:42:18 OIA-0959

FOTO TRASEIRA



LOCAL: JJF INSPECAO VEICULAR - EIRELI
DATA: 17/09/2024 HORA: 11:42:17 OIA-0959

DECALQUE DO CHASSI

93PBC1B31PC070983

DATA DE INSPEÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO
17/09/2024	17/09/2024	17/09/2025
ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO RESPONSÁVEL		- O VEÍCULO FOI INSPECIONADO CONFORME A NORMA NBR 14040, SENDO REALIZADOS TODOS OS TESTES LISTADOS NESTE LAUDO. - ASSUMO TODA E QUALQUER RESPONSABILIDADE, QUE O VEÍCULO PORTADOR DESTE LIT, POSSUI NO ATO DA APROVAÇÃO DESTA INSPEÇÃO, OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA NECESSÁRIOS PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.
Eng. Mec. Yarnick Lew de Andrade Responsável Técnico CREA - PR-190703/D Registro Nacional 1119692175 Yarnick Lew de Andrade CPF: 08601341993 - Crea: PR-190703/D		

000182

TESTES DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA

GRUPO 1	CIRCUITO DE FREIO
INFORMAÇÕES CONSTANTES NO CREV	DISCOS, TAMBORES, PASTILHAS E COMPONENTES
CONFORMIDADE DAS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO	GRUPO 6
GRUPO 2	ALINHAMENTO DE RODAS
PÁRA-CHOQUES	VOLANTE E COLUNA
ESPELHOS E RETROVISORES	MECANISMO, BARRAS E BRAÇOS
LIMPADOR E LAVADOR DE PÁRABRISAS	ARTICULAÇÕES
PÁRA-SOL	SERVODIREÇÃO HIDRÁULICA
VELOCÍMETRO	AMORTECEDOR DE DIREÇÃO
BUZINA	GRUPO 7
CINTOS DE SEGURANÇA	FUNCIONAMENTO DA SUSPENSÃO
EXTINTOR DE INCÊNDIO	EIXOS
TRIÂNGULO DE SEGURANÇA	ELEMENTOS ELÁSTICOS
ESTEPE	ELEMENTOS ABSORVEDORES DE ENERGIA
TACÓGRAFO	ELEMENTOS ESTRUTURAIS
CINTO DE SEGURANÇA DA ÁRVORE DE TRANSMISSÃO	ELEMENTOS DE ARTICULAÇÃO
LACRES DA BOMBA INJETORA	ELEMENTOS DE REGULAGEM
RODAS FORA DO LIMITE	ELEMENTOS LIMITADORES
FAROL TRASEIRO	ELEMENTOS DE FIXAÇÃO
VIDROS	ELEMENTOS COMPLEMENTARES
GRUPO 3	SUSPENSÃO PNEUMÁTICA
INTERNAIS	GRUPO 8
LUZES INTERMITENTES DE ADVERTÊNCIA	DESGASTE DA BANDA DE RODAGEM
RETROREFLETORES	TAMANHO E TIPO DOS PNEUS
GRUPO 4	SIMETRIA DOS PNEUS E RODAS
FARÓIS PRINCIPAIS	ESTADO GERAL DOS PNEUS
FARÓIS AUXILIARES	ESTADO GERAL E FIXAÇÃO DAS RODAS OU AROS DESMONTÁVEIS
LANTERNA DE ILUMINAÇÃO DA PLACA TRASEIRA	GRUPO 9
LUZES DO PAINEL	PORTAS E TAMPAS
GRUPO 5	VIDROS E JANELAS
FREIOS DE SERVIÇO	BANCOS
FREIOS DE ESTACIONAMENTO	SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEL
COMANDOS	SISTEMA DE EXAUSTÃO DOS GASES
SERVOFREIO	CARROÇARIA
RESERVATÓRIO DE LÍQUIDO DE FREIO	INSTALAÇÃO ELÉTRICA E BATERIA
RESERVATÓRIO DE AR/ VÁCUO	

TESTES DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA

GRUPO 1	CIRCUITO DE FREIO
INFORMAÇÕES CONSTANTES NO CRLV	DISCOS, TAMBORES, PASTILHAS E COMPONENTES
CONFORMIDADE DAS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO	GRUPO 6
GRUPO 2	ALINHAMENTO DE RODAS
PÁRA-CHOQUES	VOLANTE E COLUNA
ESPELHOS E RETROVISORES	MECANISMO, BARRAS E BRAÇOS
LIMPADOR E LAVADOR DE PÁRABRISAS	ARTICULAÇÕES
PÁRA-SOL	SERVODIREÇÃO HIDRAÚLICA
VELOCÍMETRO	AMORTECEDOR DE DIREÇÃO
BUZINA	GRUPO 7
CINTOS DE SEGURANÇA	FUNCIONAMENTO DA SUSPENSÃO
EXTINTOR DE INCÊNDIO	EIXOS
TRIÂNGULO DE SEGURANÇA	ELEMENTOS ELÁSTICOS
ESTEPE	ELEMENTOS ABSORVEDORES DE ENERGIA
TACÓGRAFO	ELEMENTOS ESTRUTURAIS
CINTO DE SEGURANÇA DA ÁRVORE DE TRANSMISSÃO	ELEMENTOS DE ARTICULAÇÃO
LACRES DA BOMBA INJETORA	ELEMENTOS DE REGULAGEM
RODAS FORA DO LIMITE	ELEMENTOS LIMITADORES
FAROL TRASEIRO	ELEMENTOS DE FIXAÇÃO
VIDROS	ELEMENTOS COMPLEMENTARES
GRUPO 3	SUSPENSÃO PNEUMÁTICA
INTERNAIS	GRUPO 8
LUZES INTERMITENTES DE ADVERTÊNCIA	DESGASTE DA BANDA DE RODAGEM
RETROREFLETORES	TAMANHO E TIPO DOS PNEUS
GRUPO 4	SIMETRIA DOS PNEUS E RODAS
FARÓIS PRINCIPAIS	ESTADO GERAL DOS PNEUS
FARÓIS AUXILIARES	ESTADO GERAL E FIXAÇÃO DAS RODAS OU AROS DESMONTÁVEIS
LANTERNA DE ILUMINAÇÃO DA PLACA TRASEIRA	GRUPO 9
LUZES DO PAINEL	PORTAS E TAMPAS
GRUPO 5	VIDROS E JANELAS
FREIOS DE SERVIÇO	BANCOS
FREIOS DE ESTACIONAMENTO	SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEL
COMANDOS	SISTEMA DE EXAUSTÃO DOS GASES
SERVOFREIO	CARROÇARIA
RESERVATÓRIO DE LÍQUIDO DE FREIO	INSTALAÇÃO ELÉTRICA E BATERIA
RESERVATÓRIO DE AR VÁCUO	000184



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OPERAÇÕES-DOP
COORDENADORIA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS COMERCIAL - CTCRC

Av. Iguaçu, 420 - 5º andar - CEP. 80.230-902 - Curitiba - Paraná - Fone: (41) 3304-8000
FAX: (41) 3304-8361 - www.der.pr.gov.br - e-mail: lfc@der.pr.gov.br



R00087614E

Licença de Fretamento Contínuo

LFC 2087/2024

Data e Hora da 29/05/2024 08:29

Válida 27/05/2025

Data do 28/05/2024

Data e Hora da Análise: 28/05/2024 00:00

A Coordenadoria de Transporte Rodoviário Comercial – CTCRC-DOP-DER, em conformidade com o disposto nos artigos 77, 78 e 81 do Decreto 1821/2000, **autoriza por meio deste Termo de Autorização Eletrônica, a empresa abaixo especificada, a executar serviço de transporte intermunicipal de passageiros, na modalidade de Fretamento Contínuo, conforme condições abaixo estabelecidas:**

Dados da Transportadora

Razão Social: G.E.SOCOLOVSKI & CIA. LTDA

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Registro/DE 0242

Dados do Contrato

Contratant	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI	CPF/CNPJ: 76.175.918/0001-33
End.	RUA RUI BARBOSA, 632	
Vigência do	27/05/2025	
Finalidade da	Pacientes quando contratado por Prefeituras ou entidades Similares	
Placa: BDD-1832/PR		
Nº de	(26) + (8) crianças de colo até 5	Total de 34
Custos	POR KM	
Valor:	48.750,00	

Dados da Viagem

Origem	IVAI	Embarque:	CENTRO RODOVIARIA
Destino:	PONTA GROSSA	Desembarqu	CENTRO CENTRO
Extensão de Itinerário de	00090 KM	Tempo	02:00
Rota:	BR 373 - BR 277		
Extensão de Itinerário de	00090 KM	Tempo	02:00
	BR 277 - BR 373		

Horários Autorizados

Partida	Frequência
IVAI	05:00 SEG TER QUA QUI SEX
PONTA GROSSA	12:00 SEG TER QUA QUI SEX



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OPERAÇÕES-DOP
COORDENADORIA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS COMERCIAL - CTRC

Av. Iguaçu, 420 - 5º andar - CEP. 80.230-902 - Curitiba - Paraná - Fone: (41) 3304-8000
FAX: (41) 3304-8361 - www.der.pr.gov.br - e-mail: lfc@der.pr.gov.br



R00087614E

Licença de Fretamento Contínuo

LFC 2087/2024

Roteiro		
Município de	Município de	Rodovias
IVAI	PONTA GROSSA	BR 373 - BR 277
PONTA GROSSA	IVAI	BR 277 - BR 373

Lista de Passageiros Transportados

OBSERVAÇÃO: Por se trata de fretamento Contínuo de PACIENTES, contratado por PESSOA JURÍDICA, a lista de passageiros deverá ser digitada em ordem alfabética, impressa em papel do CONTRATANTE e conter no mínimo: o nome do passageiro, nº do documento de identidade, indicação de ser paciente ou acompanhante e o hospital ou

OBSERVAÇÃO: Serão admitidas crianças de colo (até 6 anos incompletos) até 30% da capacidade do carro em uso, desde que a criança esteja devidamente relacionada na lista de passageiros.

A presente Licença e sua respectiva Lista de Passageiros, não pode ser rasurada, deverá permanecer na pasta de documentos padrão do DER, não dispensa a obrigação de porte dos documentos obrigatórios para execução do serviço e perderá a validade quando do vencimento do Registro da Transportadora e do veículo junto ao DER/PR;
Nos termos do artigo 4 do Decreto 1821/2000, os serviços especiais, onde se incluem os fretamentos contínuos, não podem apresentar caráter de Linha Regular, portanto, caso isto ocorra a Licença perderá

O Transportador deverá portar no veículo, quando da realização da viagem, a seguinte documentação, além da exigida pela Legislação de Trânsito:

- I - Certificado de Registro de Veículo no DER/PR válido;
- II - Cópia autenticada da apólice de seguro de responsabilidade civil e comprovante de pagamento de seguro;
- III - Licença de Fretamento Contínuo com a respectiva Lista de Passageiros;
- IV - Contrato de prestação de serviço de transporte;
- V - Carteira de habilitação do motorista categoria D ou superior;
- VI - Carteira de curso especial de motorista para efetuar transporte coletivo de passageiros;
- VII - Certificado de Segurança Veicular válido (para veículos com mais de 15 anos de idade);
- VIII - Carteira de Saúde do(s) motorista(s) em serviço, válida;
- IX - Documentos que comprovem a observância aos artigos 136 à 138 do Código de Trânsito Brasileiro, quando a Licença tratar de serviço de Fretamento Escolar.

Fernanda C. Manesio

Carimbo e Assinatura do Representante

85 495 828/0001-10

G. E. SOCOLOVSKI
& CIA. LTDA. - EPP

ROD. BR 373 - KM 257 - SN - MANDURI
84400-000 - PRUDENTÓPOLIS - PR



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OPERAÇÕES-DOP
COORDENADORIA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS COMERCIAL - CTRC



LFC - ESPELHO RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE
COLETIVO RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL
DE PASSAGEIROS ORIGINADO E VINCULADO A LFC

Nº: 2087/2024

REG/DER nº: 0242

I - DADOS DA CONTRATAÇÃO:

Contratada: G.E.SOCOLOVSKI & CIA. LTDA

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

Finalidade da viagem: Pacientes quando contratado por Prefeituras ou

Número do Contrato: 2087/2024

Data de Vigência do Contrato: 27/05/2025

Valor Global do Contrato: 48.750,00

Placa do Veículo: BDD-1832/PR

Capacidade de Passageiros: 34

Capacidade de Crianças de Colo: 8

II - DADOS DA VIAGEM:

Origem/Destino

Origem/Município: IVAI

Endereço de Partida: RODOVIARIA

Destino/Município: PONTA GROSSA

Endereço de Chegada: CENTRO

Percurso

Extensão Ida: 00090

Itinerário de Ida(Rodovias): BR 373 - BR 277

Extensão Volta: 00090

Itinerário de Volta(Rodovias): BR 277 - BR 373

Tempo de Percurso

Saídas da Origem: 05:00 - 07:00

Ida: 02:00

Frequência: SEGTERQUAQUISEX

Saídas do Destino: 12:00 - 14:00

Volta: 02:00

Frequência: SEGTERQUAQUISEX

Motoristas

1º Nome: JAIME ARLEI CHRISTMANN

Nº CNH: 0458661870

Categoria:E

2º Nome:

Nº CNH:

Categoria:

000186

Declaramos que os dados constantes no presente Espelho Resumo de Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros são verdadeiros, representando o resumo dos dados contratados pelas partes e que o presente resumo deve acompanhar a licença na viagem.

Prudentópolis 29 de maio

85 495 828/0001-10

Contratante

G. E. SOCOLOVSKI
& CIA. LTDA. - EPP

Contratada

ROD. BR 373 - KM 257 - SN - MANDURI
84400-000 - PRUDENTÓPOLIS - PR

Licenças de Fretamento

Licenças por modalidade de registro <

https://www.der.pr.gov.br/sites/der/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/tipos_licencas_modalidade_registro_190624.pdf >

Licença de Fretamento Eventual < <http://www.lfe.der.pr.gov.br/lfe/> > (LFE):

Permite ao Transportador Registrado, emitir Licença Eventual para viagens de Turismo (Passeios, Congresso, Jogos Estudantis e similares).

Licença de Fretamento Contínuo < <https://www.lfc.der.pr.gov.br/lfc/> > (LFC):

Permite ao Transportador Registrado, emitir Licença Contínua para viagens de Estudantes, Funcionários, Pacientes e Trabalhadores Rurais).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**
CNPJ: **85.495.828/0001-10**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com ~~exigibilidade~~ suspensão nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:15:07 do dia 20/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/02/2025.

Código de controle da certidão: **1188.8CDB.180E.DF22**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000188



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034648990-09

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **85.495.828/0001-10**

Nome: **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 15/01/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE RECEITA E FISCALIZAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 16/12/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO EXISTE DÉBITO TRIBUTÁRIO VENCIDO RELATIVO A EMPRESA DESCRITA ABAIXO.

NEGATIVA N.: 8481/2024

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
9ZTMH2G2QETM34X449S4

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO PROTOCOLO:

RAZÃO SOCIAL: G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
7943	85.495.828/0001-10	2140142703	109

ENDEREÇO

ROD BR 373 KM 257, S/N - MANDURI - KM 257 Prudentópolis - PR CEP: 84400000

CNAE / ATIVIDADES

Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional, Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, Transporte escolar, Atividades de limpeza não especificadas anteriormente, Atividades paisagísticas, Coleta de resíduos não-perigosos, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, Operadores turísticos, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Aluguel de máquinas e equipamentos para

000190

construção sem operador, exceto andaimes, Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

Prudentópolis, 17 de Setembro de 2024

000191

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 85.495.828/0001-10
Razão Social: G E SOCOLOVSKI CIA LTDA
Endereço: ROD BR 373 SN KM 257 / MANDURI / PRUDENTOPOLIS / PR / 84400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/09/2024 a 13/10/2024

Certificação Número: 2024091402480556260006

Informação obtida em 17/09/2024 10:09:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

000192



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Certidão nº: 64060668/2024

Expedição: 17/09/2024, às 10:06:02

Validade: 16/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **85.495.828/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ - C O M A R C A D E PRUDENTOPOLIS

Telefone/WhatsApp: 42-3446-1662 / 42-99845-1927

OFICIO DO DISTRIBUIDOR JUDICIAL
PRACA CORONEL JOSE DURSKI, 144 - CENTRO
PRUDENTOPOLIS/PR - 84400000

TITULAR
MARISTELA VERA LUCIA NARDI
JURAMENTADO
ELAINE C. LETVIN BELO - EMP. JURAMENTADA

Certidão Negativa
Para Fins Gerais

Certifico, a pedido verbal de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição referente ação de FALÊNCIA, CONCORDATA e RECUPE-RAÇÃO JUDICIAL, sob minha guarda neste Cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

CNPJ 85.495.828/0001-10, no período compreendido entre 01/01/1999 e 17/09/2024.

PRUDENTOPOLIS/PR, 18 de Setembro de 2024

MARISTELA VERA LUCIA NARDI:58115811904

Assinado de forma digital por MARISTELA VERA LUCIA NARDI:58115811904
Dados: 2024.09.18 13:33:52 -03'00'



Certificação



Nome/Razão Social: **G.E.SOCOLOVSKI & CIA. LTDA**
Registro: **242**

CNPJ/CPF: **85.495.828/0001-10 (MATRIZ)**
Endereço: **VISCONDE DE GUARAPUAVA**

Certidão Negativa de Débitos

Ressalvado o direito do DER/PR de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade da Empresa acima citada, que vierem a ser apuradas. É certificado que NÃO CONSTA(M), até a presente data, pendência(s) em seu nome, relativa(s) à débito administrado pela Coordenadoria de Contabilidade e Finanças da Diretoria Administrativo Financeira do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da Empresa acima citada, no âmbito deste Departamento, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em outros órgãos do Estado.

Emitida dia 18/09/2024 às 13:43:47
Válida por 30 (trinta) dias.

[Handwritten signature]



SICAF

Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores



Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Detalhar

CNPJ

85.495.828/0001-10

Razão Social

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

Nome Fantasia

-

Situação

Idoneo

Situação Cadastral

Credenciado

VOLTAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CNEP
CPF / CNPJ sancionado: 85495828000110

LIMPAR

Data da consulta: 24/09/2024 13:59:32
Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

000197

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS
CPF / CNPJ sancionado: 85495828000110

LIMPAR

000198

Data da consulta: 24/09/2024 14:02:04
Data da última atualização: 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 09/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 09/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 09/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP).

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

DETRAN - PR

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

01150038028

PLACA

BDD1832

EXERCÍCIO

2023

ANO FABRICAÇÃO

2018

ANO MODELO

2018

NÚMERO DO CRV



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

04045695504

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

MARCOPOLO/VOLARE DW9 ON

ESPÉCIE / TIPO

PASSAGEIRO ONIBUS

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

93PB49P31JC059546

COR PREDOMINANTE

BRANCA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

ACESSIBILIDADE H
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

MENSAGENS DENATRAN

CARTEIRA
DIGITAL DE
TRÂNSITO



DENATRAN

Para sua comodidade, você pode acessar este documento diretamente pelo seu celular. Baixe o aplicativo **Carteira Digital de Trânsito - CDT** e tenha acesso ao licenciamento de seu veículo além de muitas outras funcionalidades.

Com a Carteira Digital de Trânsito - CDT você pode:

- Consultar suas infrações e pagar multas com desconto
- Acessar a versão digital da CNH (para CNHs emitidas após 15/11/17)
- Acessar a versão digital deste Licenciamento (CDL Digital)
- Compartilhar o licenciamento com até 5 pessoas
- Indicar o principal condutor
- Receber avisos de recall



Baixe agora a Carteira Digital de Trânsito - CDT nas lojas Google Play ou App Store e tenha na palma de sua mão todos os documentos para você conduzir seu veículo com tranquilidade e segurança!

CATEGORIA
ALUGUEL

CAPACIDADE

*, *

POTÊNCIA/CILINDRADA

156CV/****

PESO BRUTO TOTAL

9.4

MOTOR

924999U1226564

CMT

9.4

EIXOS

2

LOTAÇÃO

28P

CARROCERIA

NÃO APLICÁVEL

NOME

G E SOCOLOVSKI - EIRELI - EPP

CPF / CNPJ

85.495.828/0001-10

LOCAL

PRUDENTOPOLIS PR

DATA

18/08/2023

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

1832

000199

Garantido por EZZE SEGUROS S/A

CNPJ : 31.534.848/0001-24

Código SUSEP	: 03646	Sucursal	: 001	Dt. Emissão Apólice	: 02/01/2024
Apólice Número	: 1062300004202	Número da Proposta	: 0000000013639		
Endosso	: 1009276	Ramo	: 0023		

VIGÊNCIA DA APÓLICE

Das 24:00 h do dia 12/01/2024 até 24:00 h do dia 12/01/2025

SEGURADO

Nome	: G E SOCOLOVSKI - EIRELI	CPF/CNP	: 85.495.828/0001-10
Endereço	: ROD BR 373 N° 0		
CEP	: 84400000	Cidade:	Prudentópolis UF PR

CORRETOR

Nome do Corretor:	JOTA COR ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA	Código Susep	202100360
-------------------	---	--------------	-----------

Prêmio (EM R\$)

Prêmio Líquido	Adicional de Fracionamento	Custo de Apólice	I.O.F	Periodicidade	Prêmio Total
3.700,06	0,00	0,00	273,06	Única	3.973,12

PARCELAMENTO (EM R\$)

Formas de Pagamento	1. Parcela	Demais	Total
Ficha de Compensação	3.973,12	a vista 0,00	3.973,12

VEÍCULO ITEM N.: 2

Das 24:00 h do dia 12/01/2024 até 24:00 h de 12/02/2024

Fabricante	: MARCOPOLO	Nr Passageiro	: 28
Veículo	: VOLARE	Prefixo	: 0
Licença	: BDD1832	Chassi	: 93PB49P31JC059546
Fabricação/Modelo	: 2018/2018	Nr Tripulantes	: 2
Utilização do Veículo	: Fretamento e Turismo Interestaduais/Internacionais		
Tipo de Veículo	: Ônibus Rodoviário		

COBERTURAS CONTRATADAS E LIMITES MÁXIMOS INDENIZÁVEIS POR VEÍCULO (EM R\$)

Coberturas	Processo Susep	Franquia	Importância Seg.	Prêmio Líq.
Resp.Civil por Danos Materiais e Corporais causados a passageir		0,00 -----	4.034.750,00	172,67
Resp.Civil por Danos Materiais causados a terceiros não transp		0,00 -----	500.000,00	53,31
Resp.Civil por Danos Corporais causados a terceiros não transp		0,00 -----	500.000,00	33,83
Resp.Civil por Danos Morais causados a passageiros e terceiros		0,00 -----	300.000,00	57,11
Resp.Civil por Despesas com Defesa Penal		0,00 -----	20.000,00	8,60
Acidentes Pessoais de Tripulantes - Morte Acidental		0,00 -----	100.000,00	4,35
Acidentes Pessoais de Tripulantes - Invalidez por Acidente		0,00 -----	100.000,00	5,03
Acidentes Pessoais de Tripulantes - Despesas Médicas Hospitala		0,00 -----	20.000,00	1,48

OBSERVAÇÕES

Declaração para todos os fins e efeitos legais:

Quando Contratada a coberturas de APP (Acidentes Pessoais aos Passageiros), as mesmas atendem as exigências para a utilização de "Serviço Regular de Transporte Intermunicipal" ou " Serviço de Fretamento e Turismo Municipal e Intermunicipal" em todo o Território Nacional, desde que devidamente cadastrado junto ao poder concedente deste estado, e observando as demais Condições Gerais do produto.

Emissão automática

São Paulo, 2 de Janeiro de 2024

ICP
Brasil

Assinado digitalmente por

Richard E. S. Vinhosa

Richard E. S. Vinhosa

000200



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER
DIRETORIA DE OPERAÇÕES - DOP
COORDENADORIA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COMERCIAL - CTRC
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO NO DER-PR



N. 52978

- VALIDADE: 10/06/2025

PROTOCOLO: 022.207.632-3

DATA DO PROTOCOLO: 22/05/2024

EMPRESA: G.E.SOCOLOVSKI & CIA. LTDA

CNPJ: 85.495.828/0001-10

REG./DER:0242

VEÍCULO PLACA: BDD-1832/PR

RENAVAM: 01150038028

N. ORDEM:0.01832

CHASSI: 93PB49P31JC059546

IDADE:0006 (ANOS)

MARCA DO CHASSI/MODELO: OUTROS - MARCOPOLLO/VOLARE DW9 ON

ANO: 2018

MARCA DA CARROCERIA/MODELO: MARCOPOLLO

ANO: 2018

CATEGORIA: TIPO: RODOVIÁRIO

ESPÉCIE: CONVENCIONAL

LOTAÇÃO/PASSEIROS: SENTADOS:26

EM PÉ: ---

CAPACIDADE TOTAL: 0026

APÓLICE: 62.300.004.202 VALIDADE APÓLICE: 12/01/2025 ATUALIZAR POR: ctrcregistro@der.pr.gov.br

O referido veículo foi registrado do DER-PR, através do processo formal acima citado, onde consta a sua respectiva inspeção mecânica, podendo a partir desta data ser utilizado, na execução dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros, observadas as exigências legais da espécie pretendida, principalmente a respectiva licença prévia, quando se tratar de fretamento eventual ou contínuo.

Este Certificado de Registro de Veículo, perderá a sua validade caso o veículo sofra qualquer tipo de alteração de suas características, seja vendido, não tenha seus respectivos seguros obrigatórios (DPVAT e Responsabilidade Civil exclusivo para passageiros) renovados, ou não porte Inspeção Mecânica do INMETRO válida, quando for o caso.

CURITIBA, 28 DE MAIO DE 2024

Maria Elizabete das Neves Bozza
Coordenadora CTRC/DOP

OUTROS DOCUMENTOS DE PORTE OBRIGATÓRIO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL, ALÉM DOS DEMAIS OBRIGATÓRIOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO VIGENTE.

MOTORISTA

1. Carteira de habilitação "D" ou superior;
2. Carteira de saúde válida, com foto, assinatura e CRM do médico do trabalho emissor;
3. Carteira de curso específico para transporte coletivo de passageiros, que não se confunde com de escolares.

DO VEÍCULO

1. Certificado de Propriedade atualizado e válido;
2. Comprovante de pagamento do DPVAT;
3. Cópia autenticada da Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil do veículo, acompanhada do comprovante de pagamento e quando parcelado do comprovante de pagamento da última parcela.
4. Comprovante de Inspeção Mecânica Anual válido.

FRETAMENTO EVENTUAL (TURISTICO)

1. Contrato de prestação do serviço em execução válido e assinado pelas partes;
2. Nota Fiscal indicando inscrição na Fazenda Estadual onde deverá recolher o ICMS devido;
3. Lista de Passageiros transportados no modelo padrão DER.
* Todos estes devem conter data da viagem, origem/destino, itinerário e valor cobrado.

FRETAMENTO CONTÍNUO (ESCOLA/EMPRESA)

1. Contrato de prestação do serviço em execução válido e assinado pelas partes;
2. Licença específica para este tipo de transporte;
3. Lista de passageiros no modelo padrão DER, e respeitando capacidade do veículo.

LINHAS REGULARES: tabelas de horários e preços oficiais e vigentes emitidas pelo DER

TODOS DEVEM CONTER PASTA PADRÃO DER-COM DOCUMENTOS SEPARADOS E ORGANIZADOS POR VIAGEM

Av. Iguaçu, 420 - Rebouças, Curitiba - Paraná, 80230-902 - ctrcregistro@der.pr.gov.br

000201

Denatran - Departamento Nacional de Trânsito

Certificado de Segurança Veicular

CSV Nº 012262910-03/2023

Chassi de identificação do veículo: 93PB49P31JC059546

Tipo de CSV: ANTT

Número Nota Fiscal:

APROVADO

DATA DA INSPEÇÃO

16/10/2023

DATA DE VALIDADE

15/10/2024

DAOS DO PROPRIETARIO ATUAL

NOME
G E SOCOLOVSKI - EIRELI - EPP
MUNICÍPIO
PRUDENTOPOLIS

CPF/CNPJ
85495828000110
UF
PR



CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO VEÍCULO

PLACA	NR CHASSI		MARCA/MODELO/VERSÃO			TIPO DE VEICULO	ESPÉCIE
BDD1832	93PB49P31JC059546		MARCOPOLO/VOLARE DW9 ON			ONIBUS	PASSAGEIRO
COR	ANO FAB.	ANO MOD.	POTÊNCIA (cv)	CILINDRADA (cc)	CMT (t)	PBT (t)	CAPACIDADE DE CARGA (t)
BRANCA	2018	2018	156	0	9.4	9.4	0.0
LOTAÇÃO	COMBUSTIVEL		CARROCERIA				
28	DIESEL		999 - Não APLICAVEL				

CARACTERÍSTICAS INSPECIONADAS DO VEÍCULO

PLACA	Nº CHASSI		MARCA/MODELO/VERSÃO			TIPO DE VEÍCULO	ESPÉCIE
BDD1832	93PB49P31JC059546		MARCOPOLO/VOLARE DW9 ON			ONIBUS	PASSAGEIRO
COR	ANO FAB.	ANO MOD.	POTÊNCIA (cv)	CILINDRADA (cc)	CMT (t)	PBT (t)	CAPACIDADE DE CARGA (t)
BRANCA	2018	2018	156	0	9.4	9.4	0.94
LOTAÇÃO	COMBUSTÍVEL		CARROCERIA				
28	DIESEL		999 - Não APLICAVEL				

FOTOS DO VEÍCULO

DIANTEIRA



TRASEIRA



AMBIENTE



MEDIÇÕES

MEDIÇÃO DO EIXO 1:

DESEQUILÍBRIO FRENAGEM:	EFICIÊNCIA FRENAGEM:	DESEQUILÍBRIO SUSPENSÃO:	FREIO ESTACIONAMENTO:	ALINHAMENTO RODAS:
20.0%	56.0%	N/A	24.0%	2.1mm/m

MEDIÇÃO DO EIXO 2:

DESEQUILÍBRIO FRENAGEM:	EFICIÊNCIA FRENAGEM:	DESEQUILÍBRIO SUSPENSÃO:	FREIO ESTACIONAMENTO:	ALINHAMENTO RODAS:
2.0%	56.0%	N/A	24.0%	2.1mm/m

DADOS ESPECÍFICOS INSPECIONADOS

Classificação ANTT do veículo:

Conforme ART 4º da Resolução ANTT Nº 4130

Dimensões do veículo (altura, largura e comprimento):

3020, 2300, 8900 mm

Tara:

6,5

Eng. Mec. Yannick Lewy de Andrade
Responsável Técnico
CREA - PR 190788/D
Registro Nacional 119697175

000202

Certificado de Segurança Veicular

CSV Nº 012262910-03/2023

Chassi de identificação do veículo: 93PB49P31JC059546

Tipo de CSV: ANTT

Número Nota Fiscal:



APROVADO

DATA DA INSPEÇÃO

16/10/2023

DATA DE VALIDADE

15/10/2024

RESPONSÁVEL PELA INSPEÇÃO

NOME DA ITL

JJF INSPEÇÃO VEICULAR - EIRELI

CNPJ DA ITL

33212902000140

RESPONSÁVEL TÉCNICO

YANNICK LEW DE ANDRADE

CREA

1719697175

CPF RESPONSÁVEL TÉCNICO

08601341993

OBSERVAÇÕES DO INSPECTOR

Resolução ANTT Nº 4777/2015 - NBR14040

SERVIÇOS SISTÊMICAS

Certificado de Segurança Veicular para regularização junto à Antt.

ESCOPOS INSPECIONADOS

Escopo 1077 - ANTT

veículo inspecionado

NBR 14.040

Res. Contran 416/12 e 445/13

Port. Inmetro 260/07 e 168/08

Res. ANTT 4.130/13 e 4.499/14

000203



JJF INSPEÇÃO VEICULAR - EIRELI
CNPJ: 33.212.902/0001-40
RUA: ALCINDO DE MATOS, 1191, 1191, INDUSTRIAL
CEP: 85045-525 - GUARAPUAVA/PR
E-mail: insptran@gmail.com
TEL: 4236245988



APOIA

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE
DOS ORGANISMOS DE
INSPEÇÃO ACREDITADOS

CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CSV
NÚMERO DO CERTIFICADO: 000025720-60
VEICULO APROVADO

G E SOCOLOVSKI - EIRELI - EPP

85.495.828/0001-10

PASSEIRO/ONIBUS

NÃO APLICAVEL

MARCOPOLO/VOLARE DW9 ON

BRANCA

BDD1832

93PB49P31JC059546

DIESEL

6,82

9,40

9,40

N/I

2018/2018

28

156

FOTOS DO VEICULO



Declaro que o veículo acima identificado foi inspecionado em conformidade com os critérios definidos na ABNT NBR 14040, legislação de trânsito vigente, Resoluções Conama e encontra-se em adequadas condições de manutenção, preservação, segurança e conservação de suas características técnicas.

O veículo em epígrafe foi inspecionado na base de endereço para a qual o organismo de inspeção emissor deste documento foi licenciado pelo SENATRAN e acreditado pelo CGCRE para inspeções compulsórias, conforme escopos definidos no site www.inmetro.gov.br.

O presente documento não pressupõe qualquer garantia explícita ou implícita dada pelo organismo de inspeção, relativa aos componentes inspecionados, nem isenta o fabricante ou proprietário do veículo de suas responsabilidades quanto aos danos pessoais, materiais ou quaisquer perdas provocadas por problemas de manutenção ou operação incorretos.

000204

012262910-03/2023

16/10/2023

15/10/2024

Carlos Roberto Jensen
Crea/CFT: 08937827930

Yannick Lew de Andrade
Crea: PR-190703/D



LISTA DE VERIFICAÇÃO - COMPLEMENTAR DER - APOIA

TIPO DE VEÍCULO

28	CONVENCIONAL	0	LEITO	0	URBANO	0	MISTO
1	Motorista	0	Motorista	0	Motorista	DECK 1 - 1º Andar	
2	Poltronas Cabine	0	Poltronas Cabine	0	Cobrador	0	Motorista
26	Poltronas Salão	0	Poltronas Salão	0	Poltronas Salão	0	Poltronas Conv. Cabine
28	Total CRLV	0	Total CRLV	0	Passageiros em pé	0	Poltronas Leito Cabine
				0	Total CRLV	0	Poltronas Conv. Salão
						0	Poltronas Leito Salão

DETALHAMENTO

TIPO DE POLTRONAS		ADESIVO DER		ACESSIBILIDADE	
	Estofadas	OK	***TRASEIRA*** (LADO INFERIOR DIREITO)	X	SIM
0	Acrílico				NÃO
26	Reclináveis	OK	***LATERAIS*** (DIANTEIRA, CANTO INFERIOR DIREITO)	BANHEIRO	
2	Fixas			X	SIM
	***	OK	LETRAS VERDE		NÃO

DECK 2 - 2º Andar

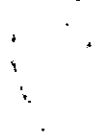
0	Poltronas Conv. Cabine
0	Poltronas Leito Cabine
0	Poltronas Conv. Salão
0	Poltronas Leito Salão
0	Total documento - CRLV

CARIMBO E ASSINATURA DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL

Eng. Méc. Vitorick Leão de Andrade
Responsável Técnico
CREA - PR 199703/D
Registro Nacional 1719597175

INSPEÇÃO VEICULAR DER - CONVÊNIO APOIA

000205





JJF INSPEÇÃO VEICULAR - EIRELI
CNPJ: 33.212.902/0001-40
RUA: ALCINDO DE MATOS, 1191, 1191, INDUSTRIAL
CEP: 85045-525 - GUARAPUAVA/PR
E-mail: insptran@gmail.com
TEL: 4236245988



CERTIFICADO DE INSPEÇÃO VEICULAR - CSV
NÚMERO DO CERTIFICADO: 000025720-60
VEICULO APROVADO

G E SOCOLOVSKI - EIRELI - EPP

85.495.828/0001-10

PASSEIRO/ONIBUS

NÃO APLICAVEL

MARCOPOLO/VOLARE DW9 ON

BRANCA

BDD1832

93PB49P31JC059546

DIESEL

6,82

9,40

9,40

N/I

2018/2018

28

156

FOTOS DO VEICULO



Declaro que o veículo acima identificado foi inspecionado em conformidade com os critérios definidos na ABNT NBR 14040, legislação de trânsito vigente, Resoluções Conama e encontra-se em adequadas condições de manutenção, preservação, segurança e conservação de suas características técnicas.

O veículo em epígrafe foi inspecionado na base de endereço para a qual o organismo de inspeção emissor deste documento foi licenciado pelo SENATRAN e acreditado pelo CGCRE para inspeções compulsórias, conforme escopos definidos no site www.inmetro.gov.br.

O presente documento não pressupõe qualquer garantia explícita ou implícita dada pelo organismo de inspeção, relativa aos componentes inspecionados, nem isenta o fabricante ou proprietário do veículo de suas responsabilidades quanto aos danos pessoais, materiais ou quaisquer perdas provocadas por problemas de manutenção ou operação incorreta.

000206

012262910-03/2023

16/10/2023

15/10/2024

Carlos Roberto Jensen
Crea/CFT: 08937827930

Yannick Lew de Andrade
Crea: PR-190703/D

CERTIFICADO DER-PR

Arquivo criado em 16/10/2023 às 09:42:31 - Oficina T1 - SBLIT
Este certificado poderá ser validado através do Sistema SBLIT

Página 1 de 2
FORM-DEPR-PR - REV. 01/07/2019



LISTA DE VERIFICAÇÃO - COMPLEMENTAR DER - APOIA

TIPO DE VEÍCULO

28	CONVENCIONAL	0	LEITO	0	URBANO	0	MISTO
1	Motorista	0	Motorista	0	Motorista	DECK 1 - 1º Andar	
2	Poltronas Cabine	0	Poltronas Cabine	0	Cobrador	0	Motorista
26	Poltronas Salão	0	Poltronas Salão	0	Poltronas Salão	0	Poltronas Conv. Cabine
28	Total CRLV	0	Total CRLV	0	Passageiros em pé	0	Poltronas Leito Cabine
				0	Total CRLV	0	Poltronas Conv. Salão
						0	Poltronas Leito Salão

DETALHAMENTO

TIPO DE POLTRONAS		ADESIVO DER		ACESSIBILIDADE	
	Estofadas	OK	***TRASEIRA*** (LADO INFERIOR DIREITO)	x	SIM
0	Acrílico				NÃO
26	Reclináveis	OK	***LATERAIS*** (DIANTEIRA, CANTO INFERIOR DIREITO)	BANHEIRO	
2	Fixas			x	SIM
***		OK	LETRAS VERDE		NÃO

DECK 2 - 2º Andar

0	Poltronas Conv. Cabine
0	Poltronas Leito Cabine
0	Poltronas Conv. Salão
0	Poltronas Leito Salão
0	Total documento - CRLV

CARIMBO E ASSINATURA DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL

Eng. Msc. Ysopack Leal de Andrade
Responsável Técnico
CREA - PR 150703/D
Registro Nacional 1719697175

INSPEÇÃO VEICULAR DER - CONVÊNIO APOIA

000207

**LAUDO DE INSPEÇÃO
TÉCNICA - LIT**

Nº:007213

CARIMBO DA EMPRESA INSPETORA

JJF INSPEÇÃO VEICULAR EIRELI -
Insptran Inspeção Veicular
33.212.902/0001-40
Rua Alcindo de Matos, 1191
Bairro Industrial - Guarapuava, PR

PROPRIETARIO DO VEICULO				CNPJ/CPF
G E SOCOLOVSKI - EIRELI - EPP				85.495.828/0001-10
ENDEREÇO				
1, 1				
MUNICIPIO	UF	CEP	TELEFONE	
PRUDENTOPOLIS	PR	N/I	N/I	

CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO VEÍCULO

ESPÉCIE / TIPO F SAGEIRO/ONIBUS			MARCA / MODELO MARCOPOLO/VOLARE DW9 ON	
POT / CIL 156/0	COR BRANCA		LOTACAO 28	PLACA BDD1832
TARA 6,50 t	PBT 9,40 t	CMT 9,40 t	ANO / MODELO 2018/2018	
			NUMERO DO CHASSI 93PB49P31JC059546	

FOTO DIANTEIRA



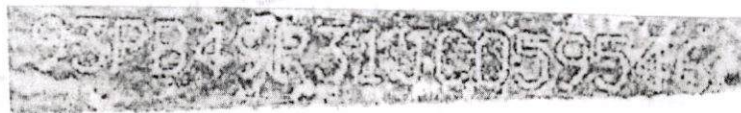
LOCAL: JJF INSPECAO VEICULAR - EIRELI
DATA: 16/10/2023 HORA: 08:31:40 OIA-0859

FOTO TRASEIRA



LOCAL: JJF INSPECAO VEICULAR - EIRELI
DATA: 16/10/2023 HORA: 08:31:39 OIA-0859

DECALQUE DO CHASSI



DATA DE INSPEÇÃO 16/10/2023	DATA DE EMISSÃO 16/10/2023	DATA DE VENCIMENTO 16/10/2024
ASSINATURA / CARIMBO / CREA DO RESPONSÁVEL Eng. Mec. Yannick Lew de Andrade Responsável Técnico CREA - PR-190703/D Registro Nacional 129697125 Yannick Lew de Andrade CPF: 08601341993 - Crea: PR-190703/D		- O VEÍCULO FOI INSPECIONADO CONFORME A NORMA NBR 14040, SENDO REALIZADOS TODOS OS TESTES LISTADOS NESTE LAUDO. - ASSUMO TODA E QUALQUER RESPONSABILIDADE, QUE O VEÍCULO PORTADOR DESTES LIT, POSSUI NO ATO DA APROVAÇÃO DESTA INSPEÇÃO, OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA NECESSÁRIOS PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.

000208



MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

CERTIFICADO: 0010635070					Executor 294	
Instrumento CRONOTACÓGRAFO		Marca CONTINENTAL			Modelo 1390	Número de Série 09768762
Veículo MARCOPOLLO, MODELO: VOLARE DW9 ON		Ano 2018	Pneu 235/75	Aro 17.5	RENAVAM 01150038028	CHASSI 93PB49P31JC059546
Dados Complementares Marcas de Selagem: Marcas de Selagem: K013134133 F120579838 F120579848 F120579858 Constante K: 14285 Redutor: - Este certificado é válido até a data informada somente se mantidas as características aqui autodeclaradas.					Placa BDD1832	
					Código do Serviço 237	
					Número do Documento de Arrecadação (GRU de Ensaio) 294104115007300798	
					Número do Protocolo 518020160547626724	
NOME DO POSTO DE SELAGEM N. S. A. CRONOTACÓGRAFO LTDA - ME		NOME DO POSTO PAC N. S. A. CRONOTACÓGRAFO LTDA - ME			Data	
CPF/CNPJ DO PROPRIETÁRIO 85495828000110		NOME DO PROPRIETÁRIO G E SOCOLOVSKI E CIA LTDA			Emitido em 13/06/2024 com validade até 06/06/2026	

Confira a autenticidade do documento no endereço eletrônico: <http://www.inmetro.rs.gov.br/cronotacografo>

000209



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA

ESTADO DO PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que G. E. SOCOLOVSKI EIRELI, inscrita no CNPJ sob. nº 85.495.828/0001-10, efetuou a realização de transporte de pessoas a ser utilizados pelas secretarias municipais para viagens em percursos Intermunicipais e Interestaduais.

Atestamos ainda, que cumpriu de forma satisfatória com suas obrigações, não existindo até a presente data, fatos que desabone a conduta e respeitabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Guamiranga, 29 de julho de 2022.

Ederson Antonio Beledeli

Chefe do Departamento de Compras e Licitações

000210



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA

ESTADO DO PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que G. E. SOCOLOVSKI EIRELI, inscrita no CNPJ sob. nº 85.495.828/0001-10, efetuou o transporte de estudantes universitários e alunos de cursos técnicos, no percurso Guamiranga x Guarapuava.

Atestamos ainda, que cumpriu de forma satisfatória com suas obrigações, não existindo até a presente data, fatos que desabone a conduta e respeitabilidade com as obrigações assumidas.

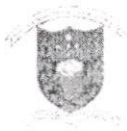
Por ser verdade, firmamos a presente.

Guamiranga, 30 de março de 2022.

MARCEL BULHAK

Pregoeiro Substituto e Presidente Interino da Comissão Permanente de
Licitações

000211



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 Fone: (42) 3297 1222 - 84600-000 - Ivaí - PR

www.ivaipr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa G.E. SOCOLOVSKI EIRELI EPP, localizada a Rodovia BR 373, km 257, s/nº, Manduri, Prudentópolis - PR CNPJ/MF 85.495.828/0001-10 prestou serviços de transporte de estudantes universitários na linha Ivaí a Ponta Grossa e Ivaí a Irati - Pr no ano de 2018, através do contrato 317/2018 oriundo da licitação 143/2018 - Pregão Presencial 104/2018.

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 317/2018

§ Único - artigo 61 - Lei 8.666/93.

LICITAÇÃO Nº 143/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2018

REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2018

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

OBJETO: Contratação de Transporte para estudantes universitários, um ônibus de Ivaí a Irati, e três ônibus de Ivaí a Ponta Grossa, sendo viagens diárias.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivaí

CONTRATADA: G.E. SOCOLOVSKI EIRELI EPP

Valor global: R\$ 386.300,00

VIGÊNCIA: 16.10.2018 a 15.10.2019.

DATA DA ASSINATURA: 16.10.2018.

Idir Treviso - Prefeito Municipal - Contratante

Geronimo Eduardo Socolovski - Contratado

- O contrato sempre foi cumprido dentro dos prazos previstos;

- Fomos sempre atendidos com eficiência e rapidez;

- Estamos satisfeitos com desempenho e performance apresentados.

WELTON ADEMIR FERREIRA
DIR. DEP. MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
PRES. COM. PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DECRETO 04/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

000212



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 75 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaipr.gov.br

Nada temos a declarar que desabone a idoneidade da referida empresa, atribuindo-lhe conceito ótimo aos itens supra.

Ivaí, 23 de Setembro de 2021.

Atenciosamente,

Welton Ademir Ferreira

Diretor Departamento Municipal de Licitações e Compras

Prefeitura Municipal de Ivaí - Pr.

Decreto 004/2021.

WELTON ADEMIR FERREIRA
DIR. DEP. MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
PRES. COM. PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ



G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA - CNPJ nº 85.495.828/0001-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

EDITAL DO PREGÃO Nº 080/2024

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 85.495.828/0001-10, sediada na Rodovia BR 373, km 257, s/n, Manduri, Prudentópolis/PR, por intermédio de seu representante legal o Sr. Gerônimo Eduardo Socolovski, portador da Carteira de Identidade nº. 1.210.730-7 SESP-PR e do CPF nº. 282.775.119-49, **DECLARA**, sob as penas da lei que:

1. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Ivai.

2. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

3. Dentre os membros do quadro societário, há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investindo em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula vinculante nº 13 - STF)

(X) Não () Sim

4. Para os fins requeridos no §1º, do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021, não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal e Fundação Cultural.

5. Ao participar deste processo consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo, estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados. E. nos termos da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), se compromete a observar a legislação aplicável à espécie, promovendo o tratamento de todos os dados que possua acesso decorrente da execução do presente contrato administrativo, bem como, se responsabilizando por eventuais ilícitos praticados por si e seus prepostos, visando sempre proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.



G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA - CNPJ nº 85.495.828/0001-10

6. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta de preços.

7. Minha empresa não está sancionada com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Ivaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública 8. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

09. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e 10. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade

para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

a) Não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

b) Declaramos que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

c) Declaramos que não possuímos grau de parentesco consanguíneo ou afim, com servidor público Municipal.

d) Declaramos que recebemos do órgão licitante toda a documentação relativa à licitação supramencionada, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto deste feito.

e) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias.

f) Comprometemo-nos a manter, durante a execução da Ata de RP, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

g) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a prestação dos serviços, objeto da licitação, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato.



G.E. SOCOLOVSKI & CIA LTDA - CNPJ nº 85.495.828/0001-10

h) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 080/2024 realizado pela Prefeitura Municipal de Ivaí.

i) DECLARAMOS, que o responsável pela assinatura da Ata de RP é o (a) Sr (a), GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, portador (a) da Cédula de Identidade RG Nº 1.210.730-7 SESP-PR inscrito (a) no CPF/MF Nº 282.775.119-49.

j) DECLARAMOS, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de RP seja encaminhada para o seguinte endereço: E-mail: assessoriasupp@gmail.com, Telefone: 42 9111-2785; Caso venhamos a alterar o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

k) Nomeamos e constituímos o (a) Sr (a) GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, portador (a) da Cédula de Identidade RG Nº 1.210.730-7 SESP-PR inscrito (a) no CPF/MF Nº 282.775.119-49 responsável por acompanhar a execução da Ata de RP, referente processo supracitado e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preço.

l) Declaramos que estamos enquadrados como EPP.

Prudentópolis, 19 de Setembro de 2024.

GERONIMO
EDUARDO
SOCOLOVSKI:
28277511949

Assinado digitalmente por GERONIMO EDUARDO
SOCOLOVSKI:28277511949
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multiple v6,
OU=31373216500191, OU=Presencial, OU=Certificado
PF A1, CN=GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI:
28277511949
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localizador:
Data: 2024-09-19 09:02:29
Frost Reader Versão: 9.4.1

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI
Sócio Administrador
CPF: 282.775.119-49 – RG: 1.210.730-7 SESP-PR

000216

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA			Protocolo: PRC2422713549		
NIRE : 41210014273					
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade		
41210014273	85.495.828/0001-10	31/08/1992	01/09/1992		
Endereço Completo					
Rodovia BR 373, Nº SN, KM 257, MANDURI - Prudentópolis/PR - CEP 84400-000					
Objeto Social					
TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, TRANSPORTE ESCOLAR, TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO MUNICIPAL, ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES NÃO PERIGOSOS, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS MUNICIPAL (TRANSPORTE DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS), LIMPEZA E VARRIAÇÃO DE RUAS, PRACAS, CALÇADAS E SARJETAS PÚBLICAS, ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS INCLUINDO PODA DE ÁRVORE, MANUTENÇÃO DE JARDINS GRAMADOS E PLANTAS, LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO, BUEIROS E TUBULAÇÕES, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, OPERADORES TURÍSTICOS COM ATIVIDADE DE ORGANIZAR E REUNIR PACOTES TURÍSTICOS E EXCURSÕES, TRANSPORTE, ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, VISITAS A MUSEUS, LUGARES HISTÓRICOS E CULTURAIS, TEATRO, MÚSICA E EVENTOS ESPORTIVOS.					
Capital Social		Porte	Prazo de Duração		
R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)		EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Indeterminado		
Capital Integralizado					
R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)					
Dados do Sócio					
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI	282.775.119-49	R\$ 380.000,00	Sócio	S	Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome	CPF	Término do mandato			
GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI	282.775.119-49	Indeterminado			
Último Arquivamento			Situação		
Data	Número	Ato/eventos	ATIVA		
12/06/2024	20244140383	002 / 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	Status		
			SEM STATUS		
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela					
1 - NIRE: 41901629603		CNPJ: 85.495.828/0006-25			
Endereço Completo					
RUA SÃO JOSAFAT, Nº 824, SALA 01, CENTRO, Prudentópolis, PR, CEP: 84400000					
2 - NIRE: 41901073966		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
Endereço Completo					
LINHA GONÇALVES JÚNIOR, Nº 51, SALA 02, Ivaí, PR, CEP: 84460000					
3 - NIRE: 41900827967		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
Endereço Completo					
RUA 19 DE DEZEMBRO, Nº 1687, RIVEIRA, Matinhos, PR, CEP: 83260000					



Esta certidão foi emitida automaticamente em 19/09/2024, às 08:42:41 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código XS9TQPL8.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

000217

	SINTEGRA Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná	
---	--	--

IDENTIFICAÇÃOCadastro atualizado até
a data da consultaData/Hora Host
CELEPAR
17/09/2024 - 10:11:32

CNPJ:	85.495.828/0001-10	Inscrição Estadual:	21401427-03 /
Nome Empresarial:	G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA /		

ENDEREÇO

Logradouro:	ROD BR 373		
Número:	SN	Complemento:	KM 257
Bairro:	MANDURI		
Município:	PRUDENTOPOLIS	UF:	PR
CEP:	84.400-000	Telefone:	(42)3446-3481
E-mail:	VIAJENS@SAOGERONIMO.COM.BR		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4929902 - TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL /
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4530703 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES 4924800 - TRANSPORTE ESCOLAR 4930202 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
Início das Atividades:	12/1992
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 12/1992
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 12/1992
Regime Tributário:	REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

[Consultar novo contribuinte do Paraná](#)[Acessar cadastro de outros Estados](#)

000218



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRUDENTÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS

Empresa ►► **Fácil**

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número 109/1992

Razão Social: G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Inscrição Municipal: 7943

Atividade Principal: 4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (Não exerce no endereço)

Atividade(s) Secundária(s): 4924-8/00 - Transporte escolar (Não exerce no endereço), 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (Exerce no endereço), 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente (Exerce no endereço), 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal (Não exerce no endereço), 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (Não exerce no endereço), 4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores (Exerce no endereço), 3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes (Exerce no endereço), 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos (Exerce no endereço), 4921-3/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal (Não exerce no endereço), 7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes (Exerce no endereço), 8130-3/00 - Atividades paisagísticas (Exerce no endereço)

Município: Prudentópolis **Endereço:** RODOVIA BR 373, SN, KM 257, MANDURI

CEP: 84400000

Local e data: Prudentópolis, sexta, 25 de março de 2022

Vencimento:

JOÃO CARLOS BINI
Secretaria Municipal de Finanças

Observação(ões)

- NÃO autorizada para a atividade 4924-8/00 Transporte escolar.

- 1 - Será exigida renovação da licença quando do seu vencimento e sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
- 2 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramo de atividade, etc o contribuinte será obrigado a comunicar a prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

000219

Código de Autenticidade: **22QPGRQKGL**

"EMITIDO PELA FUNCIONÁRIA EULELIA HUL"

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

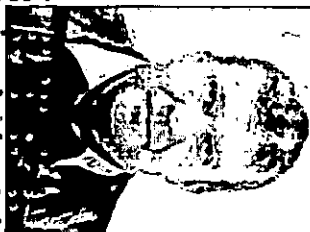
000220

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 1.210.730-7



POLEGAR DIREITO



[Handwritten Signature]
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL: 1.210.730-7

DATA DE EXPEDIÇÃO: 14/07/2017

NOME: GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI

FILIAÇÃO: CASEMIRO SOCOLOVSKI
ROZALIA SOCOLOVSKI

NATURALIDADE: CANOINHAS/SC

DATA DE NASCIMENTO: 23/11/1954

DOC. ORIGEM: COMARCA=PRUDENTÓPOLIS/PR, DA SEDE
C.CAS=6953, LIVRO=45B, FOLHA=157

CPF: 282.775.119-49

CURITIBA/PR

[Handwritten Signature]
MARCUS VINÍCIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

000221



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER
COORDENADORIA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COMERCIAL-CTRC

Av. Iguaçu, 420 - Rebouças, Curitiba - Paraná, 80230-902 - ctrcregistro@der.pr.gov.br

ESTADO DO
PARANÁ



CERTIFICADO DE REGISTRO DE EMPRESA

EMPRESA: G.E.SOCOLOVSKI & CIA. LTDA
REGISTRO: 0242
PROTOCOLO: 22.207.632-3
VALIDADE: 10/06/2025

A Coordenadoria de Transporte Rodoviário Comercial, observando os dispositivos do Artigo 79 do Decreto Estadual nº 1821/2000, e tendo em vista o contido no citado protocolado, certifica que a empresa em tela está devidamente registrada no DER/DOP/CTRC, na condição de empresa de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, para execução exclusiva de serviços de FRETAMENTO.

Curitiba, 28 de maio de 2024

Maria Elizabete das Neves Bozza
Coordenadora CTCR/DOP

Observação:

A solicitação de renovação de registro deve ser efetuada com antecedência mínima de 30 dias.

A empresa obrigatoriamente deverá comunicar o D.E.R quando houver alteração de endereço ou telefone para contato.

Em caso de dúvidas referente a documentação necessária, visite nosso site:
<http://www.der.pr.gov.br> na opção Transporte Intermunicipal de Passageiros / Documentos e Formulários.

1ª via - Requerente

2ª via - Processo com Recibo

000222



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 85.495.828/0001-10 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 02/09/1992</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>		<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal 49.24-8-00 - Transporte escolar 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 79.12-1-00 - Operadores turísticos 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO ROD BR 373 KM 257</div>	<div>NÚMERO S/N</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 84.400-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO MANDURI</div>	<div>MUNICÍPIO PRUDENTOPOLIS</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO KARINA@SAOGERONIMO.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (42) 3446-1622</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/09/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 17/09/2024 às 10:05:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

000223

G E SOCOLOVSKI – EIRELI - EPP

CNPJ 85.495.828/0001-10

NIRE: 41600054199

Primeira Alteração do Ato Deliberativo

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime em comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na Rua Celso Roth, nº 191, Vila Mariana, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, **G E SOCOLOVSKI – EIRELI – EPP**, com sede e foro na Rodovia BR 373, Km 257, s/n, Manduri, CEP 84.400-000, Prudentópolis inscrita no CNPJ sob o nº 85.495.828/0001-10, tendo a Alteração de Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, registrada sob NIRE nº. 41600054199 em data de 24/04/2013, resolvem alterar seu Ato Constitutivo de acordo com as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira:

Fica alterado o endereço do sócio que era na Rua Celso Roth, nº 191, Vila Mariana, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná para a Rua São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná.

Cláusula Segunda:

A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI altera seu objeto social, que passa a ser:

Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento intermunicipal, Interestadual e Internacional (49.29-9-02), Transporte escolar (4924-8/00), transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo municipal (49.21-3-01), Transporte Rodoviário de cargas em geral(4930-2/01), aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente (7739-0/99), aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador (7732-2/01), comércio de peças e acessórios (4530-7/03), coleta de resíduos não perigosos (3811-4/00).



000224

G E SOCOLOVSKI – EIRELI - EPP

CNPJ 85.495.828/0001-10

NIRE: 41600054199

Primeira Alteração do Ato Deliberativo

Cláusula Terceira:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

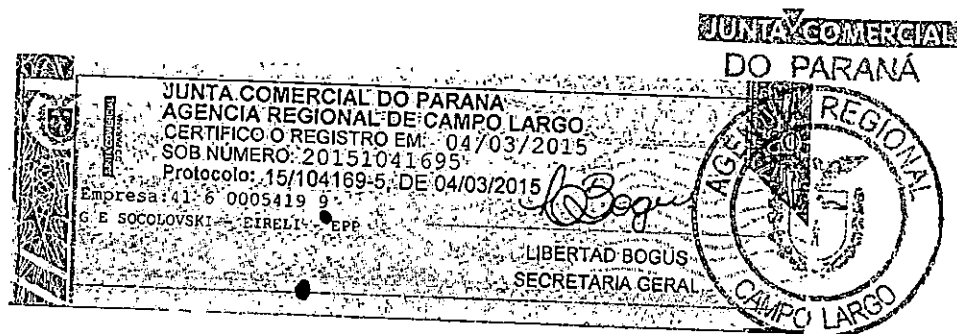
Cláusula Quarta:

Fica eleito o foro da Comarca de Prudentópolis/PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, comprometendo-se estes ao fiel cumprimento em todos os seus termos.

Prudentópolis - PR, 23 de Fevereiro de 2015.


GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI



000225

G E SOCOLOVSKI – EIRELI - EPP

CNPJ 85.495.828/0001-10

NIRE: 41600054199

Segunda Alteração do Ato Constitutivo

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, **G E SOCOLOVSKI – EIRELI – EPP**, com sede e foro na Rodovia BR 373, Km 257, s/n, Manduri, CEP 84.400-000, Prudentópolis inscrita no CNPJ sob o nº 85.495.828/0001-10, tendo a Alteração de Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, registrada sob NIRE nº. 41600054199 em data de 24/04/2013, e Primeira Alteração do Ato Constitutivo registrada sob o nº 20151041695 em 04/03/2015, resolve alterar seu Ato Constitutivo de acordo com as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira:

A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI altera seu objeto social, que passa a ser:

(49.29-9-02) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento intermunicipal, Interestadual e Internacional, (4924-8/00) transporte escolar, (49.21-3-01) transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo municipal, (7739-0/99) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, (7732-2/01) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, (4530-7/03) comércio de peças e acessórios, (3811-4/00) coleta de resíduos sólidos domiciliares não perigosos, (4930-2/01) transporte Rodoviário de cargas em geral, exceto produtos perigosos e mudanças municipal (transporte de resíduos não perigosos)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/08/2015 07:53 SOB N°
20154466530.
PROTOCOLO: 154466530 DE 19/08/2015. NIRE: 41600054199.
G E SOCOLOVSKI - EIRELI -

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 20/08/2015

000226

G E SOCOLOVSKI – EIRELI - EPP

CNPJ 85.495.828/0001-10

NIRE: 41600054199

Segunda Alteração do Ato Constitutivo.

(8129-0/00) limpeza e varrição de ruas, praças, calçadas e sarjetas públicas, (8130-3/00) atividades paisagísticas incluindo poda de árvore, manutenção de jardins gramados e plantas, (3702-9/00) limpeza de bocas de lobo, bueiros e tubulações.

Cláusula Segunda:

Fica eleito o foro da Comarca de Prudentópolis/PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Cláusula Terceira:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E por estar justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento em 01 (uma) via de igual teor e forma, comprometendo-se este ao fiel cumprimento em todos os seus termos.

Prudentópolis - PR, 07 de Agosto de 2015.



GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/08/2015 07:53 SOB N°
20154466530.

PROTOCOLO: 154466530 DE 19/08/2015. NIRE: 41600054199.
G E SOCOLOVSKI - EIRELI -



Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 20/08/2015

000227

G E SOCOLOVSKI – EIRELI - EPP

CNPJ 85.495.828/0001-10

NIRE: 41600054199

Terceira Alteração do Ato Constitutivo

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, **G E SOCOLOVSKI – EIRELI – EPP**, com sede e foro na Rodovia BR 373, Km 257, s/n, Manduri, CEP 84.400-000, Prudentópolis inscrita no CNPJ sob o nº 85.495.828/0001-10, tendo a Alteração de Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, registrada sob NIRE nº. 41600054199 em data de 24/04/2013, e Segunda Alteração do Ato Constitutivo registrada sob o nº 20154466530 em 20/08/2015, resolve alterar seu Ato Constitutivo de acordo com as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira –

Fica criada uma filial localizada na São Josafat, nº 824, sala 01, centro, Prudentópolis/PR, CEP 84400-000.

Cláusula Segunda –

O capital social da filial **G E SOCOLOVSKI – EIRELI - EPP** será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalmente integralizados em moeda nacional.

Clausula Terceira –

O objeto social da filial é: (3811-4/00) Coleta de resíduos sólidos domiciliares não perigosos, (4930-2/01) Transporte rodoviário de cargas em geral, exceto produtos perigosos e mudanças municipais (transporte de resíduos não



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/02/2016 09:41 SOB Nº 41901629603.
PROTOCOLO: 160510163 DE 17/02/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR160510163. NIRE: 41901629603.
G E SOCOLOVSKI - EIRELI - - - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 19/02/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

000228

G E SOCOLOVSKI – EIRELI - EPP

CNPJ 85.495.828/0001-10

NIRE: 41600054199

Terceira Alteração do Ato Constitutivo

perigosos), (8130-3/00) limpeza e varrição de ruas, praças, calçadas e sarjetas publicas, atividades paisagísticas incluindo poda de arvore, manutenção de jardins gramados e plantas, (8129-0/00) Limpeza de boca de lobo, bueiros e tubulações.

Cláusula Quarta –

Fica eleito o foro da comarca de Prudentópolis, Estado do Paraná, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato de Alteração da EIRELI.

Cláusula Quinta –

Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

O titular assina o presente instrumento, em 01 (uma) via de igual teor e consistência.

Prudentópolis, 13 de Janeiro de 2016.


GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/02/2016 09:41 SOB Nº 41901629603.
PROTOCOLO: 160510163 DE 17/02/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
PR160510163. NIRE: 41901629603.
G E SOCOLOVSKI - EIRELI - - - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 19/02/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

000229

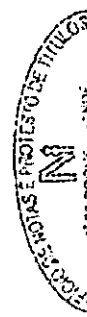
**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA
G E SOCOLOVSKI - EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199**

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na Rua São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, na condição de Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **EIRELI G E SOCOLOVSKI - EIRELI**, com sede e domicílio na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rodovia BR 373, KM 257, sn, Manduri, CEP 84.400-000, cujo ato constitutivo se encontra registrado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41600054199 em 24 de Abril de 2013, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 85.495.828/0001-10, ora transforma seu registro de **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI** em **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, uma vez que admite neste ato a sócia:

KARINA SOCOLOVSKI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, em 04/11/1979, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 025.996.429-81, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob 7.034.736-9, expedida pela Secretária de Estado da Segurança Pública do Paraná, residente e domiciliada na cidade do Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rua São Josafat, nº 824, Apt 01, Centro, CEP 84.400-000, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelo **CONTRATO SOCIAL**, ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica transformada esta **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**, em **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, passando para **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

Gerônimo *Karina*



2

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA
G E SOCOLOVSKI - EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199**

CLÁUSULA SEGUNDA - O acervo desta Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI, no valor de R\$ R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) dividido em 380.000 (trezentos e oitenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real), passa a constituir a participação do titular no capital da sociedade mencionada na cláusula anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA - O sócio GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI possui R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) divididos em 380.000 (trezentos e oitenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, nesse ato ele vende suas 186.200 (cento e oitenta e seis mil e duzentas) quotas no valor de R\$ 186.200,00 (cento e oitenta e seis mil e duzentos reais) pelo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada dando plena, rasa e geral quitação para a sócia Ingressante KARINA SOCOLOVSKI.

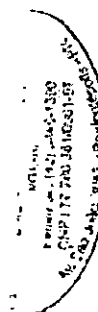
CLÁUSULA QUARTA - O Capital Social no valor total de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) dividido em 380.000 (trezentos e oitenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado a partir da presente alteração ficará assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL R\$
GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI	193.800	51	R\$ 193.800,00
KARINA SOCOLOVSKI	186.200	49	R\$ 186.200,00
TOTAL	380.000	100	R\$ 380.000,00

CLÁUSULA QUINTA - As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 da Lei nº 10.406/2002 - CC.

Karina

ED



000231

3

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA
G E SOCOLOVSKI - EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199**

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002 - CC.

CLÁUSULA SÉTIMA - A sociedade será administrada pelos sócios administradores já qualificados GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI e KARINA SOCOLOVSKI aos quais compete privativa e individualmente ou em conjunto o uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando os mesmos dispensados da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhes, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

Parágrafo Único - O sócio que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA - Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA - Em virtude das alterações, fica o presente Contrato vigorando com as cláusulas e condições seguintes.

Karima *GP*



000232

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA**

G E SOCOLOVSKI - EIRELI

CNPJ: 85.495.828/0001-10

NIRE: 41600054199

CONTRATO SOCIAL

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

CNPJ: 85.495.828/0001-10

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na Rua São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, e **KARINA SOCOLOVSKI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, em 04/11/1979, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 025.996.429-81, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob 7.034.736-9, expedida pela Secretária de Estado da Segurança Pública do Paraná, residente e domiciliada na cidade do Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rua São Josafat, nº 824, Apt 01, Centro, CEP 84.400-000, únicos sócios da sociedade empresária limitada **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**, com sede e domicílio na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rodovia BR 373, KM 257, sn, Manduri, CEP 84.400-000, inscrita no CNPJ sob nº 85.495.828/0001-10, resolvem, consolidar seu contrato social que passará a reger-se pelo que está contida nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade Empresária Limitada girará sob o nome empresarial de **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**, início das atividades em 01/09/1992, CNPJ sob o nº 85.495.828/0001-10, será regida por este contrato social, pelo contido Lei nº 10.406/2002 CC.

Karina *GE*

Prudentópolis, 14/09/2011.
F. 14.09.2011.13/21
At. CNPJ 85.495.828/0001-10
At. São João, 833 - Prudentópolis

000233

5

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
G E SOCOLOVSKI – EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199**


CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade Empresária Limitada tem o seu porte de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, pois ela se enquadra nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

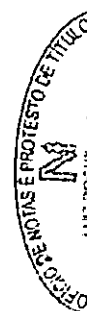
CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade terá a sua sede, na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rodovia BR 373, KM 257, sn, Manduri, CEP 84.400-000, que é seu domicílio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seus sócios, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

CLÁUSULA QUARTA - O objeto social da sociedade será: (49.29-9-02) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento Intermunicipal, Interestadual e Internacional, (4924-8/00) transporte escolar, (49.21-3-01) transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo municipal, (7739-0/99) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, (7732-2/01) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, (4530-7/03) comércio de peças e acessórios, (3811-4/00) coleta de resíduos sólidos domiciliares não perigosos, (4930-2/01) transporte Rodoviário de cargas em geral, exceto produtos perigosos e mudanças municipal (transporte de resíduos não perigosos) (8129-0/00) limpeza e varrição de ruas, praças, calçadas e sarjetas públicas, (8130-3/00) atividades paisagísticas incluindo poda de árvore, manutenção de jardins gramados e plantas, (3702-9/00) limpeza de bocas de lobo, bueiros e tubulações.

CLÁUSULA QUINTA - O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA SEXTA - O Capital Social da sociedade é inteiramente subscrito na forma prevista neste ato na importância de R\$ R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)

Komiel 



6

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
G E SOCOLOVSKI - EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199**

dividido em 380.000 (trezentos e oitenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, devidamente integralizados em moeda corrente nacional e distribuídos entre os sócios quotistas da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL R\$
GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI	193.800	51	R\$ 193.800,00
KARINA SOCOLOVSKI	186.200	49	R\$ 186.200,00
TOTAL	380.000	100	R\$ 380.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 da Lei nº 10.406/2002 CC.

CLÁUSULA OITAVA - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002 CC.

CLÁUSULA NONA - Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os seguintes atos dependerão da previa aprovação, por escrito ou assinado em conjunto por todos os sócios para serem considerados válidos e exequíveis: (I) alienação de bens imóveis; (II) hipotecas, penhores e demais gravames, de qualquer natureza; (III) caução de títulos ou direitos creditórios,

Karina *G*

000235

7
**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA
G E SOCOLOVSKI - EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199**

executados os casos diretamente relacionados aos negócios da sociedade, estes até o limite de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais); (IV) doação de bens moveis e imóveis em geral; (V) nomeação e destituição de Gerentes - delegados; (VI) alteração de qualquer das cláusulas do Contrato Social da sociedade, e (VII) constituição de novas sociedades, bem como a assinatura de contratos versando sobre tais negócios, pela Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A sociedade será administrada pelos sócios administradores já qualificados **GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI** e **KARINA SOCOLOVSKI**, a qual compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo lhes, no entanto, vedado o uso do nome da Sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

Parágrafo Único - O sócio que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O exercício social coincide com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser procedido o Balanço Geral de Sociedade obedecido às prescrições legais e técnicas pertinentes a matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas quotas de capital podendo os lucros a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na Sociedade, conforme determina o Artigo 1065 da Lei nº 10.406/2002 CC.

Karina *Geronimo*

RECEBUE E PROTESTO DE TITULO
Nº
RECEBUE E PROTESTO DE TITULO

000236

8
**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA**
G E SOCOLOVSKI – EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato: (I) - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (II) - designar administradores, quando for o caso; (III) - tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em caso de exclusão, retirada ou falecimento de um dos sócios, liquidar-se-á as cotas do sócio excluído, retirado ou falecido, e não acarretará na dissolução da sociedade, a qual continuará sua atividade normal com o sócio remanescente com a substituição nos termos e prazos do acordo particular de sócios arquivado na sede da empresa, e na sua falta, nos termos da Lei nº 10.406/2002 Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As divergências que eventualmente ocorrerem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidas sob o amparo legal da Lei nº 10.406/2002 CC e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Nos casos de penhora, arresto ou sequestro de cotas, por iniciativa de terceiros não cotistas em razão de dívida de sócio cotista, terá este o prazo de 10 (dez) dias para substituir a penhora das cotas. Não o fazendo,

Handwritten signatures

000237

9

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA
G E SOCOLOVSKI - EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199**

entender-se-á que tais cotas teriam sido ofertadas à venda, pelo que os demais sócios poderão exercer sua preferência de aquisição depositando o equivalente ao valor do patrimônio líquido que elas representem conforme último balanço. Nesta hipótese, a transferência das cotas sociais para o nome do cotista adquirente dar-se-á independentemente da assinatura do transmitente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - As decisões administrativas, bem como modificações do contrato social que tenha por objetivo a matéria indicada no art. 997 da Lei nº 10.406/2002 CC, dependem do consentimento de todos os sócios; as demais podem ser decididas por maioria absoluta de votos. Qualquer modificação do contrato social será averbada, cumprindo-se as formalidades previstas neste contrato, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os sócios elegem o Foro da Comarca de Prudentópolis, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo esta via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente rubricadas pelos sócios, depois de anotadas, obrigando-se fielmente pôr si.

Kornel *JP*



000238

10

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EIRELI EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA
G E SOCOLOVSKI - EIRELI
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41600054199**

Prudentópolis/PR, 02 de Julho de 2021.

[Assinatura]
FIRMA RECONHECIDA

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI
CPF: 282.775.119-49

[Assinatura]
FIRMA RECONHECIDA

KARINA SOCOLOVSKI
CPF: 025.996.429-81

10
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200

SERVIÇO NOTARIAL COMARCA DE PRUDENTÓPOLIS
Av. São João, 3053 - Centro - Prudentópolis - PR -
Fone: (41) 3448-1200 - E-mail: luf@notarioprudentopolis.com.br

1818894CVA00000001926821E
Reconheço por VERDADEIRA a(s) firma(s) de GERONIMO
EDUARDO SOCOLOVSKI e KARINA SOCOLOVSKI
que dou fé. Em 02 de Julho de 2021.

Prudentópolis, 02 de Julho de 2021.

VERGIANY EUGENIA GRANDE GIARETTA, Substituta

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
LUCIANA MARIA DE LIMA
S. O. 102/2021
Prudentópolis - PR

000239

**TERMO DE AUTENTICIDADE**

Eu, MARCO ANTONIO MALANSKI, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 039078, expedida em 04/06/2004, inscrito no CPF nº 85958166972, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
85958166972	039078	MARCO ANTONIO MALANSKI



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/07/2021 16:45 SOB Nº 41210014273.
PROTOCOLO: 214339394 DE 14/07/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12105058171. CNPJ DA SEDE: 85495828000110.
NIRE: 41210014273. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 02/07/2021.
G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

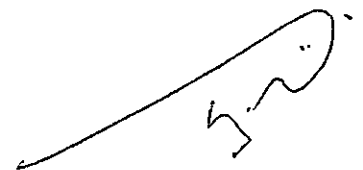
000240

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na Rua São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná e **KARINA SOCOLOVSKI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, em 04/11/1979, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 025.996.429-81, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob 7.034.736-9, expedida pela Secretária de Estado da Segurança Pública do Paraná, residente e domiciliada na cidade do Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rua São Josafat, nº 824, Apt 01, Centro, CEP 84.400-000, únicos sócios da sociedade limitada **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**, com sede e domicílio na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rodovia BR 373, KM 257, sn, Manduri, CEP 84.400-000, cujo Contrato Social se encontra registrado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41210014273 em 14/07/2021, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 85.495.828/0001-10, resolvem alterar o contrato social conforme as cláusulas a seguir:

Karina

CLÁUSULA PRIMEIRA: Altera-se o objeto social para: (49.29-9-02) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento intermunicipal, Interestadual e Internacional, (49.24-8/00) transporte escolar, (49.21-3-01) transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo municipal, (77.39-0/99) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, (77.32-2/01) aluguel de máquinas e equipamentos para construção



000241

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

sem operador, (45.30-7/03) comércio de peças e acessórios, (38.11-4/00) coleta de resíduos sólidos domiciliares não perigosos, (49.30-2/01) transporte Rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças municipal (transporte de resíduos não perigosos) (81.29-0/00) limpeza e varrição de ruas, praças, calçadas e sarjetas públicas, (81.30-3/00) atividades paisagísticas incluindo poda de árvore, manutenção de jardins gramados e plantas, (37.02-9/00) limpeza de bocas de lobo, bueiros e tubulações, (49.30-2-02) Transporte rodoviária de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.


CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica eleito o foro da comarca de Prudentópolis – PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justos e contratados, lavram e assinam a presente alteração, em 01 (uma) via.

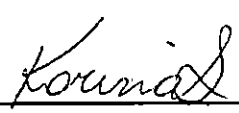
Prudentópolis/PR, 22 de Fevereiro de 2022.

FIRMA RECONHECIDA



GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI
CPF: 282.775.119-49

FIRMA RECONHECIDA



KARINA SOCOLOVSKI
CPF: 025.996.429-81

000242

SERVIÇO NOTARIAL COMARCA DE PRUDENTÓPOLIS

Av São João 3053 - Centro - Prudentópolis - PR -
Fone: (42) 3446-1390 - E-mail: tabelanotogrande@yahoo.com.br



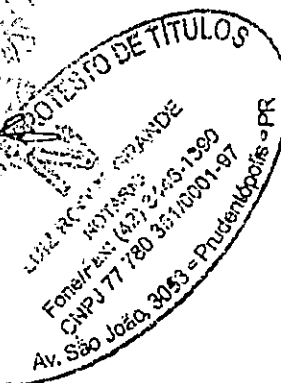
1009X.CLqt7.bX3sI-c8rFw.MInYE

Reconheço por VERDADEIRA a(s) firma(s) de: KARINA
SOCOLOVSKI e GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI
do que dou fé. Em testº da verdade.

Prudentópolis, 23 de fevereiro de 2022.

00157792001-200279268

LUIZ ROQUE GRANDE - NOTÁRIO



000243

**TERMO DE AUTENTICIDADE**

Eu, MARCO ANTONIO MALANSKI, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 039078, expedida em 04/06/2004, inscrito no CPF nº 85958166972, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
85958166972	039078	MARCO ANTONIO MALANSKI



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/02/2022 09:21 SOB Nº 20221232354.
PROTOCOLO: 221232354 DE 24/02/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12202550113. CNPJ DA SEDE: 85495828000110.
NIRE: 41210014273. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/02/2022.
G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

000244

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
Segunda Alteração Contratual

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na Rua São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná e **KARINA SOCOLOVSKI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, em 04/11/1979, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob n.º 025.996.429-81, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob 7.034.736-9, expedida pela Secretária de Estado da Segurança Pública do Paraná, residente e domiciliada na cidade do Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rua São Josafat, nº 824, Apt 01, Centro, CEP 84.400-000, únicos sócios da sociedade limitada **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**, com sede e domicílio na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rodovia BR 373, KM 257, sn, Manduri, CEP 84.400-000, cujo Contrato Social se encontra registrado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41210014273 em 14/07/2021 e a primeira alteração contratual registrada sob o nº 20221232354 de 25/02/2022, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 85.495.828/0001-10, resolvem alterar o contrato social conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Retira-se da sociedade a sócia **KARINA SOCOLOVSKI** onde vende a totalidade de suas 186.200 (cento e oitenta e seis mil e duzentas) quotas, no valor individual de R\$ 1,00 (um) real cada, num total de R\$ 186.200,00 (cento e oitenta e seis mil e duzentos reais) da seguinte forma:

- A) 186.200 (cento e oitenta e seis mil e duzentas) quotas, no valor individual de R\$ 1,00 (um) real cada, num total de R\$ 186.200,00 (cento e oitenta e seis mil e duzentos reais) reais para o sócio **GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI**.

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
Segunda Alteração Contratual

CLÁUSULA SEGUNDA – O capital social no valor de 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) dividido em 380.000 (trezentos e oitenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota, integralizado em moeda corrente no país, fica assim distribuído entre o sócio.

NOME	QUANTIDADE QUOTAS	VALOR EM R\$	%
GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI	380.000	380.000,00	100 %
TOTAL	380.000	380.000,00	100 %

Paragrafo Único: A partir desta data a Sociedade passará a ser uma **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**, considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11 de junho de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – Fica eleito o foro da comarca de Prudentópolis – PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justos e contratados, lavram e assinam a presente alteração, em 01 (uma) via.

000246

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
Segunda Alteração Contratual

Prudentópolis/PR, 13 de Dezembro de 2022.

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI
CPF: 282.775.119-49

KARINA SOCOLOVSKI
CPF: 025.996.429-81

000247



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02599642981	KARINA SOCOLOVSKI
28277511949	GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI



JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2022 14:16 SOB Nº 20228569907.
PROTOCOLO: 228569907 DE 15/12/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12216080718. CNPJ DA SEDE: 85495828000110.
NIRE: 41210014273. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/12/2022.
G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

000248

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
Terceira Alteração Contratual

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na Rua São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, único sócio da sociedade limitada unipessoal **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**, com sede e domicílio na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rodovia BR 373, KM 257, sn, Manduri, CEP 84.400-000, cujo Contrato Social se encontra registrado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41210014273 em 14/07/2021 e a segunda alteração contratual registrada sob o nº 20228569907 de 16/12/2022, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 85.495.828/0001-10, resolve rerratificar a extinção da filial mediante o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DE RERRATIFICAÇÃO:

O Sócio resolve rerratificar a cláusula Primeira da extinção da filial da sociedade limitada registrada sob o nº 20093760396 de 17/08/2009, sob o protocolo nº 09/376039-6 de 17/08/2009, que erroneamente não informou que há valores a ser restituído ao titular, devendo constar o correto da seguinte forma: Fica extinta a filial nº 001, CNPJ 85.495.828/0002-00, NIRE 41900452408, na Rodovia BR 373, KM 86, sn, Manduri, Prudentópolis/PR, CEP 84.400,000 a partir de 14/08/2009 e fica procedida à liquidação dessa filial, onde o sócio recebe seus haveres, neste ato, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) através do imóvel abaixo descrito:

a) Imóvel situado na Linha Rio dos Patos, Prudentópolis, Estado do Paraná, Imóvel Rural, com área de 03 Alqueires, 37 litros e 45,00 m², matrícula no Registro Imobiliário nº 11.599, integralizado pelo valor contábil de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
Terceira Alteração Contratual

Paragrafo único: O Liquidante **GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI** dá plena, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, declarando, ainda, extinta, para todos os efeitos a filial em referência, com o arquivamento deste instrumento de EXTINÇÃO de empresa na Junta Comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica eleito o foro da comarca de Prudentópolis – PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justos e contratados, lavram e assinam a presente alteração, em 01 (uma) via.

Prudentópolis/PR, 09 de Maio de 2023.

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI

CPF: 282.775.119-49

000250

**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
28277511949	GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2023 14:16 SOB Nº 20233173935.
PROTOCOLO: 233173935 DE 10/05/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12307073348. CNPJ DA SEDE: 85495828000110.
NIRE: 41210014273. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/05/2023.
G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

000251

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na Rua São Josafat, nº 824, apartamento 01, Centro, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, único sócio da sociedade limitada unipessoal **G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA**, com sede e domicílio na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, na Rodovia BR 373, sn, KM 257, Manduri, CEP 84.400-000, cujo Contrato Social se encontra registrado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41210014273 em 14/07/2021, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 85.495.828/0001-10, resolvem alterar o contrato social conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Altera-se o objeto social da matriz CNPJ nº 85.495.828/0001-10 para: (49.29-9-02) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento intermunicipal, Interestadual e Internacional, (49.24-8/00) transporte escolar, (49.21-3-01) transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo municipal, (77.39-0/99) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, (77.32-2/01) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, (45.30-7/03) comércio de peças e acessórios, (38.11-4/00) coleta de resíduos sólidos domiciliares não perigosos, (49.30-2/01) transporte Rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças municipal (transporte de resíduos não perigosos) (81.29-0/00) limpeza e varrição de ruas, praças, calçadas e sarjetas públicas, (81.30-3/00) atividades paisagísticas incluindo poda de árvore, manutenção de jardins gramados e plantas, (37.02-9/00)

000252

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA
CNPJ: 85.495.828/0001-10
NIRE: 41210014273
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

limpeza de bocas de lobo, bueiros e tubulações, (49.30-2-02) transporte rodoviária de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, (79.12-1-00) operadores turísticos com atividade de organizar e reunir pacotes turísticos e excursões, transporte, alojamento, alimentação, visitas a museus, lugares históricos e culturais, teatro, música e eventos esportivos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica eleito o foro da comarca de Prudentópolis – PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justo e contratado, lavra e assina a presente alteração, em 01 (uma) via.

Prudentópolis/PR, 12 de Junho de 2024.

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI

CPF: 282.775.119-49

000253

**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
28277511949	GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/06/2024 16:03 SOB Nº 20244140383.
PROTOCOLO: 244140383 DE 12/06/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12408224030. CNPJ DA SEDE: 85495828000110.
NIRE: 41210014273. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 12/06/2024.
G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

000254

18ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA EPP

CNPJ: 85.495.828/0001-10



GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime em comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, nascido a 23/11/1954, residente e domiciliado na Rua Celso Roth, nº 191, Vila Mariana, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná.

Único sócio da empresa G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA EPP, com sede e foro na Rodovia BR 373, Km 257, s/n, Manduri, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41202792149 e inscrita no CNPJ sob o nº 85.495.828/0001-10. Resolve, na melhor forma de direito e consoante com o artigo 1.033 e 980-A da Lei nº 10.406/02, e em conformidade com a Lei 12.441/2011, alterar e transformar o Contrato Social da empresa, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO TIPO JURIDICO

Fica Transformada esta sociedade em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI, sob o nome empresarial de: G E SOCOLOVSKI - EIRELI com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa que era de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), totalmente integralizados em moeda nacional, que nesta data de 10/04/2013, passa a constituir o capital social da empresa G E SOCOLOVSKI - EIRELI.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ATO CONSTITUTIVO - EIRELI

Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da Transformação da referida EIRELI, com o teor a seguir:

CLAUSULA QUARTA - DA RAZÃO SOCIAL

A presente EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI, girará sob o nome empresarial de G E SOCOLOVSKI - EIRELI, com sede e foro na Rodovia BR 373, Km 257, s/n, Manduri, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, com inscrição no CNPJ sob nº 85.495.828/0001-10, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional.

CLAUSULA QUINTA - DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da presente é: Transporte de passageiros Municipal, Estadual, Interestadual e Internacional, Transporte escolar, Transporte Rodoviário de cargas em geral, locação de veículos, máquinas e equipamentos, comércio de peças e acessórios.

000255

18ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA EPP

CNPJ: 85.495.828/0001-10

UNIA COMERC

DO PARANÁ



CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa Jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLAUSULA SÉTIMA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), o qual está totalmente integralizado em moeda corrente nacional do País, nesta data de 10/04/2013.

CLAUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO

A empresa será administrada pelo titular **GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI**, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial dês **EIRELI**, sendo a responsabilidade do titular, limitado ao capital integralizado.

CLAUSULA NONA - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

CLAUSULA DÉCIMA - DA DECLARAÇÃO

Declara o titular da **EIRELI**, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO CONSOLIDAÇÃO

Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA EPP

CNPJ: 85.495.828/0001-10

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI, brasileiro, casado sob regime em comunhão parcial de bens, empresário, CPF/MF nº 282.775.119-49, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1.210.730-7, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, residente e domiciliado na Rua Celso Roth, nº 191, Vila Mariana, CEP 84.400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná.

Na condição de titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - **EIRELI** (**G E SOCOLOVSKI - EIRELI**), com sede e foro na Rodovia BR 373, Km 257, s/n, Manduri, CEP 84.400-000, Prudentópolis - PR, inscrita no CNPJ sob nº 85.495.828/0001-10, promove a Consolidação Contratual, conforme as cláusulas a seguir:

000256

18ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI

G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA EPP

CNPJ: 85.495.828/0001-10



CLÁUSULA SÉTIMA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO

O titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Prudentópolis, Estado do Paraná, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato Constitutivo de EIRELI.

O titular assina o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e consistência.

Prudentópolis/PR, 10 de Abril de 2013.


GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI



000258

MUNICIPIO DE IVAI
IVAÍ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000080/2024
Processo Administrativo Nº 00000000000000000080
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ
Data de Publicação: 06/09/2024 13:32:42

TOTAL DO PROCESSO: 429.000,00			
E SOCOLOVSKI & CIA LTDA		85.495.828/0001-10	429.000,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 441 Lance: 429.000,00	Total: 429.000,00
Item: 1	Unidade: KM	Marca: PRÓPRIA	Modelo: CONFORME TR
Descrição: Serviço de transporte de passageiros Serviços de transporte de passageiros micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo(CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018.			
Quantidade: 66.000	Val. Ref.: 6,50	Valor Unit.: 6,50	Total Item: 429.000,00



PREGOEIRO: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ

000259

MUNICIPIO DE IVAI
IVAÍ-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000080/2024
Processo Administrativo Nº 00000000000000000080
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ
Data de Publicação: 06/09/2024 13:32:42

LOTE 1 - ADJUDICADO - 20/09/2024 10:49:35
Lote 001

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: KM	Marca: PRÓPRIA	Modelo: CONFORME TR
Descrição: Serviço de transporte de passageiros Serviços de transporte de passageiros micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo(CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018.			
Quantidade: 66.000	Valor Unit.: 6,50	Valor Total: 429.000,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA	441	85.495.828/0001-10	429.000,00	429.000,00		Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

PREGOEIRO: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ

000260

MUNICIPIO DE IVAI
IVAÍ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000080/2024
Processo Administrativo Nº 00000000000000000080
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ
Data de Publicação: 06/09/2024 13:32:42

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 20/09/2024 10:49:39
Lote 001

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: KM	Marca: PRÓPRIA	Modelo: CONFORME TR
Descrição: Serviço de transporte de passageiros Serviços de transporte de passageiros micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo(CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018.			
Quantidade: 66.000	Valor Unit.: 6,50	Valor Total: 429.000,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA	441	85.495.828/0001-10	429.000,00	429.000,00		Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----



AUTORIDADE: ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

000261



Município de Ivaí - 2024

Mapa da Licitação

Pregão 80/2024

Eq. 4/2024

Página 1

Data abertura: 19/09/2024

Data julgamento: 19/09/2024

Data homologação:

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca
Lote 001 - Lote 001				
001	Serviço de transporte de passageiro	KM	66.000,00	6,50 * PRÓPRIA
sServiços de transporte de passageiros micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo(CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018.				
TOTAL DO LOTE			429.000,00 *	0,00
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR				0,00
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR			429.000,00	

000262

CNPJ: 85.495.828/0001-10 - G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME

Emitido por: KEILA STORER BUENO, na versão: 5535 q

23/09/2024 08:47:13



Equipe

Município de Ivaí - 2024
Classificação por Fornecedor
Pregão 80/2024

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 235-6 G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA Email: gesocolovski@gmail.com Representante: 1290-4 GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI CNPJ: 85.495.828/0001-10 Telefone: 4234461622 Status: Classificado									429.000,00
Lote 001 - Lote 001									429.000,00
001	35042 Serviço de transporte de passageiros	KM	66.000,00	Classificado	PRÓPRIA		6,50	429.000,00	*
Serviços de transporte de passageiros micro ônibus- pacientes para tratamento de saúde. Com capacidade mínima de 26 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de tacógrafo, certificado de registro do veículo(CRLV), certificado do veículo junto ao DER, certificado de inspeção veicular e apólice de seguro do veículo. Veículo com fabricação a partir do ano de 2018.									
VALOR TOTAL:							429.000,00		

000263



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

MEMO/2024

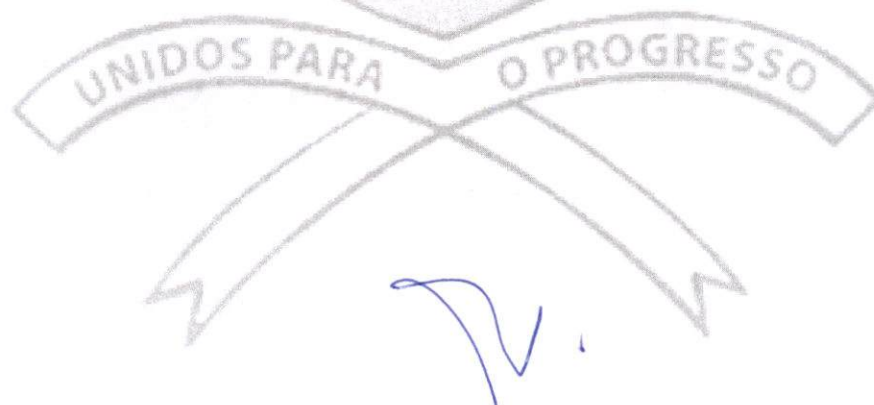
Ivaí - PR, 20 de setembro de 2024.

DE: SETOR DE LICITAÇÕES

PARA: PROCURADORIA JURIDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria para análise e emissão de parecer jurídico, o processo da **LICITAÇÃO Nº 084/2024**, modalidade **PREGÃO Nº 080/2024**, **PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2024**, **REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024** para fins de subsidiar o procedimento de homologação.

Cordialmente,



MARCIA LUCIENE KOBILARZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

000264



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº
084/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº
080/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº
080/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº
048/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR UNITÁRIO POR KM (66.000): R\$ 6,50

VALOR GLOBAL: R\$ 429.000,00

LICITANTE VENCEDOR:

- G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

HOMOLOGAÇÃO LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

Homologo o resultado do Processo Licitatório supra, de conformidade com o julgamento da Comissão Municipal de Licitação, observados as demais disposições pertinentes.

IVAÍ, 20 DE SETEMBRO DE 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

000265

despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, no valor total de R\$ 200.595,98 – (Duzentos mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos), nas dotações abaixo especificadas,

04 - SECRETARIA DE FINANÇAS Acréscimo 1.545,98
04.001 - DIVISÃO DE FINANÇAS Abertura
04.123.0403.2011- Atividades da Divisão de Tesouraria Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado
3.3.30.93.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
458 01068 Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei
Crédito adicional:Suplementar Recurso do crédito adicional:Excesso de Arrecadação

08 - SECRETARIA DE SAUDE Acréscimo 187.000,00
08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Abertura
10.301.1001.1037 - Aquisição de Equipamentos e veiculos Saúde Pública Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado
4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1601 00488 FAF INVESTIMENTO
Crédito adicional:Suplementar Recurso do crédito adicional:Excesso de Arrecadação

09 - SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL Acréscimo 12.050,00
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Abertura
08.243.0801.2049 - Manutenção das Atividades da Assistência Social Superávit Financeiro Vinculado
4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
2430 00940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único -
Crédito adicional:Suplementar Recurso do crédito adicional:Superávit Financeiro
TOTAL 200.595,98

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante deste Decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação e de superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, conforme o previstos nos incisos I e III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17 de março de 1964 a seguir especificados:

Excesso de Arrecadação
00488 FAF INVESTIMENTO 187.000,00
01068 Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei 1.545,98
SUB-TOTAL 188.595,98

b) Superávit Financeiro
00940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - 12.050,00
SUB-TOTAL 12.050,00
TOTAL 200.595,98

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data e será publicado, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Ivaí, Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de setembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Jose Graniska
Código Identificador:86061673

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 083/2024 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 079/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº
079/2024 (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 083/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 079/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em eventos e estruturas para a realização do evento em comemoração do dia das crianças, com os alunos da Rede Municipal de Ensino.

LICITANTE HABILITADO E ADJUDICADO: SM
PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 24.600,00

HOMOLOGAÇÃO: 19/09/2024

Orli Antonio Camargo de Cristo

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:9080E272

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 084/2024 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 080/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº
080/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024 (LEI FEDERAL
Nº 14.133/2021).

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 084/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

LICITANTE HABILITADO E ADJUDICADO: G E
SOCOLOVSKI & CIA LTDA

VALOR UNITÁRIO POR KM (66.000): R\$ 6,50

VALOR GLOBAL: R\$ 429.000,00

HOMOLOGAÇÃO: 20/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:C6D92F7D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 056/2024

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 056/2024

OBJETO: Contratação de empresa artística para a realização de apresentações teatrais com o tema: Cyberbulllyng.

CONTRATADA: OCHOA - PRODUÇÕES ARTISTÍCAS LTDA
Dotação orçamentária:

09003082430802505333903900000 2621

Valor Global: R\$ 7.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, Inciso II da Lei Federal nº
14.133/2021

RATIFICADO EM 18/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:84AD720D

000266



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 164/2024

A Prefeitura Municipal de Ivaí, com sede na Rua Rui Barbosa nº 632, na cidade de Ivaí, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.175.918/0001-33 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Orli Antônio Camargo de Cristo**, nomeado de acordo com o termo de posse, datado em 08 de agosto de 2023, portador da matrícula funcional nº 1327943 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para o **REGISTRO DE PREÇOS nº 48/2024**, publicada no Jornal dos Municípios de 23/09/2024, processo administrativo n.º **84/2024**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde para fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, especificado no item 2 do 2.1 Termo de Referência, anexo 001 [do edital de Licitação nº 84/2024], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

CNPJ: 85.495.828/0001-10

Logradouro: Rod Br 373 Km 257, S/N, Bairro: Manduri, Prudentópolis PR, Cep: 84.400-000

Telefone: (42) 3446-1622

Geronimo Eduardo Socolovski – Representante Legal

000268



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Item	Nome do Produto/serviço	Unid.	Qtde	Preço Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde para fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde	KM	66.000	R\$ 6,50	R\$ 429.000,00
TOTAL: (Quatrocentos e Vinte e Nove mil reais)					R\$ 429.000,00

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Não será permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item.

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

000269



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

000270



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

000271



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **25/09/2024** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ivaí, 25 de Setembro 2024.

Orli Antonio Camargo de Cristo – Representante legal

CONTRATANTE

G E SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:854958280
00110

Assinado de forma digital por G E SOCOLOVSKI & CIA
LTDA:85495828000110
Dados: 2024.09.25 15:49:54 -03'00'

Geronimo Eduardo Socolovski - Representante legal

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- Karen Zelinda dos Santos

2 - Marcia Luciene Kobilarz



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br



Município de Ivaí - 2024 Classificação por Fornecedor Pregão 80/2024

Página 1

Item	Produto/Serviço	UF	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Obs
Fornecedor:	231-6 G.E. SOCCOLOVSKI & CIA LTDA	CNPJ: 05.495.838/0001-10	Telefone: 433487617	Status:	Habilitado			429.900,00	
E-mail:	gsoccolovski@gmail.com								
Representante:	129-4 GERICIANO EDUARDO SOCCOLOVSKI							429.900,00	
Nota 001 - Lote 001								429.900,00	
Item:	30362 Serviço de transporte de passageiros	RS	08 (08:00)	Classificado	PR/PRM		53,00	429.900,00	*
Será feita a entrega de passageiros no ponto de partida e no ponto de destino. Cada capacidade máxima de 25 lugares, com ar condicionado. O veículo deverá apresentar certificado de segurança, certificado de registro de veículo (CRV), certificado de emissão de CO2, certificado de inspeção de segurança, certificado de registro de veículo (CRV), certificado de emissão de CO2.									
VALOR TOTAL:								429.900,00	

000272

CONTRATADA: ILDELAINE DE CASTRO ENFERMAGEM LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor Mensal: R\$ 3.325,00

Valor Global: R\$ 39.900,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 26/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

ILDELAINE DE CASTRO –
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:0FD58D7F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 181/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 057/2024

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 181/2024

Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: Contratação de Enfermeira, profissional: Ketlyn Kauana Grezski, com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: KLM SERVICOS DE ENFERMAGEM LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor Mensal: R\$ 4.750,00

Valor Global: R\$ 57.000,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 26/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

KETLYN KAUANA GREZOSKI –
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:2ECDE3CC

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 182/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 057/2024

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 182/2024

Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: Contratação de técnico em enfermagem, profissional: Marta Seneiko, com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: KLM SERVICOS DE ENFERMAGEM LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor Mensal: R\$ 3.325,00

Valor Global: R\$ 39.900,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 26/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

MARTA SENEIKO –
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:55173680

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 164/2024 LICITAÇÃO Nº:
084/2024 PREGÃO Nº 080/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº
080/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 048/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 164/2024

Licitação nº: 084/2024

Pregão nº 080/2024

Processo eletrônico nº 080/2024

Registro de preço nº: 048/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde para fora do Município, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADA: G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor Unitário: R\$ 6,50

Valor Global: R\$ 429.000,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 25/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

GERONIMO EDUARDO SOCOLOVSKI –
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:A233706A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 162/2024 LICITAÇÃO Nº:
077/2024 PREGÃO Nº 073/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº
073/2024 REGISTO DE PREÇO Nº: 043/2024

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 162/2024

Licitação nº: 077/2024

Pregão nº 073/2024

Processo eletrônico nº 073/2024

Registro de preço nº: 043/2024

Objeto: Aquisição de pneus e acessórios para linha leve e pesada dos veículos da frota Municipal – LOTES 025, 026, 028, 033, 036, 038, 041, 042, 043, 044, 045 E 050.

CONTRATADA: BENICIO PNEUS LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor Global: R\$ 266.107,87

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 24/09/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

LUANA APARECIDA PILATO RIBEIRO –
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:1C9B1167

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS **PORTARIA Nº 164/2024 - REPUBLICAÇÃO**

PORTARIA Nº 164/2024

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra. **ADRIANA TARAS SOLAREVICZ**, Professora, matrículas 1327864 e 1328165, Licença Maternidade de cento e vinte (120) dias, no período de 10 de setembro de 2024 a 07 de janeiro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO, em 25 de setembro de 2024.

000273

Memorial do Basquete de PG realiza exposição no Sepam em novembro

Através da exposição temporária, as pessoas poderão apreciar diversos itens que fazem parte desta trajetória histórica, destacando a relevância desta modalidade esportiva, que de fato tem uma grande influência na comunidade

Da Redação

editor@grupoparade.com.br

A primeira Exposição do Memorial do Basquetebol de Ponta Grossa está agendada e confirmada para o período de 8 a 21 de novembro deste ano de 2024, no Colégio Sepam, em Ponta Grossa. O evento, que conta com auxílio da assessoria técnica da Viés Cultural Museologia e a Viver Curadoria é fruto de um estudo e trabalhos de pesquisa da entidade, que foram preparados para apresentar ao público as conquistas, curiosidades e personagens icônicos que se tornaram lendários no cenário do basquetebol local e também nacional.

Através desta exposição temporária, as pessoas poderão apreciar diversos itens que fazem parte desta trajetória histórica, destacando a relevância desta modalidade esportiva, que de fato tem uma grande influência na comunidade da Princesa dos Campos. Como novidade neste aguardado evento no Sepam, será também apresentada a marca Memorial Basquete Store, com loja física no local. A iniciativa faz parte do planejamento estratégico do ano de 2024 da entidade.

Desta forma, a Associação do Memorial do Basquetebol de Ponta Grossa (AMBPG) segue trabalhando



Exposição do Memorial do Basquetebol está agendada e confirmada para 8 a 21 de novembro

na salvaguarda e preservação de seu acervo. Nesta atividade diária, compreende buscar, preparar e organizar todos os itens históricos, através de entrevistas, pesquisas e coletas de material. O objetivo, especialmente nesta exposição no Colégio Sepam, é apresentar de forma clara e abrangente toda a importante trajetória que envolve o basquete princesino,

que começou no início da década de 1930.

Neste contexto, o Memorial destaca que a história do basquete em Ponta Grossa é ainda mais rica do que se imagina. Além de peças como troféus, uniformes, fotografias, que estão sendo preparados para a exposição, as pessoas vão conhecer também muitas curiosidades. Na década

de 1960, por exemplo, Ponta Grossa era a única cidade do Paraná a disputar os Jogos Abertos em São Paulo, além de coisas como quando foi construído o icônico Ginásio Borrell Du Vemay.

EXPECTATIVA

Os envolvidos com a entidade vivem uma grande expectativa para

PROPOSTA

História do esporte é preservada

O acervo do Memorial do Basquetebol de Ponta Grossa continua crescendo e conta, até o momento, com aproximadamente 190 troféus, 420 medalhas, 95 flâmulas e 300 selos. Na parte de fotos são 250 imagens higienizadas e catalogadas, e mais de oitenta que ainda serão higienizadas, além outros objetos. Para todos os apoiadores, membros ou não, os agradecimentos da Associação do Memorial do Basquetebol de Ponta Grossa, que viram neste projeto a ideia de buscar e preservar a história do nosso basquetebol, além de incentivar as novas gerações a praticá-lo.

esta exposição, que vai proporcionar ao público a oportunidade de conhecer mais de perto os detalhes desta espetacular trajetória esportiva em Ponta Grossa, que já foi uma das principais referências da modalidade no Brasil e segue atualmente presente com suas equipes participando de diversas competições.

Atleta de jiu-jitsu de Ponta Grossa é campeão em torneio mundial

William Rodrigues Neves foi campeão na categoria 'Peso Médio até 85 kg' no evento internacional 'South Brazil Regional Jiu-jitsu Championship'. A disputa aconteceu no último domingo (22), no Ginásio de Esportes PUCPR, em Curitiba. O atleta, natural de Ponta Grossa, venceu três lutas que garantiram o lugar mais alto no pódio do torneio.

Na mesma competição, William participou da categoria 'Absoluto', sem definição de peso para os confrontos. Nela, o ponta-grossense venceu quatro lutas, chegando até a final, onde acabou derrotado. Apesar disso, ele garantiu a medalha de prata. Este foi o primeiro torneio que o atleta participou após sofrer uma lesão. William conta que rompeu o tendão do biceps no começo de junho, enquanto participava do Campeonato Brasileiro, em São Paulo. "Faz uns três meses que fiz uma cirurgia por conta disso, então foi bem importante para mim", diz.

RANKING

Com as medalhas, o ponta-grossense ganhou pontos para subir no ranking da modalidade, agora ele afirma que disputará outros campeonatos para melhorar ainda mais sua pontuação. "Vou tentar buscar uma vaga no Campeonato Mundial, que acontece no final do ano", completa.

000274

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 183/2024
Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: Contratação de Enfermeira profissional: Jennifer Avelar de Cristo com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: JENIFER AVELAR DE CRISTO

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Mensal: R\$ 4.750,00

Valor Global: R\$ 57.000,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 24/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Jenifer Avelar de Cristo - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 162/2024
Licitação nº: 077/2024

Pregão nº 073/2024

Processo eletrônico nº 073/2024

Registro de preço nº: 043/2024

Objeto: Aquisição de pneus e acessórios para linha leve e período dos veículos da frota Municipal - LOTES 025, 026, 028, 033, 036, 038, 041, 042, 043, 044, 045 e 060.

CONTRATADA: BENICO PNEUS LTDA

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Global: R\$ 266.107,87

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 24/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Luana Aparecida Pilato Ribeiro - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 164/2024
Licitação nº: 084/2024

Pregão nº 080/2024

Processo eletrônico nº 080/2024

Registro de preço nº: 048/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas para deslocamento de pacientes e acompanhantes em tratamento de saúde para fora do Município, conforme necessidade do Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA: G E SOCOLOVSKI & CIA LTDA

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Unitário: R\$ 6,50

Valor Global: R\$ 429.000,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 25/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Gerônimo Eduardo Soccolovski - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 058/2024

OBJETO: Contratação de software para orçamentação eletrônica denominada "Traz Valor" para peças e serviços destinados à manutenção e recuperação de veículos pertencentes e que irão pertencer à frota do Município, incluindo locação do sistema, treinamento e suporte.

CONTRATADA: L. RICARDO DE MAGALHAES LTDA

Dotação orçamentária: 0300104122040220073390390000 0290

0600120605200120143390390000 0590

Valor mensal: R\$ 2.305,99

Valor global: R\$ 27.671,88

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021

RATIFICADO EM 26/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 184/2024
Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: Contratação de técnico em enfermagem profissional: Rafael Camargo com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: R CAMARGO SERVICOS DE ENFERMAGEM LTDA

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Mensal: R\$ 3.325,00

Valor Global: R\$ 39.900,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 24/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Rafael Camargo - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 181/2024
Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: Contratação de Enfermeira, profissional: Kelynn Kauana Grezowski, com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: KLM SERVICOS DE ENFERMAGEM LTDA

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Mensal: R\$ 4.750,00

Valor Global: R\$ 57.000,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 26/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Kelynn Kauana Grezowski - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 186/2024
Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: a Contratação de Enfermeiro profissional: Nicolay Oliveira dos Santos, com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: NICOLAY OLIVEIRA ENFERMAGEM LTDA

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Mensal: R\$ 4.750,00

Valor Global: R\$ 57.000,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 26/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Nicolay Oliveira dos Santos - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 085/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 081/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Aquisição de insumos de consumo ambulatorial para o setor de Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde.

LICITANTES: VENCEDORES: GEOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA- LOTES 001.002 E 004- R\$ 128.351,90; PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI- LOTE 003- R\$ 28.585,00; MEOMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI- LOTE 005- R\$ 3.797,99; FUNCIONAL MATERIAIS HOSPITALARES E ASSESSORIAS LTDA- LOTE 006- R\$ 6.475,00.

LOTE 007 FRACASSADO

VALOR GLOBAL: R\$ 167.209,89

HOMOLOGADO: 26/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 187/2024
Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: Contratação de técnico em enfermagem, profissional: Marta Senekko, com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: KLM SERVICOS DE ENFERMAGEM LTDA

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Mensal: R\$ 3.325,00

Valor Global: R\$ 39.900,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 26/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Marta Senekko - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 185/2024
Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: Contratação de técnica em enfermagem profissional: Ildelaine de Castro com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: ILDELAINE DE CASTRO ENFERMAGEM LTDA

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Mensal: R\$ 3.325,00

Valor Global: R\$ 39.900,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 26/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Ildelaine de Castro - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 187/2024
Inexigibilidade de Licitação nº: 057/2024

Objeto: a Contratação de Enfermeiro profissional: Poliana Knebe, com carga horária de 40 horas semanais, por um período de 12 meses, provenientes do credenciamento 002/2024.

CONTRATADA: EJM SERVICOS DE ENFERMAGEM ASSISTENCIAL LTDA

CONTRATANTE: Município de Inai - Pr.

Valor Mensal: R\$ 4.750,00

Valor Global: R\$ 57.000,00

Vigência: 12 Meses

Data da assinatura: 26/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

Kedlin Mario de Oliveira - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 085/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 081/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Aquisição de insumos de consumo ambulatorial para o setor de Enfermagem das Unidades Básicas de Saúde.

LICITANTES: VENCEDORES: GEOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA- LOTES 001.002 E 004- R\$ 128.351,90; PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI- LOTE 003- R\$ 28.585,00; MEOMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI- LOTE 005- R\$ 3.797,99; FUNCIONAL MATERIAIS HOSPITALARES E ASSESSORIAS LTDA- LOTE 006- R\$ 6.475,00.

LOTE 007 FRACASSADO

VALOR GLOBAL: R\$ 167.209,89

HOMOLOGADO: 26/09/2024

Ori Antonio Camargo de Cristo